UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

LIDIA LIMA DA SILVA

**A manifestação das noções de ignorância e de conhecimento no
português brasileiro: os casos de *algum* e *(um) certo*.**

Versão corrigida

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

LIDIA LIMA DA SILVA

**A manifestação das noções de ignorância e de conhecimento no
português brasileiro: os casos de *algum* e *(um) certo*.**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Doutora em
Linguística.

Área de concentração:

Semiótica e Linguística Geral

Orientadora:

Profa. Dra. Ana Lúcia de Paula Müller

Versão corrigida

**O exemplar original está disponível no CAPH (Centro de Apoio à Pesquisa Histórica) da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

De acordo da Orientadora: _____

Profa. Dra. Ana Lúcia de Paula Müller

São Paulo

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Silva, Lidia Lima da

A manifestação das noções de ignorância e de conhecimento no português brasileiro: os casos de *algum* e (*um*) *certo*. / Lidia Lima da Silva: Orientadora: Ana Lúcia de Paula Müller.
- São Paulo, 2012. 143 f.

Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2012

1 implicatura; 2 ignorância; 3 conhecimento; 4 indefinidos; 5 Semântica; 6 Pragmática.

Nome: SILVA, Lidia Lima da

Título: **A manifestação das noções de ignorância e de conhecimento no português brasileiro: os casos de *algum* e (*um*) certo.**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Linguística.

Aprovada em: 11 de setembro de 2012.

Banca examinadora

Prof. Dra. Ana Lúcia de Paula Müller (Orientadora)	Universidade de São Paulo
Prof. Dra. Ana Paula Quadros Gomes	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Marcelo Barra Ferreira	Universidade de São Paulo
Prof. Dra. Esmeralda Vailati Negrão	Universidade de São Paulo
Prof. Dra. Roberta Pires de Oliveira	Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dra. Ana Paula Scher (suplente)	Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Marcos Fernando Lopes (suplente)	Universidade de São Paulo
Prof. Dra. Maria José Foltran (suplente)	Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. José Borges Neto (suplente)	Universidade Federal do Paraná
Prof. Dra. Teresa Cristina Wachowicz (suplente)	Universidade Federal do Paraná

Dedico este trabalho aos meus pais, Nésio e Alice,
aos meus irmãos, Nenê e Lucas
e ao Cléo.

AGRADECIMENTOS

Ao mesmo tempo em que um trabalho acadêmico exige momentos de solidão e afastamento de todos, definitivamente, seria impossível cumprir uma tarefa tão longa e de tanta reflexão sem o apoio e a companhia de quem realmente se importa conosco. Por essa razão, devo fazer muitos agradecimentos.

Apesar de oscilar entre momentos de fé e descrença, agradeço a Deus a bondade de permitir que bons espíritos viessem em meu auxílio nos momentos mais difíceis deste trabalho. Agradeço o privilégio de poder estar entre as pessoas que estou.

Agradeço aos meus irmãos, Nenê e Lucas, as grandes paixões da minha vida. Agradeço também aos meus cunhados Anderson e Camila. E aos meus sobrinhos, que estão chegando e que já encheram nossas vidas de esperança.

Agradeço ao Cléo, o amor paciente e verdadeiro. Agradeço o privilégio de estar ao lado de alguém extremamente generoso e fiel. Agradeço sua paciência para ouvir sobre *algum* e *(um)* certo dias a fio. E por ter compreendido minhas oscilações de humor e a minha ausência.

Agradeço também a sua família, aos seus pais, irmãos e cunhada. Agradeço aos primos e primas pela gentileza. Em participar, agradeço por ouvirem os infinitos testes de intuição. Agradeço aos tios e tias o carinho e a torcida organizada.

Agradeço aos meus amigos de todas as horas com quem pude dividir os mais diversos tipos de sentimentos. Agradeço à Lourdes, a duradoura amizade e as orações para que eu encontrasse a serenidade e a loucura necessárias a todos nós.

Agradeço à Fernanda, a Rosa, a companheira de muitas horas com quem tive o privilégio de conviver e que muito me ensinou sobre semântica e sobre a importância da amizade sincera. Agradeço os momentos de estudos que foram tão prazerosos e enriquecedores.

Agradeço à Sonia, o seu companheirismo, proteção e afeto. Agradeço ao Rafa, que muito me ensinou sobre fé e sobre força de vontade, além, é claro, dos abraços afetuosos que muitas vezes me sustentaram nos momentos em que tudo parecia não fazer mais sentido.

Agradeço à Sueli, à Juliana, ao Marcus, ao Vítor, ao Roberlei, à Luciana, à Nize, à Mari, ao Paulo, à Lílían, à Graciele e à Marisa. Enfim, agradeço a todos os amigos o apoio e as discussões sobre nossos trabalhos.

Agradeço ao amigo Frederick Fisher.

Agradeço a todos do grupo de estudos de Semântica Formal, espaço onde pude aprender muito sobre semântica, linguística e companheirismo.

Agradeço aos meus colegas professores da EMEB Jardim São Luiz, em especial agradeço à Patrícia, à Hislan, à Elenita e ao Paulo. Agradeço as demonstrações de afeto e ao apoio em momentos tão difíceis. Agradeço o nome no armário, foi muito importante saber que eu tenho um lugar e uma missão a cumprir.

Agradeço aos meus alunos, crianças incríveis com as quais pude conviver e que tanto me ensinaram sobre respeito às diferenças, paciência, compreensão e amor ao próximo.

Agradeço ao Departamento de Linguística, à Érica, ao Robson e ao Ben Hur.

Agradeço à FAPESP, processo nº 2009/06371-5, o apoio financeiro.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação. Agradeço à Profa. Dra. Ana Paula Quadros Gomes, à Profa. Dra. Ana Scher, à Profa. Dra. Esmeralda Negrão, à Profa. Dra. Roberta Pires de Oliveira e ao Prof. Dr. Marcos Lopes.

Muitas vezes não temos ideia do alcance de nossas atitudes no curso da vida de outras pessoas. Por isso agradeço, em especial, ao Prof. Dr. Marcelo Ferreira, que me ensinou um novo jeito de pensar. Agradeço à Profa. Dra. Ana Müller, a quem não poderei retribuir diretamente todos os ensinamentos e o privilégio desses anos de convivência, mas espero criar oportunidades para proporcionar a outras pessoas as mudanças que ela proporcionou à minha vida e o crescimento intelectual e moral que ela proporcionou ao meu espírito.

Por fim, devo agradecer a dois grandes professores que aceitaram a difícil missão de serem meus pais. Agradeço à minha mãe, Alice, as orações e o colo onde sempre fui buscar serenidade e sabedoria para seguir em frente. Agradeço ao meu pai, Nésio, o empenho e o esforço para que eu pudesse estudar. Nós sabemos o significado da conclusão deste trabalho. Agradeço aos dois por terem me ensinado as lições mais importantes: o respeito, a cooperação, a responsabilidade, o perfeccionismo, a humildade, a caridade e a fé. Agradeço porque sempre me ensinaram a ver que a sabedoria nem sempre está na “escola”, mas que devemos respeitar e aprender com todos aqueles que estudaram mais do que estudamos. Aos dois digo que durante esses anos na USP tive o privilégio de conviver com pessoas brilhantes e verdadeiramente sábias e que tal privilégio eu devo ao trabalho e esforço de ambos.

“Jamais considere seus estudos como uma obrigação, mas como uma oportunidade invejável para aprender a conhecer a influência libertadora da beleza do reino do espírito, para seu próprio prazer pessoal e para proveito da comunidade à qual seu futuro trabalho pertencer”.

(Atribuída a Albert Einstein)

RESUMO

SILVA, Lidia Lima da. **A manifestação das noções de ignorância e de conhecimento no português brasileiro: os casos de *algum* e *(um) certo***. 2012. 143 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

O estudo de diferentes línguas tem permitido observar a existência de pronomes indefinidos e de determinantes indefinidos que podem ser associados ao estado de conhecimento ou desconhecimento do falante, ou de outro agente saliente (como o sujeito da sentença), em relação ao referente do sintagma determinante (constituído pelo pronome ou pelo determinante e um nome). Muitos estudiosos (cf. ABUSCH; ROOTH, 1997; ALONI, 2007; ALONI; VAN ROOIJ, 2007; ALONSO-OVALLE; MENÉNDEZ-BENITO, 2010; BECKER, 1999; CHIERCHIA, 2006; CONDORAVDI, 2008; EBERT; EBERT; HINTERWIMMER, no prelo; FARKAS, 2006; HINTERWIMMER; UMBACH, no prelo; HASPELMATH, 1997; IONIN, 2008; JAYEZ; TOVENA, 2006; KRATZER; SHIMOYAMA, 2002; ZAMPARELLI, 2007; entre outros) têm se dedicado à descrição e à análise desses indefinidos. O objetivo deste trabalho é descrever e explicar, a partir do aparato teórico da Semântica Formal, as contribuições semânticas e pragmáticas que *algum* e *(um) certo* e trazem para o significado das sentenças em que aparecem. Defende-se que, no que diz respeito à marcação da identificabilidade do referente, esses indefinidos estão em posições opostas, pois, enquanto *algum* combinado com nomes contáveis e massivos marca que o falante (ou outro agente saliente) não está em condições de identificar o referente do DP, *(um) certo*, por sua vez, marca que o falante deve identificar o referente. No entanto, quando combinados com nomes como *charme*, ambos marcam imprecisão em relação a uma escala grau presente no nome. Este trabalho pretende ser uma contribuição para o entendimento da semântica de determinantes indefinidos no português brasileiro. Ao descrever e analisar o comportamento semântico e pragmático de *algum* e *(um) certo*, este texto contribui, de maneira mais abrangente, para o estudo que tem se desenvolvido em várias línguas com o objetivo de construir uma tipologia para os indefinidos associados ao estado epistêmico do falante.

Palavras-chave: implicatura; ignorância; conhecimento; indefinidos; Semântica; Pragmática.

ABSTRACT

SILVA, Lidia Lima da. **A manifestação das noções de ignorância e de conhecimento no português brasileiro: os casos de *algum* e (*um*) *certo***. 2012. 143 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

The study of languages has allowed to observe the existence of indefinite pronouns and indefinite determiners that can be associated with the speaker's state of acknowledgement or ignorance, or another prominent agent's (such as the subject of the sentence) with respect to determining the referent of the phrase (constituted by a pronoun or a determiner and a name). Many scholars (cf. ABUSCH; ROOTH, 1997; ALONI, 2007; ALONI; VAN ROOIJ, 2007; ALONSO-OVALLE; MENÉNDEZ-BENITO, 2010; BECKER, 1999; CHIERCHIA, 2006; CONDORAVDI, 2008; EBERT; EBERT; HINTERWIMMER, no prelo; FARKAS, 2006; HINTERWIMMER; UMBACH, no prelo; HASPELMATH, 1997; IONIN, 2008; JAYEZ; TOVENA, 2006; KRATZER; SHIMOYAMA, 2002; ZAMPARELLI, 2007; among others) have been devoted to the description and analysis of such indefinites. The aim of this paper is to describe and explain, from the theoretical apparatus of Formal Semantics, the semantic as well as pragmatic contributions of *algum* ('some') and (*um*) *certo* ('a certain') and show those contributions each of them brings to the meaning of sentences in which they appear. It is argued that, regarding the marking of identifiability of the referent, these indefinites are in opposite positions, because whereas *algum* ('some') combined with countable and mass nouns marks that the speaker (or another prominent agent) is not able to identify the referent of DP, (*um*) *certo*, ('a certain') marks instead that the speaker is able to identify the referent. Nonetheless, when they are combined with nouns such as *charme* ('charm') both mark the imprecision in relation to a scale present in the noun. This work intends to be a contribution to the understanding of the semantics in indefinite determinants in Brazilian Portuguese. By describing and analyzing the semantic and pragmatic behaviors of *algum* ('some') and (*um*) *certo* ('a certain'), this text contributes, in a broader way, to the studies which have been carried out in several languages with the goal of build a typology for the indefinites associates to the speakers epistemic state.

Keywords: implicatures; ignorance; acknowledgement; indefinites; Semantics; Pragmatics.

SUMÁRIO

Introdução	12
1 Estudo das implicaturas geradas pela relação entre <i>algum</i> e nomes contáveis	20
1.1 Apresentação dos dados: contextos e leituras disponíveis para <i>algum</i> com nomes contáveis	23
1.2 Kratzer e Shimoyama (2002): <i>irgendein</i> como um item alargador de domínio	31
1.3 Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010): o conceito de variação modal	37
1.4 Estudo das interpretações possíveis para <i>algum</i> e nomes contáveis em interação com modais epistêmicos e deônticos	45
1.5 Algumas considerações	50
2 Estudo das implicaturas geradas pela relação entre <i>algum</i> e nomes massivos	52
2.1 Apresentação dos dados: contextos e leituras disponíveis para <i>algum</i> combinado com nomes massivos e abstratos	54
2.2 A denotação do domínio nominal	60
2.2.1 A denotação dos domínios contáveis e massivos e a criação de átomos	60
2.2.2 A denotação dos nomes abstratos	68
2.3 <i>Algum</i> e nomes massivos: as leituras de ignorância de identidade e de quantidade	75
2.4 Algumas considerações	81
3 (<i>Um</i>) certo e as noções de identificabilidade e imprecisão	83
3.1 Apresentação dos dados: as leituras disponíveis para (<i>um</i>) certo combinado com nomes contáveis e massivos	85
3.2 Marcadores de especificidade: os casos do espanhol e do alemão	93
3.2.1 Algumas definições de especificidade	93
3.2.2 Marcadores de especificidade: o caso do espanhol	98
3.2.3 Marcadores de especificidade: o caso do alemão	109
3.3 O caso do PB: (<i>um</i>) certo e as interpretações de especificidade e imprecisão	114

3.3.1 A relação entre (<i>um</i>) <i>certo</i> e outros marcadores de especificidade: (<i>um</i>) <i>determinado, específico</i> e <i>em particular</i>	121
3.3.2 A relação entre (<i>um</i>) <i>certo</i> , <i>cierto</i> ‘certo’ e <i>ein gewiss</i> ‘um certo’	129
3.4 Algumas considerações	132
Considerações Finais	133
Referências Bibliográficas	137

Introdução

O objetivo deste trabalho é descrever e explicar as contribuições semânticas e pragmáticas de expressões linguísticas que podem ser associadas a noções como, por exemplo, conhecimento, ignorância e indiferença por parte do falante ou por parte de outro agente (como o sujeito da sentença). Este trabalho apresenta uma descrição e uma análise de expressões linguísticas que, em português brasileiro, doravante PB, estão relacionadas às interpretações de conhecimento e de ignorância do falante (ou de outro agente). Mais especificamente, o objetivo é estudar as expressões linguísticas *algum* e *(um) certo* e a contribuição que cada uma delas traz para o significado das sentenças em que aparecem.

O estudo de diferentes línguas tem permitido observar a existência de pronomes indefinidos (por exemplo, inglês: *someone* ‘algum’; alemão: *irgendjemand* ‘alguém/qualquer pessoa’; turco: *biri(si)* ‘alguém’, entre outros) e de determinantes indefinidos (por exemplo, inglês: *some* ‘algum’; alemão: *irgendein* ‘algum/qualquer’; turco: *bir* ‘algum’, entre outros) que podem ser associados ao estado de conhecimento ou desconhecimento do falante, ou de outro agente saliente (como o sujeito da sentença) em relação ao referente do sintagma determinante (constituído pelo pronome ou pelo determinante e um nome). De modo especial, a partir da tipologia proposta por Haspelmath (1997), muitos estudiosos em semântica formal e em pragmática (cf. ABUSCH; ROOTH, 1997; ALONI, 2007; ALONI; VAN ROOIJ, 2007; ALONSO-OVALLE; MENÉNDEZ-BENITO, 2010; BECKER, 1999; CHIERCHIA, 2006; CONDORAVDI, 2008; EBERT; EBERT; HINTERWIMMER, no prelo; FARKAS, 2006; HINTERWIMMER; UMBACH, no prelo; HASPELMATH, 1997; IONIN, 2008; JAYEZ; TOVENA, 2006; KRATZER; SHIMOYAMA, 2002; ZAMPARELLI, 2007; entre outros) têm se dedicado à descrição e à análise desses indefinidos.¹

Haspelmath (1997) faz uma longa descrição de diversas séries de pronomes em diferentes línguas mostrando que existe uma hierarquia no modo como os efeitos (de conhecimento ou de ignorância, por exemplo) associados a eles são construídos. A preocupação do autor está voltada especificamente para o estudo de pronomes e determinantes indefinidos que aparecem em séries, como é o caso, por exemplo, da série

¹ A expressão *indefinidos* está sendo usada nesta introdução nos termos de Haspelmath (1997, p. 11) com o sentido de expressar uma referência indefinida.

some- ‘algum’ do inglês: *somebody/someone* ‘alguma pessoa’, *something* ‘alguma coisa’ e *somewhere* ‘algum lugar’. Além disso, o autor analisa também alguns determinantes que coloca em uma mesma série (por exemplo, *some* em seu uso como determinante). Ao se voltar para a análise de pronomes indefinidos que ocorrem em séries, o autor mostra que, em geral, os elementos dessas séries se relacionam a categorias ontológicas como as de pessoa, coisa, lugar, tempo, modo, etc.²

Os pronomes indefinidos, para ele, são compostos de uma raiz que indica a categoria ontológica e de um elemento comum a outros da série, sendo esse último denominado como um Marcador de Indefinitude - *Indefiniteness Marker* - que pode ser um afixo ou uma partícula, assim como a reduplicação de uma partícula ou modificação da raiz. Conforme o autor, pronomes indefinidos apresentam diferentes marcadores de indefinitude e, por isso, são, na maioria dos casos, formas derivadas de (i) pronomes interrogativos, (ii) nomes de categorias ontológicas (*a person* ‘uma pessoa’, por exemplo), ou (iii) numeral *um*.

Haspelmath (1997) faz um mapeamento da variação funcional encontrada nos pronomes indefinidos (e nos determinantes que podem ser encaixados em séries, como *some* ‘algum’) e apresenta nove funções (ou contextos sintáticos) dispostas no que ele denominou *Mapa Implicacional* (ver Figura 1: Mapa Implicacional). Exemplos de cada uma das funções seguem de (1) a (9).³

² Haspelmath (1997) baseia-se em Jakcendoff (1983) para discutir as categorias ontológicas.

³ Exemplos de (1) a (9) são de Ebert e Geist (2010).

Figura 1: Mapa Implicacional (HASPELMATH, 1997, p. 64)

Específico conhecido:

- (1) *Somebody called while you were away: guess who!*⁷
 Somebody ligou enquanto você estava longe: adivinha quem
 ‘Alguém (específico e conhecido) ligou enquanto você estava fora: adivinha quem!’

Específico não-conhecido:

- (2) *I heard something, but I couldn't tell what kind of*
 Eu ouvi something, mas eu poderia+não contar qual tipo de
sound it was.
 som ele era
 ‘Eu ouvi alguma coisa, mas eu não poderia contar que tipo de som era’

⁴Conforme Haspelmath (1997), interrogativas aproximam-se da função *irrealis* não-específico. Interrogativas retóricas aproximam-se da função negação indireta. Exemplos desse tipo de função são encontrados, em inglês, em construções com expectativas de resposta, se o falante (i) espera uma resposta negativa usa *any* ‘qualquer’ (*Do you think those men want to do any work?* ‘Você acha que esses homens querem fazer algum/qualquer trabalho?’); se o falante (ii) espera resposta positiva ou faz um convite/oferta usa *some* ‘algum’ (*Do you think those men want to do some work?* ‘Você acha que esses homens querem fazer algum trabalho?’). Em condicionais e promessas, o uso de *some* indica expectativa positiva e o uso de *any* indica expectativa negativa (nesses contextos o uso de um item que não seja de polaridade negativa é impossível). Em avisos, situações em que o falante espera que o ouvinte não cumpra as exigências, ocorre o uso do *any*. Haspelmath (1997) conclui dizendo que *some* (e qualquer outro indefinido positivo) só é possível em sentenças negativas se houver uma expectativa (positiva) do falante, mas mesmo nesses contextos o item não fica sob o escopo da negação.

⁵ A função negação indireta é uma negação implícita com uso do item *sem* (por exemplo, *sem qualquer calor*, *sem alguma comida*) e aproxima-se da função *free choice*. Em sentenças como *não é necessário que alguma pessoa/qualquer pessoa venha*, aproxima-se da função *irrealis* não-específico.

⁶ A função comparação, quando estabelecida entre sintagmas nominais, aproxima-se da função *free choice*. Quando estabelecida entre sentenças, aproxima-se da negação indireta.

⁷ Os exemplos em outras línguas apresentarão na glosa uma tradução para cada item. Entretanto será mantido o pronome ou o determinante na língua original. Na paráfrase será feita uma tradução para o português do que poderia ser o mais próximo da língua observada. A decisão por essa forma de apresentação dos dados se deve ao fato de que nem sempre há correspondência entre os itens a serem traduzidos.

Irrealis não-específico:

- (3) *Please try somewhere else.*
Por favor tente somewhere outro
‘Por favor, tente algum outro lugar (adicional)’

Interrogativa:

- (4) *Did anybody tell you anything about it?*
Verbo auxiliar anybody contar você anything sobre ele?
‘Alguém contou para você alguma coisa/qualquer coisa sobre isto?’

Condicional:

- (5) *If you see anything tell me immediately.*
Se você ver anything contar me imediatamente
‘Se você vir alguma coisa/qualquer coisa conte para mim imediatamente’

Comparação:

- (6) *In Freiburg the weather is nicer than anywhere in Germany.*
Em Freiburg o tempo é melhor que anywhere em Alemanha
‘Em Freiburg o clima é melhor que qualquer (outro) lugar da Alemanha’

Negação indireta:

- (7) *I don't think that anybody knows the answer.*
Eu verbo auxiliar+negação acho que anybody sabe a resposta
‘Eu não acho que alguma pessoa/qualquer pessoa saiba a resposta’

Negação direta:

- (8) *Nobody knows the answer.*
Nobody sabe a resposta
‘Ninguém sabe a resposta’

Free choice:

- (9) *Anybody can solve this problem.*
Anybody pode resolver este problema
'Qualquer pessoa pode resolver este problema'

Conforme a proposta do autor, pronomes indefinidos, frequentemente, podem expressar mais de uma dessas nove funções. Além disso, as funções que são expressas pelo mesmo item são adjacentes no mapa implicacional. Se, por exemplo, um pronome expressar a função condicional e a função *free choice* (livre escolha), ele também deverá expressar, segundo as previsões do autor, a função localizada entre elas, ou seja, a função comparação.

Nos últimos anos, o interesse pela análise de dados que se comportam como os apresentados nos exemplos de (1) a (9) ganhou força com a discussão de Kratzer e Shimoyama (2002) sobre o comportamento sintático, semântico e pragmático de *irgendein* 'qualquer/algum' do alemão. A partir de então, muitos pesquisadores se voltaram para a análise de pronomes e determinantes que veiculam algum tipo de informação sobre o estado epistêmico (de conhecer ou não conhecer) do falante ou de outro agente saliente (como o sujeito da sentença, por exemplo). Alguns desses pronomes e determinantes veiculam uma asserção de existência (i.e. de que existe um indivíduo) e, adicionalmente, a informação de que o falante está em condições de identificar o indivíduo que satisfaz a afirmação de existência, como no exemplo (10), do finlandês, em que *eräs* 'uma certa pessoa' tem a função de específico-conhecido. Outros pronomes veiculam uma asserção de existência e, além disso, indicam que o falante não está em condições de identificar o indivíduo que satisfaz a afirmação de existência, como o exemplo também do finlandês (11), em que *joku* 'alguém' é inapropriado na função específico-conhecido e por essa razão a continuação *adivinha quem é* é inadequada.

Finlandês:⁸

- (10) *Eräs ystäväni kerto-i sen.*
Eräs amigo contar-passado 3 pessoa singular ele
'Um certo amigo contou isto'

⁸ Exemplos (10) e (11) são de Haspelmath (1997, p. 293).

- (18) *Maria tem otimismo (nas situações difíceis).*
- (19) *Maria tem um otimismo (inacreditável nas situações difíceis).*
- (20) *Maria tem algum otimismo (nas situações difíceis).*
- (21) *Maria tem um certo otimismo (nas situações difíceis).*

Por sua vez, *algum* e *(um) certo*, combinados com nomes contáveis, tomam posições opostas no que diz respeito à noção de identificabilidade (conhecimento). Enquanto *(um) certo* marca que um agente saliente (o falante) está em condições de identificar o referente do sintagma determinante, *algum* marca falta de conhecimento.

Para a realização deste trabalho, as hipóteses levantadas e as teses defendidas foram checadas através da análise da intuição de falantes sobre sentenças com *algum* e *(um) certo*. Os testes consistiram na redação de pequenos parágrafos seguidos de sentenças com os indefinidos estudados. Aos falantes foi perguntado se as sentenças eram apropriadas para os contextos apresentados.

Este trabalho pretende ser uma contribuição para o entendimento da semântica de determinantes indefinidos no PB. Ao descrever e analisar o comportamento semântico e pragmático de *algum* e *(um) certo*, este texto contribui, de maneira mais abrangente, para o estudo que tem se desenvolvido em várias línguas com o objetivo de construir uma tipologia para indefinidos associados ao estado epistêmico do falante.

Para o desenvolvimento deste trabalho é importante ainda fixar que a denominação *indefinido* será entendida, a partir deste momento, nos termos da proposta de Heim (1982), segundo a qual indefinidos não possuem força quantificacional própria, e nos termos da proposta de Kratzer e Shimoyama (2002), para a qual mesmo aqueles indefinidos que aparecem sempre associados à interpretação existencial, por exemplo, não possuem força quantificacional própria. Esse é o caso de indefinidos como *irgendein* ‘algum/qualquer’ que, apesar de sempre estar associado à interpretação existencial, não possui força quantificacional própria. Segundo Kratzer e Shimoyama (2002), grosso modo, trata-se de uma questão de concordância entre um traço subespecificado para quantificação existencial, presente no indefinido, e um traço especificado (para quantificação existencial) presente em um operador que prende esse indefinido.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, retoma-se a discussão para *algum* no PB apresentada inicialmente em Silva (2007), mostrando que a análise de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010) estende-se para os dados do PB. Defende-se que *algum*

está associado a um efeito pragmático de ignorância e que ele é sensível ao modal com que se combina, além também de ter a leitura de indiferença quando combinado com o nome *coisa*. O segundo capítulo dedica-se à descrição de *algum* combinado com nomes massivos e abstratos. Defende-se que *algum* combinado com nome massivo está associado ao efeito de ignorância de quantidade e tal efeito é caracterizado como uma implicatura conversacional. Além disso, *algum* combinado com um nome abstrato gera a interpretação de impossibilidade de precisar o grau associado ao nome. O capítulo três discute a expressão *(um) certo* em sua combinação com nomes contáveis, massivos e abstratos. Defende-se que tal indefinido está associado à noção de identificabilidade por parte do falante e que identificabilidade é uma propriedade semântica de tal indefinido. Por sua vez, quando combinado com nomes abstratos a interpretação ao qual ele se associa é a de grau/intensidade.

1 Estudo das implicaturas geradas pela relação entre *algun* e nomes contáveis

No que se refere a expressões nominais existenciais, encontra-se na literatura linguística (cf. ALONI, 2007; ALONSO-OVALLE; MENÉNDEZ-BENITO, 2010; DAYAL, 1998; HINTIKKA, 1986; JAYEZ; TOVENA, 2006; KRATZER; SHIMOYAMA, 2002; MENÉNDEZ-BENITO, 2010; entre outros) que os usos de algumas dessas expressões estão associados a diferentes efeitos de interpretação tais como ignorância, conhecimento e *free choice* (livre escolha), por exemplo.⁹

Segundo a tipologia proposta por Haspelmath (1997), é possível encontrar, em diferentes línguas, séries inteiras de pronomes indefinidos que assinalam efeitos como ignorância, conhecimento ou *free choice*. No exemplo (22) do russo, o falante sabe quem bateu na porta e *kto-to* ‘alguém’ exerce a função específico-conhecido. Na sentença (23), do italiano, o uso de *dovunque* ‘qualquer lugar’ marca que todos os lugares existentes são opções possíveis, ou seja, ali se tem a leitura *free choice*.¹⁰

Russo:

- (22) *Kto-to postucal v dver.*
Kto-to bateu na porta
‘Alguém (específico e conhecido) bateu na porta’

Italiano:

- (23) *Puoi andare dovunque.*
Pode ir dovunque
‘Você pode ir para qualquer lugar’

⁹ “Expressões nominais existenciais” aqui são entendidas como aqueles sintagmas determinantes com valor de quantificação existencial.

¹⁰ Exemplo da língua russa retirado de Haspelmath (1997, p. 273). Exemplo do italiano retirado de Haspelmath (1997, p. 263).

Conforme Haspelmath (1997), pronomes indefinidos que ocorrem em série, relacionam-se a categorias ontológicas como as de pessoa, coisa, lugar, tempo, modo, etc. De acordo com a tipologia proposta por ele, o português apresenta três séries com tal função. A série *alg-* é composta pelo determinante *algum*; pelo pronome *alguém*, que corresponderia à categoria ontológica de pessoa, como *someone/somebody* ‘alguém/alguma pessoa’ do inglês, por exemplo; e pelo pronome *algo*, que corresponderia à categoria ontológica de coisa, como *something* ‘algo/alguma coisa’ do inglês. Além disso, o autor apresenta construções como *algures*, como *somewhere* ‘algum lugar’ do inglês, semelhante à forma *algum lugar*, que corresponderia à categoria de lugar. Apresenta ainda a expressão *algum modo*, pois em português não existe um pronome para a categoria de modo, como existe no inglês, *somehow* ‘algum modo’. O autor apresenta também a série *qualquer* (*qualquer*, *qualquer pessoa*, *qualquer coisa*, *em qualquer lugar*, *em qualquer tempo*, *de qualquer modo*) e a série N- (*nenhum*, *ninguém*, *nada*, *nenhures*, *nunca*). A Tabela (1), retomada de Haspelmath (1997, p. 256), resume as funções dos pronomes e as categorias ontológicas com as quais eles se relacionam.¹¹

Tabela (1) Pronomes no português: funções e categorias ontológicas

Categoria ontológica	Pronomes interrogativos	Série <i>alg-</i>	Série <i>qualquer</i>	Série N-
Pessoa	<i>Quem</i>	<i>Alguém</i>	<i>qualquer pessoa</i>	<i>ninguém</i>
Coisa	<i>Que</i>	<i>algo, alguma coisa</i>	<i>qualquer coisa</i>	<i>nada</i>
Lugar	<i>Onde</i>	<i>algures, em algum lugar</i>	<i>em qualquer lugar</i>	<i>nenhures</i>
Tempo	<i>quando</i>	<i>alguma vez</i>	<i>qualquer altura</i> ¹²	<i>nunca, jamais</i>
Modo	<i>Como</i>	<i>de algum modo</i>	<i>de qualquer modo</i>	
Determinante	<i>que, qual</i>	<i>algum</i>	<i>qualquer</i>	<i>nenhum</i>

(Fonte: HASPELMATH, 1997, p. 256)

O item *algum* da série *alg-* do português brasileiro se tornará o foco principal deste capítulo. Aqui se analisará tal item quando este é combinado com nomes contáveis. Como será apresentado na seção 1.1, o item *algum* quando combinado com nomes contáveis está

¹¹ O autor classifica como pronomes os itens que as gramáticas normativas têm classificado como advérbio. Esse é o caso de expressões como *algures* e *nenhures*. Tal distinção não será discutida aqui. O objetivo é apresentar o modo como as línguas constroem séries como a série *some* ou *any*. Além disso, é importante ressaltar que *algures* e *nenhures* são expressões linguísticas de pouco uso atualmente.

¹² *Qualquer altura* equivaleria a *qualquer tempo/qualquer hora*.

associado tanto ao efeito de ignorância (de quantidade e de identidade) quanto ao efeito de *livre escolha* (*free choice*). Há ainda a leitura de indiferença em construções como *alguma coisa*. Dessa forma, a questão que norteia este capítulo é:

(i) Como as interpretações associadas ao *algum* são construídas?

Para chegar à resposta dessa questão, outras perguntas devem ser respondidas. São elas:

(i) Como essas interpretações podem ser descritas: são parte da semântica ou são efeitos pragmáticos?

(ii) *Algum* está associado à interpretação de ignorância total ou parcial?

(iii) *Algum* é sensível ao modo como o falante teve acesso à informação (evidência direta ou indireta)?

(iv) O componente epistêmico de *algum* é orientado para quem (para o falante, para outro agente)?

(v) *Algum* é sensível ao tipo de modal com o qual se relaciona (deôntico, epistêmico)?

Os objetivos deste capítulo são descrever e analisar dados do PB com o item *algum*, ilustrando, a partir da comparação com o item *um*, que o uso daquele está associado ao efeito de desconhecimento do falante; e demonstrar que a proposta de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010), para dados do espanhol, pode ser estendida para os dados PB.

Na proposta de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010), o indefinido *algún* ‘algum’, do espanhol, está associado ao efeito de ignorância do falante. Os autores nomeiam itens como *algún* ‘algum’ como indefinidos epistêmicos porque estão associados ao estado de conhecimento/desconhecimento do falante. Segundo a análise dos autores, o efeito de ignorância associado ao indefinido *algún* ‘algum’ resulta do fato de esse item fazer uma restrição sobre seu domínio de quantificação, marcando que tal domínio não pode ser unitário (ele é *antisingleton*). Em uma sentença em que haja um sintagma nominal com *algún* ‘algum’, a implicatura de ignorância é gerada a partir da interação entre *algún* ‘algum’ e um modal, que pode estar realizado ou não. Nesses termos, o efeito de ignorância é pragmático, podendo ser cancelado, por exemplo, em contextos de acarretamento descendente. Porém, como será

apresentado, *algum* em português tem comportamento diferente, pois é sensível ao tipo de modal com o qual interage em uma sentença.

Este capítulo está organizado como segue: na seção (1.1), são apresentados dados do PB com o indefinido *algum* e os efeitos a ele associados; na seção (1.2), é discutida a proposta de Kratzer e Shimoyama (2002), para o *irgendein* ‘algum’, do alemão; na seção (1.3), é discutida a proposta de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010) e a possibilidade de sua aplicação para o PB; na seção (1.4), discute-se a distinção entre *algún* do espanhol e *algum* do português no que diz respeito ao comportamento desses indefinidos em interação com modais em sua leitura deôntica; na seção (1.5), são apresentadas as conclusões.

1.1 Apresentação dos dados: contextos e leituras disponíveis para *algum* combinado com nomes contáveis

Nesta seção, serão expostas sentenças do PB contendo o indefinido *algum*, com o objetivo de apresentar os efeitos associados a ele. Para tanto, serão apresentados também alguns dados com *um* para, através da comparação, ilustrar esses efeitos.

Silva (2007) apresentou uma distinção entre os itens *algum* e *um* no PB, no que diz respeito ao primeiro marcar desconhecimento do falante em relação à identidade do referente e o segundo poder ser apropriado mesmo quando o falante pode nomear o indivíduo em questão. Considere o cenário em que há um grupo de 15 garotos dentro de um vestiário e todos estão se preparando para ir embora depois uma partida de futebol. Duas horas depois de todos saírem, a faxineira, Maria, encontra um par de chuteiras sobre um dos bancos. Nesse cenário (24) e (25) são apropriadas.

(24) *Algum menino esqueceu a chuteira.*

(25) *Um menino esqueceu a chuteira.*

Considere o cenário apresentado, porém com uma pequena mudança. Maria encontra um par de chuteiras e identifica que são de Pedro. Nessa situação, a sentença (25) é apropriada, porém a sentença (24) não é apropriada. Da mesma forma, a identificação *o Pedro*, em (27), é adequada, porém a identificação *o Pedro*, em (26), não o é. Isto se dá

porque o uso de *um* é apropriado na situação em que Maria pode identificar o dono das chuteiras (nomeando-o, por exemplo), mas por alguma razão não desejou fazê-lo. O uso de *um* também pode ser adequado em situações em que o falante não está em condições de identificar o referente. Por outro lado, *algum* está associado ao efeito de desconhecimento do falante em relação à identidade de quem esqueceu as chuteiras, por essa razão nomear o garoto que esqueceu soa estranho.

(26) *#Algum menino, o Pedro, esqueceu as chuteiras.*

(27) *Um menino, o Pedro, esqueceu as chuteiras.*

O uso de *algum* indica desconhecimento em relação à identidade do referente, mas pode indicar também desconhecimento em relação à quantidade. Considere o cenário em que cinco colegas de faculdade (Maria, Carolina, Paulo, Pedro e João) estão reunidos sábado à noite juntando dinheiro para comprar uma pizza. Todos se manifestam para ajudar com os recursos que têm. Nesse contexto, Maria profere a sentença (28):

(28) *Eu tenho alguma moeda no meu porquinho.*

Nessa situação, a ignorância de Maria está relacionada não à identidade das moedas, mas à quantidade de moedas que ela possui no cofre. Em uma situação em que a Maria soubesse o número exato de moedas a sentença seria inapropriada. Da mesma maneira, em um contexto em que o que está em questão é a quantidade de dentes de leite que João ainda tem na boca, a sentença (29) está associada à interpretação de que o falante não sabe a quantidade de dentes de leite que o João tem.

(29) *João (ainda) tem algum dente de leite.*

É possível ainda dizer que o uso de *algum* é sensível ao modo como o falante tem acesso à informação. Imagine uma situação em que Maria viu, através da janela, um homem andando pela praça perto de sua casa. Ela não sabe que o nome dele é João. Nessa situação, ignorar o nome não é suficiente para bloquear o uso de *algum* e por essa razão a sentença (30b) é inadequada. Isso porque o uso de *algum* é bloqueado em situações em que o falante tem acesso direto (visual) ao referente do sintagma determinante. Veja-se que, segundo

Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2003), o item do inglês *some* ‘algum’ é aceitável nessa mesma situação.

(30)

- (a) *Look! Some professor is dancing lambada on his*
Olhe! *Some professor está dançando lambada em sua*

*table.*¹³

mesa

“Olhe! Um professor está dançando lambada em sua mesa”

- (b) *#Algum homem estava andando na praça.*

Em PB, uma sentença com *algum* combinado com *coisa* pode gerar a interpretação de indiferença por parte do falante. Considere o cenário em que João chega à sua casa, come uma maçã e senta no sofá até que Maria, sua namorada, liga perguntando por que ele demorou a ligar para ela. Nessa situação, João pode proferir (31). Lembre-se que em outras situações, quando o falante tem acesso direto ao referente, o uso de *algum* é bloqueado. Nesse caso, o uso de *algum* indica que não é relevante para os rumos da conversa João dizer o que estava comendo.

- (31) *(Demorei para ligar porque) Eu fui comer alguma coisa.*

As sentenças apresentadas até o momento não possuem operadores modais realizados. Quando está em sentenças com modais como *ter que*, *poder* e *dever*, o item *algum* pode tomar escopo amplo ou escopo estreito em relação a esses modais. Antes, porém, de observar os dados em que *algum* interage com operadores modais, ou mesmo com quantificadores como *todo*, é apresentado um pequeno resumo sobre relações entre operadores em uma sentença, isto é, relações de escopo.

Grosso modo, relações de escopo são aquelas nas quais a interpretação de uma expressão linguística depende da interpretação de outra. Por exemplo, a sentença (32) pode

¹³ Exemplo extraído de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2003, p.10).

significar que existe uma questão que foi escolhida por vários professores ou a interpretação de que cada professor escolheu uma questão, mas necessariamente a mesma.

(32) *Todo professor escolheu uma questão para a prova.*

(a) Existe uma questão que foi escolhida por todos os professores.

(b) Para todo professor há uma questão escolhida (que pode ser a mesma, ou não)

Outro exemplo é a sentença (33) para a qual também há duas possibilidades de interpretação: (a) existem duas questões que foram escolhidas pelos alunos e (b) cada aluno escolheu duas questões para resolver e tais questões provavelmente são diferentes. O exemplo ilustra que a ordem em que é escolhida a distribuição entre alunos e questões afeta diretamente a interpretação da sentença.

(33) *Cada aluno resolveu duas questões.*

(a) Existem duas questões (específicas) que foram escolhidas pelos alunos.

(b) Cada aluno escolheu duas questões para resolver e tais questões provavelmente são diferentes.

A ambiguidade de interpretação apresentada para o exemplo (33) é, então, caracterizada pelo modo como se dá a relação entre *cada aluno* e *duas questões*. Quando *cada aluno* tem escopo sobre *duas questões*, tem-se a interpretação em (b); quando *duas questões* têm escopo sobre *cada aluno*, tem-se a interpretação em (a).

Após essa breve digressão, é possível dizer que *algum* interage com outros operadores presentes na sentença (sejam eles quantificadores como *cada* ou operadores modais). Dessa forma, para sentenças em que *algum* interage com verbos de atitude proposicional como *querer* e *achar* é possível apontar diferentes interpretações resultantes de diferentes relações de escopo. As leituras disponíveis para as sentenças (34) a (37) estão em (38)(a) e (b). E as leituras disponíveis para (39) estão em (40) (a) e (b).

(34) *Maria tem que casar com algum médico.*

(35) *Maria pode casar com algum médico.*

(36) *Maria deve casar com algum médico.*

(37) *Maria quer casar com algum médico.*

(38)

(a) Escopo largo: $\exists >$ modal/ verbo de atitude proposicional:

Existe um médico com quem Maria tem que/deve/pode/quer casar (mas o falante não sabe quem é esse médico).

(b) Escopo estreito: modal/ verbo de atitude proposicional $> \exists$:

Maria tem que/pode/deve/quer casar com um médico.

(39) *João acha que Maria casou com algum médico.*

(40)

(a) Escopo largo: $\exists >$ achar:

Existe um médico com quem João acha que Maria casou.

(b) Escopo estreito: achar $> \exists$:

João acha que Maria casou com um médico.

Além disso, quando combinado com modais (*poder*, *ter que* e *dever*) outro efeito, além do de ignorância, fica disponível em sentenças com *algum*. Na realidade, *algum* parece ser sensível à natureza do modal com o qual interage. Quando *algum* está em interação com um modal de necessidade na sua leitura epistêmica, a interpretação é a de ignorância. Quando esse está em interação com um modal na leitura deôntica a interpretação é de livre escolha.

Considere uma situação em que Maria é de uma família indiana em que é regra o pai escolher o marido para as filhas. Além disso, ele só permite que ela se case com indianos. Nesse caso, em que é uma obrigação a Maria se casar com o homem indiano que o pai escolher, a leitura de *algum indiano* na sentença (41) é de que qualquer indivíduo que preencha o requisito *ser indiano* deve ser uma possibilidade disponível. Por outro lado, em um cenário em que o falante está em dúvida sobre quem possa ser o indivíduo escolhido, se a situação permite ao falante ter algumas pistas sobre o possível marido da Maria sem estar em condições de identificá-lo, *tem que* é interpretado na sua leitura epistêmica e o efeito associado a *algum* é de ignorância. Para a primeira situação a continuação em (42), *e eu vou descobrir quem é ele*, é inapropriada. Porém para a situação em que *tem que* é interpretado na sua leitura epistêmica, a continuação é adequada.

- (41) *Maria tem que casar com algum indiano.*
(42) *Maria tem que casar com algum indiano. E eu vou descobrir que é ele.*

O mesmo parece acontecer com *dever* e *poder*. Se interpretados em sua leitura deôntica, a continuação em (45) é apropriada e a continuação em (46) é inapropriada. Porém, a continuação em (46) seria apropriada para a leitura epistêmica.

- (43) *Maria deve casar com algum indiano.*
(44) *Maria pode casar com algum indiano.*
(45) *Maria deve/pode casar com algum indiano. Só dessa forma o pai dela dará autorização.*
(46) *Maria deve/pode casar com algum indiano. E eu vou descobrir quem é ele.*

Outro ponto a ser observado é a quem o desconhecimento do referente está associado. Sentenças como (47) revelam uma informação adicional sobre o efeito de ignorância associado ao *algum*. Ela ilustra que o efeito de ignorância pode ser orientado para um agente que não o falante. No caso de (47), a ignorância sobre a identidade do médico diz respeito ao João (João é quem desconhece a identidade do médico). Uma evidência de que a ignorância em relação à identidade do médico é do sujeito do verbo de atitude proposicional é que a continuação em (48), *ele não sabe quem é esse médico, mas eu sei*, é apropriada.

- (47) *João acha que Maria encontrou algum médico.*
(48) *João acha que Maria encontrou algum médico. Ele não sabe quem é esse médico, mas eu sei.*

Outro fenômeno a ser observado é o modo como *algum* interage com a negação, quantificadores nominais, condicionais e operadores como verbos modais no que diz respeito a relações de escopo. No que diz respeito à negação, *algum* não ficar no escopo da negação direta, apenas indireta. Dessa forma, a sentença (49) não tem a interpretação de que João não fez questão nenhuma. A única leitura disponível é a de que existe uma questão que João não fez e que o falante não sabe qual é essa questão (leitura de escopo largo do indefinido).

- (49) *João não fez alguma questão da prova.*

(50)

(a) Escopo largo: $\exists > \text{não}$

Existe uma questão da prova que o João não fez e o falante não sabe qual é.

(b) #Escopo estreito: $\text{não} > \exists$

O João não fez nenhuma questão (ele deixou a prova em branco).

Quando *algum* está no escopo de uma negação indireta (negação metalinguística), como no exemplo (51), a leitura é de que João não fez nenhuma questão e a leitura de ignorância por parte do falante desaparece. Com a condição de que *algum* venha na posição pós-nominal, ele pode ficar no escopo do *não*, como no exemplo (52). Nesse caso, a única interpretação disponível é a de que João não fez as questões da prova.

(51) *Não é verdade que João fez alguma questão da prova.*

(a) Escopo estreito: $\text{não} > \exists$

O João não fez nenhuma questão (ele deixou a prova em branco).

(52) *João não fez questão alguma.*

(a) Escopo estreito: $\text{não} > \exists$

O João não fez nenhuma questão (ele deixou a prova em branco).

Quanto à relação entre *algum* e quantificadores nominais como *todo*, segundo a intuição dos falantes consultados, a leitura em que o indefinido toma escopo largo em relação ao quantificador é mais difícil, mas não é impossível. Dessa forma, a sentença (53) teria duas leituras, que seguem em (54).

(53) *Todo aluno fez alguma questão da prova.*

(54)

(a) Escopo largo: $\exists > \text{todo}$

Existe uma questão que todo aluno fez, mas o falante não sabe dizer qual é essa questão.

(b) Escopo estreito: $\text{todo} > \exists$

Leitura de pares (para cada aluno uma questão), nesse caso, é possível ao falante saber a questão feita por cada aluno.

A mesma relação de escopo se mantém para sentenças condicionais, como (55), veja as leituras possíveis em (56). Nesse caso, a leitura em que *algum* tem escopo amplo é mais difícil, mas não impossível, segundo a intuição dos falantes consultados.

(55) *Se João passou na prova, então ele fez alguma questão da prova.*

(56)

(a) Escopo largo: $\exists > se$

Existe uma questão que João fez, mas o falante não sabe dizer qual é essa questão.

(b) Escopo estreito: $se > \exists$

Leitura de que João pode ter feito qualquer uma das questões; deve ter feito pelo menos uma questão.

O uso de *algum* combinado com um nome contável pode ser associado à ignorância de identidade/quantidade por parte do falante ou por parte do sujeito da sentença. Da mesma forma, o uso de *algum* combinado com um nome contável pode ser associado ao fato de que o falante está indiferente em relação à identidade do referente. Além disso, *algum* é sensível ao tipo de modal com o qual se combina. Dessa forma, a Tabela (2) resume as possibilidades de interpretações disponíveis para *algum*.

Tabela (2): Interpretações disponíveis para *algum* sob o escopo de modais e operadores de atitude proposicional

	Operador modal com leitura epistêmica	Operador modal com leitura deôntica	Operador modal não realizado	Operadores de atitude proposicional
Implicatura de ignorância	Sim	Não	Sim	Sim
Implicatura de que todas as opções do domínio são possibilidades	Não	Sim	Não	Não

Em resumo, os exemplos apresentados nesta seção são para ilustrar os efeitos associados ao *algum*: de ignorância de identidade, de ignorância de quantidade e o efeito de que não importa a identidade do indivíduo em questão e de indiferença. Tendo isso em mente, nas próximas seções serão discutidas duas propostas que visam explicar como é construído o

efeito de ignorância com o item *irgendein* ‘algum/qualquer’ (cf. Kratzer; Shimoyama, 2002) e com o item *algún* ‘algum’ (cf. Alonso-Ovalle; Menéndez-Benito, 2010), respectivamente.

1.2 Kratzer e Shimoyama (2002): *irgendein* como um item alargador de domínio

Nesta seção, será apresentada a proposta de Kratzer e Shimoyama (2002). O objetivo é descrever a explicação dada pelas autoras para a construção do efeito de *free choice* associado ao *irgendein* ‘algum/qualquer’, do alemão. Além disso, o objetivo é comparar o comportamento de *algum* e *irgendein* e mostrar a distinção entre ambos.

Conforme a proposta de Kratzer e Shimoyama (2002), *irgendein* ‘algum/qualquer’ está associado aos efeitos de ignorância, indiferença e *free choice*. Segundo as autoras, uma sentença como (57) veicula um efeito epistêmico sutil de que o falante não está apto a identificar a pessoa que ligou por isso a pergunta de B é inapropriada. A sentença (58) possui a interpretação de que não importa quem seja o convidado. A resposta de B na sequência em (58) seria apropriada em um contexto em que qualquer pessoa no universo de discurso seria uma boa opção. Por sua vez, quando *irgendein* ‘algum/qualquer’ está em interação com um modal como *musste* ‘tem que’, há duas possibilidades de interpretação. Por exemplo, para a sentença (59), se *irgendein* ‘algum/qualquer’ tem escopo sobre o modal *musste* ‘tem que’, a interpretação é a de que existe uma pessoa com quem Maria tem de se casar, mas o falante não sabe quem é a pessoa. Se *irgerdein* ‘algum/qualquer’ tem escopo sob o modal *musste* ‘em que’ a interpretação é a de que a Maria tem de se casar e não faz diferença quem seja o indivíduo com quem Maria tem de se casar.

(57) *Irgendjemand hat angerufen.*

Irgendjemand tem ligado

‘Alguma pessoa ligou’

B: #*Wer war es?*

quem foi ele

‘quem foi’

(58)

A: *Wen soll ich einladen?*

Quem devo eu convidar

‘Quem eu devo convidar’

B: *Irgendjemand*

Irgendjemand

‘Alguma pessoa/ qualquer pessoa’

(59) *Mary musste irgendeinen Mann heiraten.*

Maria tem que irgendeinen homem casar

‘Maria tem que casar com algum homem’

Segundo as autoras, esse efeito de desconhecimento resulta da combinação das características semânticas de *irgendein* ‘algum/qualquer’ com a modalidade. Para tanto, mesmo nos casos onde não exista um operador realizado, as autoras assumem que existe um operador. Conforme as autoras, *irgendein* ‘algum/qualquer’ sempre é interpretado com leitura existencial. Além disso, *irgendein* ‘algum/qualquer’ dispara efeito *free choice* (livre escolha) sob o escopo de modais, ou seja, de que todos os elementos do domínio devem ser opções disponíveis para satisfazer o predicado em questão (por exemplo, casar com um homem).

De modo geral, conforme a análise das autoras, *irgendein* ‘algum/qualquer’ é um item alargador de domínio, ou seja, todos os elementos do domínio devem ser opções disponíveis, e ao se combinar com um nome e, em seguida, com um predicado, ele cria um conjunto de alternativas proposicionais possíveis, que se expandem até encontrar um operador que as prenda (o que constitui o alargamento de domínio). Por sua vez, sua interação com um modal cria, por implicatura, o efeito de livre-escolha, uma vez que os modais “fornecem” os mundos possíveis para as alternativas criadas pelo indefinido. Do efeito de livre-escolha, surge o desconhecimento do falante, que não está apto a dizer qual das alternativas disponíveis é a adequada.

Para detalhar o parágrafo anterior, segundo a proposta de Kratzer e Shimoyama (2002), o comportamento de *irgendein* ‘algum/qualquer’ é explicado em interação com modais assumindo que esse indefinido impõe uma restrição sobre seu domínio de quantificação: ele é um indefinido *domain widening*, ou seja, alargador de domínio (todos os elementos devem ser opções disponíveis).

Para a proposta das autoras, sintagmas indefinidos denotam o conjunto de indivíduos contextualmente relevantes que satisfazem a extensão do nome. Dessa forma, adaptando a proposta para um exemplo do PB, a denotação de *uma atriz* seria o conjunto das atrizes em um domínio dado pelo contexto.

(60) $[[\text{uma atriz}]] = \{\text{Maria, Joana, Carla}\}$

As autoras assumem a proposta de Hamblin (1973), segundo a qual um conjunto de alternativas proposicionais é criado a partir da combinação de um indefinido com um predicado. Por sua vez, indefinidos denotam conjuntos de indivíduos e predicados denotam funções que levam indivíduos para proposições. Dessa forma, para uma sentença como (61) tem-se o cálculo em (62).

(61) *Uma atriz entrou na sala.*

(62)

(a) assumindo que o conjunto de atrizes no contexto seja: $\{\text{Maria, Joana, Carla}\}$

(b) $[[\text{entrou na sala}]] ([[\text{uma atriz}]]) =$

(c) $\lambda x. \lambda w'. x \text{ entrou na sala em } w' (\{\text{Maria, Joana, Carla}\}) =$

(d) $\{ \lambda w'. \text{Maria entrou na sala em } w',$

$\lambda w'. \text{Joana entrou na sala em } w',$

$\lambda w'. \text{Carla entrou na sala em } w' \}$

Ao assumir a proposta de Hamblin (1973), Kratzer e Shimoyama (2002) assumem que modais operam sobre conjuntos de proposições. Dessa maneira, uma sentença que tenha um operador de necessidade modal será verdadeira se, e somente se, para cada mundo acessível w , existir pelo menos uma proposição verdadeira no conjunto de mundos dado pelo operador modal. Por exemplo, considere a sentença (63), encaixada sob *Carolina sabe*, como ilustrado em (64), abaixo. Assumindo que *saber* é um operador epistêmico de necessidade modal, *saber* toma, no contexto dado, um conjunto com três proposições: a proposição que Maria entrou na sala; a proposição que Joana entrou na sala; e a proposição que Carla entrou na sala. Nesse caso, a sentença (63) será verdadeira se para cada alternativa epistêmica de Carolina w , Maria entrou na sala em w , ou Joana entrou na sala em w , ou Carla entrou na sala em w (ou mesmo que Maria, Joana e Carla entraram na sala em w).

(63) *Carolina sabe que uma atriz entrou na sala.*

No caso de *irgendein* ‘algum/qualquer’, segundo as autoras, por ele ser um alargador de domínio, um sintagma como *irgendein Actress* ‘alguma atriz/qualquer atriz’ denota o conjunto de todas as atrizes no mundo de avaliação. Segundo essa proposta, toda vez que se combina um item alargador de domínio como *irgendein* ‘algum/qualquer’ com um predicado, o resultado é o conjunto máximo de alternativas. O que resultaria, para uma sentença como (64), algo como o representado em (65).

(64) *Carolina weiss, dass irgendein Actress den Raum betrat*
 Carolina sabe, que irgendein atriz o sala entrou
 ‘Carolina sabe que alguma atriz entrou na sala’

(65) [[Carolina sabe]] ($\{ \lambda w'. \text{ Maria entrou na sala em } w',$
 $\lambda w'. \text{ Joana entrou na sala em } w',$
 $\lambda w'. \text{ Carla entrou na sala em } w',$
 e assim por diante para todas as garotas em } w\}

A semântica do *saber* diz que uma sentença como (64) seria verdadeira somente se para todas as alternativas epistêmicas de Carolina em w , pelo menos uma atriz entrou na sala em w . Dessa forma, a sentença (64) seria verdadeira na situação em que existem atrizes que não constituem uma possibilidade epistêmica para Carolina.

Segundo as autoras, a sentença (64) não é apropriada em situações em que Carolina sabe que Maria entrou na sala. Para ser apropriada, cada uma das proposições no conjunto sobre o qual o *saber* opera tem que ser verdadeira em pelo menos uma das alternativas epistêmicas de Carolina. Para a proposta das autoras tal fato deve-se ao que elas denominaram de *distribution requirement* ‘requerimento de distribuição’. Conforme a análise de Kratzer e Shimoyama (2002) esse requerimento de distribuição é uma inferência desenhada pelo ouvinte devido ao fato de *irgendein* ‘algum/qualquer’ ser um item alargador de domínio.

No caso de sentenças em que não há um modal realizado, as autoras assumem um operador de asserção. As asserções seriam implicitamente modalizadas. Seguindo Kadmon e Landman (1993), as autoras assumem que um item alargador de domínio serve a dois propósitos e que no caso de *irgendein* ‘algum/qualquer’ esses propósitos são: (i) evitar fazer

uma afirmação falsa, por não estar em condições de dizer qual das atrizes entrou, no caso da sentença (64); (ii) e evitar uma falsa inferência de exaustividade (se Carolina dissesse que Maria entrou na sala, o ouvinte poderia inferir que ninguém mais entrou na sala).

Para a proposta das autoras, o efeito de ignorância/indiferença é uma implicatura conversacional e uma evidência para isso é que tal implicatura pode ser cancelada sob negação. Como ilustra a sentença em (66).

(66) *Niemand musste irgendjemand einladen.*

Ninguém tem que *irgendjemand* convidar

‘Ninguém tem que convidar alguma/qualquer pessoa’

Conforme as autoras, a única interpretação possível para (66), é de que nenhuma pessoa deve ser convidada. Quando não está sob o escopo da negação, *irgendein* ‘algum/qualquer’ pode ser associado à interpretação de ignorância/indiferença do falante em relação ao referente. Se o efeito de ignorância/indiferença fosse parte da semântica desse indefinido a negação mudaria o efeito de desconhecimento do sujeito para conhecimento do sujeito em relação ao referente. Entretanto, quando está sob negação, o efeito de ignorância/indiferença desaparece e, por essa razão, a sentença (66) não pode ser interpretada como se o falante passasse de um estado de desconhecimento para conhecimento da pessoa a ser convidada. O exemplo (66) deve ser interpretado apenas como não há pessoas que possam ser convidadas. Segundo a proposta de Kratzer e Shimoyama (2002), para gerar o efeito de ignorância é essencial assumir que *irgendein* ‘algum/qualquer’ é um item alargador de domínio, pois a partir de sua semântica são geradas alternativas de indivíduos.

Por sua vez, assumindo que em PB *algun* também gera implicatura de ignorância, como ilustrado na seção (1.1), em princípio, como proposto por SILVA (2007), a análise de Kratzer e Shimoyama (2002) poderia explicar os dados do PB. Partindo de dados como (41), repetido em (67) abaixo, SILVA (2007) assume que em PB *algun* é um indefinido que promove o máximo alargamento de domínio, equivalente a *irgendein* ‘algum/qualquer’.

(67) Maria tem que casar com *algun* indiano.

Entretanto, quando examinados de perto, os dados do PB ilustram que *algun* não se comporta da mesma forma que *irgendein* ‘algum/qualquer’. De acordo com a proposta de

Kratzer e Shimoyama (2002), *irgendein* ‘algum/qualquer’ promove o máximo alargamento de domínio, ou seja, todas as alternativas criadas na combinação de ‘*irgendein*+nome comum’ deveriam estar disponíveis. Porém, em PB, a sentença (68) seria apropriada mesmo em um cenário em que algumas possibilidades são descartadas.¹⁴

(68) *Maria pode comprar algum brinquedo para Cláudia.*

Considere um cenário em que há cinco brinquedos {a boneca, a bola, o carrinho, a bicicleta, o urso}. Carolina sabe que Maria não vai comprar a bicicleta e não vai comprar o carrinho. Restaram, então, três possibilidades de presentes que Maria poderia comprar. Nesse caso, a sentença (68) é apropriada, mesmo sem que todo o domínio de indivíduos tenha sido considerado, fato contraditório quando se tem itens que promovam o máximo alargamento de domínio. Por exemplo, em situações em que algumas opções são descartadas, *qualquer* é inapropriado. No cenário apresentado acima, com algumas possibilidades de presente sendo excluídas, a sentença (69), com *qualquer brinquedo*, é inapropriada, uma vez que *qualquer* exige que todos os presentes sejam possibilidades. Ao invés de *algum*, é possível dizer que, em PB, o item que promove o máximo alargamento de domínio é *qualquer*.

(69) *Maria pode comprar qualquer brinquedo para Cláudia.*

Algum, diferentemente de *irgendein* ‘algum/qualquer’, não exige que todo o domínio esteja disponível. *Algum* exige apenas que tenha mais de um elemento disponível em seu domínio como alternativa, por essa razão é possível considerar a sentença (68) apropriada em contextos em que algumas possibilidades foram descartadas. Como será discutido mais adiante, o domínio de *algum* não pode ser unitário.

Por outro lado, cabe agora fazer uma distinção entre dois casos: *algum* em interação com modais epistêmicos não tem a leitura de livre escolha; entretanto, sob o escopo de um modal deontico tal leitura é a única possível. Dessa forma, o que será defendido aqui é que *algum* é sensível à natureza do modal com o qual se combina.

Em resumo, a proposta de Kratzer e Shimoyama (2002) explica o comportamento de *irgendein* ‘algum/qualquer’ no escopo de modais epistêmicos. Porém a proposta das autoras

¹⁴ Lauer (2010) apresenta alguns contraexemplos para o fato de *irgendein* ‘algum/qualquer’ ser um item que promove o máximo alargamento de domínio.

não explica o PB completamente, pois nos contextos em que *algum* está no escopo de um modal epistêmico existe uma competição entre *algum* e *qualquer*.

A proposta de Kratzer e Shimoyama (2002) pode explicar a relação entre indefinidos e modais, ou seja, essa proposta explica como se dá a interação entre modais e indefinidos e o porquê de o resultado de um indefinido (como *irgendein* ‘algum/qualquer’) estar no escopo de um operador modal é a implicatura de ignorância. Porém, a proposta ainda não explica como é possível analisar indefinidos que têm naturezas semânticas distintas, ou seja, como derivar a implicatura de ignorância com indefinidos que não são máximos alargadores de domínio. Isso será tratado na próxima seção, onde será discutida a proposta de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010), para dados do espanhol com o item *algún* ‘algum’.

1.3 Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010): o conceito de variação modal

Esta seção tem como primeiro objetivo apresentar a proposta de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010) para dados com *algún* ‘algum’, no espanhol. Após tal apresentação, será discutida a possibilidade de se estender a proposta desses autores para o equivalente a esse item no PB.

Segundo os autores, grosso modo, as diferenças pragmáticas entre os indefinidos associados a inferências modais (de diferentes línguas e dentro de cada língua) resultam das características semânticas de cada um deles. Conforme a proposta dos autores, tais diferenças de efeitos pragmáticos se devem ao modo como cada um desses indefinidos impõem restrições aos seus domínios de quantificação. Por exemplo, de acordo com os autores, existem indefinidos como *irgendein* ‘algum/qualquer’, que são máximos alargadores de domínio, e indefinidos como *algún* ‘algum’, cujo domínio não pode ser restrito a um conjunto unitário.

Conforme os autores, a interação entre a semântica de cada indefinido (a maneira como cada indefinido restringe seu domínio de quantificação) e operadores modais, por exemplo, pode gerar diferentes efeitos pragmáticos. Indefinidos como *irgendein* ‘algum/qualquer’, máximos alargadores de domínio, disparam a implicatura de ignorância total já que todos os elementos do domínio devem ser possibilidades. Por outro lado, *algún*

‘algum’ não dispara a implicatura de ignorância total, pois o domínio sobre o qual ele opera não precisa ter todos os elementos como possibilidade.

De acordo com Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010), o uso do indefinido *algún* ‘algum’ está associado ao efeito de ignorância, por essa razão a construção em (70) é estranha, em contraste com (71) que traz o indefinido *um* ‘um’, que nem sempre está associado ao efeito de ignorância e por esse motivo a continuação não é estranha. As sentenças (70) e (71) afirmam que existe um estudante com quem Maria se casou, porém (70) carrega uma informação adicional, de que o falante não sabe com quem a Maria se casou.

- (70) *María se casó com algún estudiante del departamento de*
Maria se casou com algún estudante do departamento de

*Linguística: en concreto con Pedro.*¹⁵

linguística: concretamente con Pedro.

‘Maria se casou com algum estudante do departamento de linguística: na verdade, com Pedro’

- (71) *María se casó com un estudiante del departamento de*
Maria se casou com un estudante do departamento de

*Linguística: en concreto con Pedro.*¹⁶

linguística concretamente con Pedro.

‘Maria se casou com um estudante do departamento de linguística: na verdade, com Pedro’

Segundo os autores, o componente adicional *ignorância* da sentença (70) em uma semântica de mundos possíveis poderia ser modelada por dizer que *algún* ‘algum’ impõe uma restrição sobre as alternativas epistêmicas do falante, ou seja, impõe uma restrição sobre o conjunto de mundos compatíveis com as crenças do falante. Nesse caso, Maria não se casou com o mesmo estudante em todos os mundo possíveis. Em um exemplo como (72), que traz o

¹⁵ Exemplos de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010, p.2).

¹⁶ Exemplos de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010, p.2).

operador intensional *piensa* ‘*pensa/acha*’, *algún* ‘*algum*’ também impõe restrições sobre os mundos sobre os quais *piensa* ‘*pensa/acha*’ quantifica.¹⁷

(72) *Pedro piensa que María se casó com algún estudiante del*
 Pedro pensa que Maria se casou com algún estudante do

departamento de Lingüística.

departamento de linguística

‘Pedro acha que Maria se casou com algum estudante do departamento de linguística’

Na possibilidade de *algún* ‘*algum*’ ter escopo amplo em relação ao operador intensional *piensa* ‘*pensa/acha*’, a sentença (72) veicula a interpretação de que existe um estudante com o qual Pedro acha que Maria se casou, mas o falante não sabe quem ele é, ou seja, as alternativas epistêmicas do falante variam com respeito à identidade do estudante. Dito de outra forma, existe uma restrição sobre os mundos compatíveis com as crenças do falante, de modo que não pode ser o caso de Maria se casar com o mesmo estudante em todos os mundo possíveis. Se *algún* ‘*algum*’ tiver escopo sob *piensa* ‘*pensa/acha*’ a sentença veicula a interpretação de que Pedro, o sujeito da sentença, não sabe quem é o estudante.

Além do fato de *algún* ‘*algum*’ estar associado à ignorância em relação a quem seja o referente, *algún* ‘*algum*’ está associado à interpretação de ignorância de quantidade. Os autores apresentam dados em que, quando a unicidade não é tomada como importante (no caso do verbo *casar*, por exemplo, a unicidade é dada pela exigência cultural) o uso de *algún* ‘*algum*’ pode também implicar (pragmaticamente) ignorância em relação à quantidade, exemplos (73) e (74).¹⁸

(73) *Juanito todavía tiene algún diente de leche.*

João ainda tem algún dente de leite

‘João ainda tem algum dente de leite’

(74) *Hay alguna mosca en la sopa.*

Tem alguna mosca em a sopa

‘Tem alguma mosca na sopa’

¹⁷ Exemplo de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010, p. 2).

¹⁸ Exemplos (73) e (74) retirados de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010, p.24).

Segundo os autores, em contraste com *algún* ‘algum’, *irgendein* ‘algum/qualquer’ não está associado à implicatura de ignorância de quantidade. A sentença (75) é interpretada como existe exatamente uma mosca na sopa e o falante não sabe qual.

- (75) *Da ist irgendeine Fliege in der Suppe.*¹⁹
 Há irgendeine mosca em a sopa
 ‘Tem alguma mosca na sopa’

Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010) defendem que essa leitura de não saber a identidade do referente, bem como de não saber a quantidade, é um efeito pragmático, é uma implicatura conversacional, ou seja, não faz parte da semântica de *algún* ‘algum’. Para tanto os autores demonstram que tal interpretação de ignorância desaparece em alguns contextos, caracterizando-a como uma implicatura conversacional.

- (76) *No es verdad que Juan salga con alguna chica del*
 Não é verdade que João saia com alguma menina do
*departamento de Lingüística.*²⁰
 departamento de linguística
 ‘Não é verdade que João saia com alguma garota do departamento de linguística’

Assumindo que a leitura de ignorância é uma implicatura, como derivar essa implicatura? Segundo os autores a resposta está no modo como cada indefinido restringe seu domínio de quantificação. Há, por exemplo, indefinidos que fazem o máximo alargamento de domínio, como *irgendein* ‘algum/qualquer’ que disparam a inferência *free choice*. Indefinidos com componente *free choice*, como *irgendein* ‘algum/qualquer’, são máximos alargadores de domínio e por essa razão não podem ser restritos contextualmente.

- (77) *Mary Musste irgendeinen Arzt heiraten.*²¹
 Maria tem que irgendeinen médico casar
 ‘Maria tem que se casar com algum/qualquer médico’

¹⁹ Exemplo retirado de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010, p. 26).

²⁰ Exemplo retirado de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010, p. 26).

²¹ Exemplo retirado de Kratzer (2005, p. 129).

Conforme Kratzer (2005), na leitura de escopo estreito do indefinido, a sentença afirma que Maria tem que casar com um médico, além disso, essa sentença significa também que qualquer indivíduo do domínio de quantificação é uma possibilidade. Para a sentença (77), todos os médicos no mundo de avaliação devem ser considerados, sem restrição contextual.

Para Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010), *algún* ‘algum’ é mais fraco que um *free choice* porque requer apenas que seu conjunto não seja unitário, ou seja, o domínio de quantificação de *algún* ‘algum’ deve conter pelo menos dois indivíduos que possam satisfazer a afirmação de existência da sentença onde aparece. Desse modo, a diferença de componente modal (o modo como impor restrições ao domínio) associado a *algún* ‘algum’, explica o porquê de ele ser um *free choice* mais fraco, nos termos dos autores, e *irgendein* ‘algum/qualquer’, ser um *free choice*.

Na sentença (78), em que *algún* ‘algum’ é interpretado sob o escopo do modal, a sentença afirma que em todos os mundos compatíveis com o que o falante sabe, João está em um cômodo da casa. Além disso, a sentença só é apropriada no caso de João não estar no mesmo cômodo em todas as alternativas epistêmicas (conjunto de mundos compatíveis com as crenças do falante) que falante possui. A sentença (78) contrasta com (79), pois, nesse caso, pode ser o caso de João estar no mesmo cômodo em todas as alternativas epistêmicas do falante.

(78) *Juan tiene que estar en alguna habitación de la casa.*²²
 João tem que estar em alguna parte de a casa
 ‘João tem que estar em algum cômodo da casa’

(79) *Juan tiene que estar en una habitación de la casa.*²³
 João tem que estar em una parte de a casa
 ‘João tem que estar em algum cômodo da casa’

en concreto en la cocina.

em concreto em a cozinha

‘João tem que estar em um cômodo da casa, especificamente na cozinha’

²² Exemplo de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010, p.4).

²³ Exemplo de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010, p.5).

Segundo os autores, mesmo quando *algún* ‘algum’ se combina com um operador de possibilidade modal, como no exemplo (80), a inferência pragmática disparada por *algún* ‘algum’ é mais fraca que o efeito *free choice* associado ao *irgendein* ‘algum/qualquer’. A sentença (80) seria apropriada mesmo quando nem todas as possibilidades de cômodos onde o João possa estar sejam disponíveis (nos casos em que o falante sabe que João não está no quarto, ou na cozinha, por exemplo).

- (80) *Juan puede estar en alguna parte de la casa.*²⁴
 João pode estar em alguma parte de a casa
 ‘João pode estar em alguma parte da casa’

Nos exemplos das sentenças onde não existe um operador modal realizado, exemplo (80) os autores assumem a proposta de Kratzer e Shimoyama (2002) segundo a qual sentenças como (81) são implicitamente modalizadas. Na sentença (81) um operador de asserção não realizado ocupa a posição mais alta na Forma Lógica e *algún* ‘algum’ está no escopo do operador não realizado, como ilustrado em (82).

- (81) *María se casó con algún estudiante del departamento de*
 Maria se casou com algún estudiante do departamento de

Lingüística.

linguística

‘Maria se casou com algum estudante do departamento de linguística’

- (82)

$[[\text{Operador de Asserção}]]^c = \lambda p. \lambda w. \forall w' \in \text{Epistêmico}_{\text{falante de } c}(w) [p(w')]$ ²⁵

Forma Lógica: Operador de asserção [*algún* (*P*) (*Q*)]

A partir de suas considerações de que os indefinidos possuem naturezas semânticas distintas, os autores, assumindo que todos os quantificadores fazem uma restrição no seu domínio de quantificação, propõem, para o caso de *algún* ‘algum’, que a função *f* de seleção de subconjunto de um conjunto é de um tipo especial. Essa função *f* seleciona conjuntos que

²⁴ Exemplo de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010, p.9)

²⁵ O operador de asserção opera sobre as alternativas epistêmicas do falante.

não sejam unitários, ou seja, ela consiste numa função de seleção de subconjunto f que deve ser *antisingleton*. Para efeitos de comparação, no caso de *un* ‘um’, essa função f não faz a mesma exigência, ou seja, ela pode tomar conjuntos unitários.

Para os autores a denotação do indefinido *algún* ‘algum’ pode ser representada como segue em (83) e a denotação de *un* ‘um’ pode ser representada como em (84). O que diferencia um indefinido como *algún* ‘algum’ de outro como *un* ‘um’ é o fato de o primeiro possuir em sua denotação uma restrição sobre o domínio, segundo a qual seu domínio de não pode ser unitário.

$$(83) \quad [[\text{algún}]] = \lambda f_{\langle \text{et}, \text{et} \rangle} \lambda P_{\langle \text{e}, \text{t} \rangle} \lambda Q_{\langle \text{e}, \text{t} \rangle} : \text{antisingleton}(f). \exists x[f(P)(x) \& (Q)(x)]^{26}$$

$$(84) \quad [[\text{un}]] = \lambda f_{\langle \text{et}, \text{et} \rangle} \lambda P_{\langle \text{e}, \text{t} \rangle} \lambda Q_{\langle \text{e}, \text{t} \rangle} : \exists x[f(P)(x) \& (Q)(x)]^{27}$$

A sentença (85), abaixo traz um quadro em que Maria se casa com um dos estudantes no subconjunto dos estudantes do departamento que a função f seleciona. Nada na denotação de *un* ‘um’ diz que o domínio sobre o qual ele opera não pode ser unitário.

- (85) *María se casó con un estudiante del departamento de*
 Maria se casou com um estudante do departamento de

Lingüística.

linguística

‘Maria se casou com um estudante do departamento de linguística’

- (86) Afirmção: $\square [\exists x [x \in f(\text{estudante}) \& \text{Maria casou com } x]]$

- (87) Restrição sobre a função f (ser um conjunto não unitário): não possui

Ao usar *algún* ‘algum’, o falante indica que não está restringindo o domínio do sintagma nominal a um conjunto unitário e isso resulta em uma competição entre todos os

²⁶ (ALONSO-OVALLE e MENÉNDEZ-BENITO, 2010, p. 19).

²⁷ f é uma função de seleção de subconjuntos (que pode selecionar subconjuntos unitários e não unitários, no caso do ‘um’), que toma um conjunto como argumento e retorna um de seus subconjuntos (ALONSO-OVALLE e MENÉNDEZ-BENITO, 2010, p. 18). Os autores também usam ‘ f ’ como o nome de uma variável. A restrição no domínio nominal pode ser capturada assumido-se que um quantificador introduz um elemento não realizado (f) e que é interpretado como uma variável. *Algún* ‘algum’ requer que sua função de seleção seja *antisingleton*: para qualquer conjunto P , $f(P)$ é maior que um conjunto unitário. *Algún* ‘algum’ é uma função que toma uma função de seleção f como argumento e duas propriedades P e Q e f é uma função de seleção *antisingleton*.

subconjuntos unitários do domínio, ou seja, há uma lista de alternativas que competem entre si. Considere-se o exemplo (88) em um contexto com três cômodos (quarto, sala e banheiro). Considerando o conjunto de cômodos, o falante poderia ter dito qualquer uma das possibilidades, as alternativas proposicionais são representadas em (92). Ele poderia ter escolhido restringir o domínio para um conjunto unitário.

- (88) *Juan tiene que estar en alguna parte de la casa.*
 João tem que estar em alguma parte de a casa
 ‘João tem que estar em alguma parte da casa’

(89) Afirmação: $\Box [\exists x [x \in f(\text{cômodo}) \ \& \text{João está em } x]]$

(90) Restrição (ser um conjunto não unitário) sobre a função f : $|f(\text{cômodo})| > 1$

(91) Conjunto dos cômodos {o quarto, a sala, o banheiro}

(92)

(a) Alternativa (de afirmação): $\Box (\exists x [x \in \{\text{quarto}\} \ \& \text{Juan está em } x]) (= \Box \text{João está no quarto})$

(b) Alternativa (de afirmação): $\Box (\exists x [x \in \{\text{sala}\} \ \& \text{Juan está em } x]) (= \Box \text{João está na sala})$

(c) Alternativa (de afirmação): $\Box (\exists x [x \in \{\text{banheiro}\} \ \& \text{Juan está em } x]) (= \Box \text{João está no banheiro})$

Segundo os autores, o falante poderia ter escolhido qualquer uma das afirmações em (92) que são mais fortes, mais específicas, para designar o local onde João está. Por essa razão quando ouvinte escuta (88) ao invés dos seus competidores ele conclui que o falante escolheu dizer (88) porque qualquer um dos competidores (a), (b) ou (c) em (92) poderia ser a verdadeira; ou para evitar uma falsa inferência de exaustividade, pois dizer, por exemplo, que João está no banheiro poderia levar o ouvinte a inferir que João não está de fato em outro cômodo.

Considerando os dados do PB apresentados na seção (1.1) será assumido aqui que a proposta de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010) pode ser estendida para explicar a denotação de sentenças com *algum*. Porém, uma observação deve ser feita a respeito da análise dos autores. Todos os exemplos discutidos por eles consideram o indefinido *algún* ‘algum’ do espanhol sob o escopo de modais como *ter que* na sua leitura epistêmica. Os

autores defendem que *algún* ‘algum’ não tem a leitura de que todos os elementos do domínio são opções possíveis. Entretanto dados do PB ilustram que *algun* tem a leitura de que todos os elementos do domínio devem ser opções possíveis. No exemplo (41), representado novamente em (93) em que *ter que é* é interpretado na sua leitura deôntica, *algun indiano* é interpretado como todos os indivíduos devem ser possibilidades disponíveis. Por essa razão, a continuação em (94) não é apropriada. Além disso, os autores também não explicam porque em casos como (95) em que *algun* interage com *todo* o efeito de desconhecimento desaparece, sendo possível até mesmo identificar os pares de alunos e exercícios.

(93) *Maria tem que casar com algun indiano*

(94) *Maria tem que casar com algun indiano. #E eu vou descobrir quem é ele.*

(95) *Todo aluno fez algun exercício (para concluir o curso).*

Leitura de pares: João fez o exercício 1, Pedro fez o 2, Carlos fez o 3, ...

Tendo apresentado considerações suficientes para o entendimento do trabalho de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010), o objetivo da próxima seção é apresentar como a proposta desses autores se estende aos dados do PB. Nesta seção, será argumentado que *algun*, em português, é sensível à distinção entre a leitura deôntica ou epistêmica do modal.

1.4 Estudo das interpretações possíveis para *algun* e nomes contáveis em interação com modais epistêmicos e deônticos

Na seção anterior, explicou-se a implicatura de ignorância que está associada ao *algún* ‘algum’ combinado com nome contável a partir da proposta de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010). Grosso modo, segundo os autores, a implicatura de ignorância associada ao *algún* ‘algum’ tem origem na interação de suas características semânticas (ele é um indefinido *antisingleton*) com modalidade.

Os autores, seguindo Link (1983), assumem que o domínio dos indivíduos possui átomos e pluralidades. Eles assumem também que a raiz de um nome contável como *student* ‘estudante’ é neutra para número, ou seja, possui átomos e pluralidades em sua denotação, como em (96). Assumem ainda que o singular é uma operação sobre a raiz que seleciona os

indivíduos singulares da extensão da raiz *student* ‘estudante’, como em (97), (cf. ALONSO-OVALLE; MENÉNDEZ-BENITO, 2010).

$$(96) \quad [[\sqrt{student}]]^w = \{a, b, c, a+b, a+c, b+c, a+b+c\}$$

$$(97) \quad [[singular]] ([[\sqrt{student}]]^w) = [[student]]^w = \{a, b, c\}$$

Segundo os autores os indefinidos como *algún* ‘algum’ operam sobre um domínio que seja atômico e não unitário, por essa razão ele é um indefinido *antisingleton* (em contraste com *um* ‘um’, cujo domínio pode conter um único elemento). Dessa forma, o primeiro predicado que *algún* ‘algum’ toma como argumento deve ter em sua denotação mais de um elemento.

O objetivo desta seção é estender a proposta de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010) para os dados do português brasileiro. Entretanto, antes de prosseguir é necessário fazer algumas observações sobre os dados apresentados na seção (1.2). Retomando os dados (24) e (25) como (98) e (99), respectivamente, e comparando-os com dados (100) e (101) a primeira hipótese é a de que *alg-* é o morfema que distingue *um* de *algum* e ele seria responsável pela interpretação de desconhecimento do falante em relação ao referente, uma vez que a sua presença marca em (98), (100) e (101) que o falante desconhece o menino, a pessoa ou o objetivo esquecido.

(98) *Algum menino esqueceu a chuteira.*

(99) *Um menino esqueceu a chuteira.*

(100) *Alguém esqueceu a chuteira.*

(101) *João esqueceu algo.*

Apesar de parecer que *alg-* seja o responsável pela introdução da interpretação de desconhecimento em (98), (100) e (101), e de haver evidências de que sua presença é relevante para a formação da leitura de imprecisão em relação à identificação do referente presente em *alguém* e *algo*, não é esse morfema o responsável pela marcação de desconhecimento. Considere, para a interpretação de (102) a (104), o cenário em que o falante está em frente ao Pedro, um aluno seu, e uma pessoa liga. Nessa situação, as sentenças (102) e (103) são apropriadas, porém (104) não é apropriada.

- (102) *Eu estou com um aluno, depois eu te ligo.*
(103) *Eu estou com alguém, depois de ligo.*
(104) *#Eu estou com algum aluno, depois te ligo.*

Outra evidência de que *alg-* não marca desconhecimento do falante é a versão plural de *algum*, *alguns*. Considere o cenário em que o falante está em frente ao Pedro, ao Paulo e ao João, seus alunos, e recebe uma ligação. Nesse cenário, o falante proferir (105) para a pessoa que ligou não é inapropriado. A possibilidade de o falante ver e saber quem são as pessoas que estão em sua frente não torna o uso de *alguns* inapropriado, em contraste com o uso de *algum* que é inapropriado nesse mesmo tipo de situação.

- (105) *Eu estou com alguns alunos, depois te ligo.*

Em resumo, *alg-* pode ser usado em palavras que marcam e palavras que não marcam desconhecimento do falante e por essa razão é possível descartar a hipótese de que em PB a implicatura de ignorância está diretamente associada à partícula *alg-*. Além disso, é preciso também fazer a observação que este trabalho dedica-se ao estudo da versão singular *algum* e que a possibilidade de *alguns* não estar associado à implicatura de ignorância não fará parte da discussão aqui proposta.²⁸

Feitas essas observações sobre a partícula *alg-* e sobre a distinção entre o singular *algum* e o plural *alguns*, o objetivo da discussão a seguir é mostrar como a proposta de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010) pode explicar os dados do PB. Dessa forma, estendendo a proposta dos autores para o português tem-se o raciocínio a seguir. Inicialmente é assumido neste trabalho, que as raízes dos nomes como *livro*, como em (106), são neutras para número, ou seja, possuem átomos e pluralidades em sua denotação (cf. MÜLLER, 2001; SCHMITT; MUNN, 2002). Devido à denotação do nome ser neutra para número, no exemplo (107), abaixo, o sintagma nominal *livro* pode ser interpretado como um livro ou como mais de um livro. Então, em PB, *algum* toma um nome neutro como argumento. O determinante *algum* possui em sua denotação uma função de seleção de um subconjunto do conjunto dado pela denotação do nome e tal função não pode retornar um conjunto unitário. Essa restrição aparece em negrito na denotação dada em (108), adotada a partir de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010).

²⁸ Para uma análise decomposicional dos indefinidos ver trabalho de Martí (2008).

$$(106) \quad [[\sqrt{\text{livro}}]]^w = \{a, b, c, a+b, a+c, b+c, a+b+c\}$$

(107) *Maria comprou livro.*

$$(108) \quad [[\text{livro}]] = \{a, b, c, a+b, a+c, b+c, a+b+c\}$$

$$(109) \quad [[\text{algum}]] = \lambda f. \lambda P. \lambda Q: \textbf{antingleton} (f). \exists x[f(P)(x) \& (Q)(x)]^{29}$$

Como dito, na denotação de *algum*, λf é uma função de seleção de subconjunto com uma característica peculiar. Tal função de seleção de subconjunto de um conjunto dado pela denotação do nome não pode retornar um conjunto unitário (**antingleton** (**f**)). Assumindo essa denotação para *algum* é preciso assumir que ele opera sobre um domínio atômico.

Para exemplificar, veja-se o cálculo apresentado para sentença (110). A forma lógica da sentença está em (111) em que *algum* tem escopo sob o modal. A sentença (110) faz a afirmação representada em (112) e a restrição feita pela função de seleção de subconjunto de um conjunto é apresentada em (113). Como existe um conjunto de elementos sobre o qual *algum* opera, assumindo um domínio com três livros {o livro₁, o livro₂, o livro₃}, as alternativas proposicionais para a afirmação em (112) estão em (114).

(110) *Maria tem que comprar algum livro.*

(111) Forma Lógica: Modal (*algum* (P) (Q))

(112) Afirmação: $\Box_w [\exists x [x \in f \{\text{o livro}_1, \text{o livro}_2, \text{o livro}_3\} \& \text{Maria comprou}(x)]]$

(113) Restrição *antingleton*: $|f \{\text{o livro}_1, \text{o livro}_2, \text{o livro}_3\}| > 1$

(114) Alternativas proposicionais:

(a) $\Box_w (\exists x [x \in \{\text{o livro}_1\} \& \text{Maria comprou}(x)]) (= \Box_w \text{Maria comprou o livro}_1 \text{ em } w)$

(b) $\Box_w (\exists x [x \in \{\text{o livro}_2\} \& \text{Maria comprou}(x)]) (= \Box_w \text{Maria comprou o livro}_2 \text{ em } w)$

(c) $\Box_w (\exists x [x \in \{\text{o livro}_3\} \& \text{Maria comprou}(x)]) (= \Box_w \text{Maria comprou o livro}_3 \text{ em } w)$

Existe uma competição entre as alternativas proposicionais ((a), (b) e (c)) que poderiam corresponder ao que o falante poderia ter dito. A partir da competição entre essas alternativas, em que deve ser garantido que não é o caso de o mesmo livro ter sido comprado em todos os mundos compatíveis com as crenças do falante, é gerada a inferência de ignorância do falante.

Porém, como dito anteriormente, *algum* é sensível à modalidade. O exemplo analisado até aqui diz respeito a *algum* quando em interação com modais na sua leitura

²⁹ (ALONSO-OVALLE e MENÉNDEZ-BENITO, 2010, p. 19).

epistêmica. Quando está em interação como um modal como *ter que* na sua leitura deôntica a única interpretação possível para *algum livro* é a de que todas as possibilidades devem estar disponíveis. Nesses casos, além do fato de *algum* requerer que seu domínio não seja unitário, ele garante ainda que as alternativas de indivíduos introduzidas por ele quando combinadas com um nome contável não devem ser restritas.

Algum sob o escopo de modais com leitura epistêmica impõe uma exigência mínima, porém, quando está no escopo de modais com sua leitura deôntica impõe uma exigência mais forte, ou seja, tudo que não foi uma opção excluída deve ser uma possibilidade. Assumindo, então que *algum* pode promover o máximo alargamento de domínio ele se tornaria semelhante ao *qualquer*, porém, como ilustrado anteriormente, eles são diferentes. Considere as sentenças a seguir em que tais indefinidos estão no escopo de um modal epistêmico. A sentença com *qualquer* é inadequada em contextos onde alguma opção de indivíduo indiano deve ser descartada, mas esse não é o caso para *algum*.

(115) *Maria pode casar com algum indiano.*

(116) *Maria pode casar com qualquer indiano.*

O domínio sobre o qual *algum* opera não pode ser unitário, mas não há nada que garante que seu domínio não possa ter todos os elementos como possibilidades uma vez que houve uma restrição sobre que indivíduos devem ser considerados (no caso logo acima, apenas aqueles com o predicado *ser indiano*). Quando combinado com modal epistêmico a sentença com *algum* deve ser interpretada como se o falante tivesse uma informação que permite excluir algumas possibilidades. O que ele sabe sobre a situação em jogo permite dizer quais possibilidades devem ser descartadas. Por outro lado, sob um modal deôntico qualquer opção no domínio corrente do discurso deve ser considerada uma possibilidade em potencial.

Existe uma competição entre *qualquer* e *algum*, de forma que o primeiro é descartado em contextos onde ficaria sob o escopo do modal deôntico. A sentença com *qualquer* seria ruim, a menos que seja inserida mais informação por meio de uma sentença relativa (contextos de *subtriggering*). Por outro, a sentença com *algum* é uma construção adequada, independentemente do fato de ela ter mais informação inserida. Além disso, pelo fato de *qualquer* ser o item que induz diretamente ao efeito de livre escolha (*free choice*), por ser um verdadeiro máximo alargador de domínio (cf. PIRES DE OLIVEIRA, 2005), ele

bloqueia *algum* com leitura de que todas as opções estão disponíveis no escopo de modais epistêmicos, é o que mostram as sentenças a seguir.

(117) *Maria tem que casar com algum indiano (que aparecer na sua frente).*

(118) ??*Maria tem que casar com qualquer indiano.*

(119) *Maria tem que casar com qualquer indiano que aparecer na sua frente.*

Em resumo, apesar de *algún* ‘algum’ do espanhol e *algum* do PB serem muito semelhantes quando estão no escopo de um modal epistêmico, *algum* apresenta uma sensibilidade no que diz respeito ao fato de estar no escopo de um modal deôntico. Por sua vez, *algum* em contraste com *algún* ‘algum’ está associado à leitura de indiferença do falante em relação ao referente. Para Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2011) em espanhol a construção que expressa indiferença é *un N cualquiera* ‘um N qualquer’, como no exemplo (120).

(120) *Zach votó por un candidato cualquiera.*

Zach votou por un candidato cualquiera

‘Zach votou para um candidato qualquer’

1.5 Algumas considerações

Em resumo, os dados do PB que apresentam o item *algum* se comportam como os dados do espanhol no que diz respeito à implicatura de ignorância, em contextos em que *algum* está no escopo de um modal como *ter que* em sua leitura epistêmica, de modo que é possível assumir a proposta de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010) para o português. Ou seja, assumir que em PB, *algum* é um indefinido *antisingleton*, seu domínio nunca poderá ser unitário. A partir dessa característica semântica é gerada a implicatura de ignorância associada ao *algum*.

Porém, uma observação deve ser feita. Até este momento todos os dados apresentados com o item *algum* do português são a combinação de ‘*algum* + nome contável’, como ilustra a sentença (121). Nenhuma discussão foi feita para dados em que *algum* se

combina com nomes massivos como *leite* ou *sabão*, exemplos (122) e (123) respectivamente, ou como nomes como *charme* ou *credibilidade*, exemplos (124) e (125).

(121) *Maria casou com algum indiano.*

(122) *Maria tem algum leite na geladeira.*

(123) *Maria derrubou algum sabão dentro da máquina.*

(124) *Maria tem algum charme no olhar.*

(125) *Maria tem alguma credibilidade no banco.*

Nenhuma discussão foi apresentada para dados do espanhol com a combinação de *algún* ‘algum’ com nomes massivos. Da mesma forma, não há discussão sobre dados como (122) a (125) para o PB. Desse modo, com o objetivo de ampliar a discussão proposta para o PB neste capítulo, o próximo capítulo volta-se para dados como (122) a (125), com o intuito de descrever e analisar o comportamento semântico e pragmático de *algum* quando combinado com nomes como *leite*, *sabão*, *charme* e *credibilidade*.

2 Estudo das implicaturas geradas pela relação entre *algun* e nomes massivos

Na literatura voltada para a análise das características semânticas e pragmáticas de determinantes existenciais associados a algum tipo de inferência como ignorância, indiferença, livre escolha, o foco está em discutir sentenças em que tais determinantes combinam-se a nomes contáveis (cf. ALONSO-OVALLE; MENÉNDEZ-BENITO, 2010; JAYEZ; TOVENA, 2006; KRATZER; SHIMOYAMA, 2002; entre outros). Kratzer e Shimoyama (2002), por exemplo, discutem a denotação de *irgendein* ‘algum/qualquer’ combinado com o nome *Mann* ‘homem’, no alemão, exemplo (126). Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010) explicam dados com *algún* ‘algum’ combinado com nomes como *médico*, para o espanhol, exemplo (127).

- (126) *Mary musste irgendeinen Mann heiraten.*³⁰
Maria tem que irgendeinen homem casar
‘Maria tem que casar com algum homem’

- (127) *María se casó com algún médico*³¹.
Maria se casou com algum médico
‘Maria se casou com algum médico’

Em português, é possível encontrar dados em que *algun* se combina com nomes contáveis, como nos exemplos (24) e (28), retomados a seguir como (128) e (129), respectivamente, bem como com nomes massivos, como a sentença (130) e (13), retomada abaixo como (131). *Algun* pode também se combinar com nomes que têm sido chamados abstratos, como *problema*, sentença (132), *charme*, sentença (124), retomada a seguir como (133), e *credibilidade*, exemplo (14), retomado como (134).

³⁰ Exemplo retirado de Kratzer e Shimoyama (2002, p.10).

³¹ Exemplo retirado de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010, p.1).

- (128) *Algum menino esqueceu a chuteira.*
(129) *Eu tenho alguma moeda no meu porquinho.*
(130) *Maria tem alguma mobília em seu apartamento.*
(131) *Maria tem algum leite na geladeira.*
(132) *Maria está com algum problema.*
(133) *Maria tem algum charme no olhar.*
(134) *Maria tem alguma credibilidade no banco.*

Como dito anteriormente, sentenças como (128), em que *algum* aparece combinado com um nome contável como *menino*, geram a leitura de que o falante ignora a identidade do menino que esqueceu a chuteira. Por sua vez, a sentença (129) pode ser interpretada como indicando que o falante não sabe a quantidade de moedas. *Algum* combinado com nomes contáveis pode gerar a leitura de ignorância tanto de quantidade quanto de identidade. De forma análoga, quando *algum* está combinado com nomes massivos, ele também gera a inferência pragmática de ignorância como será ilustrado na seção (2.1). Nos casos em que *algum* está combinado com nomes abstratos, ele gera uma leitura de grau/quantidade, mas não necessariamente de ignorância.

Esta parte do trabalho dedica-se à discussão de sentenças como (130) a (134). Dessa forma, este capítulo é norteado pelas seguintes questões:

- (i) Qual a denotação de *algum* combinado com nomes massivos ou abstratos?
- (ii) Que tipos de inferências pragmáticas podem ser geradas a partir de sentenças onde exista *algum* combinado com um nome massivo ou abstrato?

Nesta parte do trabalho, as teses defendidas são as de que (i) sentenças em que *algum* aparece combinado com um nome massivo podem ser associadas às leituras de ignorância identidade e de quantidade; (ii) nomes massivos combinam-se ao determinante *algum* apenas após passarem por uma operação de classificação; (iii) certos nomes abstratos quando combinados a *algum* têm a leitura de grau/intensidade e não há implicatura de ignorância nesses casos, trata-se de imprecisão.

Os objetivos deste capítulo são explicitar e explicar as inferências pragmáticas associadas a sentenças em que *algum* se combina com nomes massivos e abstratos tais como *leite* ou *charme*.

Este capítulo está organizado como segue: na seção (2.1), serão apresentados os dados a serem analisados. Na seção (2.2), será discutida a denotação do domínio nominal, de modo específico, serão discutidas as denotações dos nomes massivos, contáveis (seção (2.2.1)) e dos nomes abstratos (seção (2.2.2)). Na seção (2.3), será apresentada a leitura de ignorância (de identidade e quantidade) associada a *algum* combinado com nomes massivos. Na seção (2.4), é apresentado o resumo do capítulo.

2.1 Apresentação dos dados: contextos e leituras disponíveis para *algum* combinado com nomes massivos e abstratos

Nesta seção, serão expostas sentenças do português brasileiro contendo o item *algum* combinado com nome massivo, com o objetivo de apresentar os efeitos associados a esse item. Além disso, serão apresentadas também construções com nomes abstratos.

Os dados apresentados aqui foram coletados por meio de um experimento cujo objetivo era levantar a intuição de oito falantes nativos do português procedentes de diferentes regiões do Brasil. O experimento consistiu em entregar aos falantes sentenças com *um*, *algum* e nomes nus precedidas por um parágrafo que narrava pequenas situações (que serão apresentadas ao longo desta seção). Os falantes deveriam assinalar se as sentenças eram apropriadas para descrever as situações apresentadas a eles.

A ideia desta seção é mostrar, a partir dos dados, que *algum*, quando combinado com um nome massivo, gera dois tipos de inferências pragmáticas: (i) a de que o falante não sabe precisar a quantidade; ou (ii) a de que o falante não sabe o tipo (leitura taxionômica, por exemplo, no caso do nome *leite*, a ignorância pode ser a respeito do tipo de leite: de soja, de vaca, de cabra). No último caso, tal interpretação corresponderia a não saber a identidade do item em questão. Serão apresentados também dados com *um* e com nomes nus para, através da comparação, ilustrar esses efeitos.

Antes de iniciar a apresentação dos dados, é relevante dizer que dentre os oito falantes consultados todos concordaram com a intuição de que *algum* combinado com o nome *leite* está associado à interpretação de ignorância de quantidade e ignorância de identidade (para a leitura de tipo). A escolha por dados com nomes nus se deve a uma constatação

ocorrida durante a realização do experimento, pois para todos os falantes os dados com nome nu eram sempre preferidos, se comparados aos dados com *um* e com *algum*.

Para iniciar a exposição dos dados provenientes desse experimento, considere o cenário apresentado anteriormente no capítulo 1 em que cinco colegas de faculdade (Maria, Carolina, Paulo, Pedro e João) estão reunidos sábado à noite juntando dinheiro para comprar uma pizza. Todos se manifestam para ajudar com os recursos que têm. Nesse contexto, Maria profere a sentença em (135). Nessa situação, a ignorância de Maria está relacionada à quantidade de dinheiro que ela possui.

(135) *Eu tenho algum dinheiro no meu porquinho.*

Imagine agora o cenário em que Maria está na casa de Carolina fazendo um bolo. Carolina, ao colocar os ingredientes sobre a mesa, percebe que não tem mais leite em sua casa. Maria, que havia estado na casa de Joana alguns minutos antes, tendo visto que havia uma caixinha de leite na geladeira de Joana e sabendo que ela não deixa faltar leite em casa profere a sentença em (136).

(136) *A Joana tem algum leite na geladeira.*

A sentença (136) poderia ter, nessa situação, a leitura de que Maria não sabe a quantidade de leite que Joana tem na geladeira. Considere ainda esse cenário, mas agora com uma pequena alteração. Maria viu na geladeira de Joana que havia uma jarra com um litro de leite e uma caixinha fechada. Nesse contexto, onde Maria sabe a quantidade exata de leite, a sentença (136) não seria apropriada e a continuação em (137) torna a sentença estranha. A continuação *ela tem dois litros* é inapropriada para o contexto dado, pois não faz sentido dizer a quantidade uma vez que a expressão *algum leite* é interpretada como ignorância por parte de Maria.³²

(137) *#A Joana tem algum leite na geladeira. Ela tem dois litros.*

³² A sentença (137) seria apropriada apenas nos casos em que a continuação *ela tem dois litros* fosse uma correção o que cancelaria a implicatura de ignorância de quantidade.

Considere agora a situação em que Carolina precisa preparar leite para seu filho, que só pode tomar leite de soja. Carolina nota que não tem mais esse tipo de leite em casa. Maria, que está junto com Carolina e havia visto leite na geladeira da sua vizinha Joana, profere (136), apresentada acima. Nesse caso, a sentença pode ser interpretada em relação à ignorância de Maria no que diz respeito ao tipo de leite que Joana tem na geladeira (leite de vaca ou leite de cabra, por exemplo).

Uma observação importante a ser feita é que a continuação *ela tem dois litros*, pode ser apropriada em um contexto em que Maria saiba a quantidade, desde que o relevante para o contexto sejam os tipos de leite. Por exemplo, na última situação apresentada, imagine que Maria viu na geladeira de Joana duas caixas de leite fechadas. Além disso, ela não sabe que tipo de leite a Joana usa. Nesse contexto, a sentença (137), acima, é apropriada, ou seja, a leitura gerada é de que Maria não sabe o tipo de leite (de soja, de vaca, de cabra), como ilustra a sentença (138).

(138) *A Joana tem algum leite na geladeira. Ela tem dois litros, mas eu não sei de que tipo.*

Há, no PB, outras construções que podem ser comparadas às sentenças em que *algum* se combina com nomes massivos. São sentenças em que um nome massivo se combina com *um*, ou aparecem sem determinante. Como dito anteriormente, durante a realização do experimento, os falantes consultados revelaram uma preferência por sentenças com o nome massivo nu (sentença (141)). Por outro lado, para todos os falantes consultados existem diferenças entre o uso de *algum*, *um*, ou nomes (massivos/abstratos) nus. Na sequência de exemplos abaixo, pode-se comparar as sentenças (139), que traz a expressão *algum leite*, (140) em que se usa o sintagma *um leite*, e (141) que apresenta o nome massivo nu.

(139) *A Joana tem algum leite na geladeira.*

(140) *A Joana tem um leite na geladeira.*

(141) *A Joana tem leite na geladeira.*

Em um contexto em que Maria saiba a quantidade ou o tipo de leite que Joana tem na geladeira, a sentença (140) não é apropriada. No entanto, a sentença (141) poderia ser proferida, sem problema algum. Uma evidência para esse contraste é que a continuação *ela tem um litro*, que torna precisa a quantidade de leite, como apresentado em (142), é

apropriada para (140). A continuação em (143), *ela tem leite de soja*, onde está especificado o tipo de leite, também é adequada.

(142) *Joana tem um leite na geladeira, ela tem um litro.*

(143) *A Joana tem um leite na geladeira, ela tem (um litro de) leite de soja.*

A sentença (141) com o nome massivo *nu*, apresentada acima, pode também ser apropriada quando o falante sabe precisar a quantidade ou o tipo de leite. Por essa razão as continuações em (144) e (145) são possíveis. Ao utilizar o nome massivo *nu* o falante apenas faz uma afirmação de que existe uma quantidade ou tipo de leite e isso não depende de seu estado de conhecimento dos fatos, por isso as sentenças (144) e (145) são apropriadas em todos os contextos.

(144) *A Joana tem leite na geladeira, ela tem um litro.*

(145) *A Joana tem leite na geladeira, ela tem (um litro de) leite de soja.*

A comparação de construções com *algum*, *um* e nomes nus ilustra que o uso de *algum leite* traz mais informações do que simplesmente contribuir com uma afirmação de existência, por exemplo. Em sentenças com *algum*, presume-se a existência do nome do que ele é determinante, mas adiciona-se mais informação. Devido à contribuição semântica do indefinido *algum*, essas construções nominais existenciais revelam informações sobre o estado de conhecimento do falante. Este trabalho defende que *algum* combinado com nome massivo gera a implicatura de ignorância e nunca será apropriado em contextos em que o falante tenha certeza da quantidade ou do tipo, ao passo que o uso do nome massivo *nu* ou o nome massivo combinado com *um* podem ou não estar associados à inferência pragmática de ignorância.

Outra observação que se faz necessária sobre os dados apresentados até aqui é a possibilidade de combinação de *algum* e nome massivo em sentenças com modais realizados como *ter que*, como no exemplo (146). Assim como apontado no capítulo 1, nesses casos surgem leituras que vão depender da interpretação do modal *ter que* (epistêmica ou deôntica). Quando o *ter que* for interpretado como epistêmico, a sentença (146) pode ser parafraseada como (146)(a) e (146)(b). Por outro lado, quando o modal *ter que* for interpretado como deôntico, a sentença (147) pode ser parafraseada como (147) (a) e (147) (b).

(146) *A Joana tem que ter algum leite na geladeira.*

(a) Existe uma quantidade de leite que a Joana tem na geladeira, e o falante não sabe quanto ela tem.

(b) Existe um tipo de leite que a Joana tem na geladeira, e o falante não sabe qual é esse tipo.

(147) *A escola tem que ter algum leite na geladeira.*

(a) Não pode faltar leite na geladeira da escola, não importa quanto leite (da menor quantidade possível a maior quantidade possível).

(b) Não pode faltar leite na geladeira da escola, não importa o tipo de leite.

Assuma-se agora um cenário em que, por lei, não pode faltar leite nas escolas. Nesse contexto específico, a sentença (147), com o modal *tem que* em sua leitura deôntica, pode ser interpretada como a necessidade de existir uma quantidade/tipo de leite na escola, não importa qual seja. Na sentença (147), não é o caso que exista um tipo ou uma quantidade desconhecida pelo falante, mas sim que a escola deve obedecer a uma regra e por essa razão deve ter leite na geladeira.

Além de combinar-se com nomes massivos, *algum* se combina também com nomes que têm sido chamados abstratos. É possível fazer uma primeira distinção entre esses tipos de nomes. Há aqueles que podem ser diretamente contados, exemplos (148) a (150), e aqueles que não podem ser diretamente contados, exemplos (151) a (153).

(148) *Dois movimentos mudaram a história do Brasil.*

(149) *Maria tem duas opiniões sobre João.*

(150) *Maria fez quatro viagens este ano.*

(151) *#Maria tem duas saúdes.*

(152) *#Maria tem três charmes no olhar.*

(153) *#Maria tem dois otimismo.*

Ao se combinar com nomes abstratos como *movimento*, em (154), *opinião*, em (155) ou *viagem*, em (156), *algum* gera a implicatura de ignorância de identidade ou de quantidade (sendo que a leitura mais saliente é a de ignorância de identidade). Por sua vez, com nomes como *saúde*, em (157), *charme*, em (158), *otimismo*, em (159), os quais parecem possuir uma

estrutura interna de escala, a interpretação saliente é de imprecisão/desconhecimento em relação ao grau de *saúde/charme/otimismo*.

(154) *Algum movimento mudou a história do Brasil.*

(155) *Maria tem alguma opinião sobre João.*

(156) *Maria fez alguma viagem este ano.*

(157) *Maria tem alguma saúde.*

(158) *Maria tem algum charme no olhar.*

(159) *Maria tem algum otimismo.*

Nas sentenças em que *algum* vem combinado com nomes abstratos, sentença (161), o nome parece se comportar de modo distinto de nomes abstratos nus e de nomes acompanhados por *um*, como na sentença (160) e (162), respectivamente. As três são verdadeiras nas mesmas condições, entretanto, elas estão associadas a interpretações distintas. Considere um cenário em que Carlos necessita de um empréstimo. Carlos sabe que João é um ótimo cliente no banco e facilmente conseguirá um empréstimo para ele. Nesse cenário, em que não há dúvidas de que João conseguirá o dinheiro, o nome *credibilidade* na sentença (160), parece poder ser entendido no seu grau máximo para satisfazer a situação de empréstimo. Por outro lado, a sentença (161), com *alguma*, permite a interpretação de que a *credibilidade* não atinge o seu grau máximo e pode até ser o caso de ser insuficiente para a realização do empréstimo. Por sua vez, a sentença com *um* em (162) também não revela o grau máximo (ou não) de *credibilidade* possível para o contexto.

(160) *João tem credibilidade no banco.*

(161) *João tem alguma credibilidade no banco.*

(162) *João tem uma credibilidade no banco.*

A sentença (160) parece fazer uma oposição entre João ter ou não ter credibilidade. Já a sentença (161), além de fazer tal oposição, posiciona o falante diante dos fatos. Por sua vez, a sentença (162) parece se assemelhar ao comportamento do nome abstrato nu na sentença (160).

Como dito anteriormente, a comparação entre construções como *alguma credibilidade* e nomes abstratos nus surgiu durante a realização dos experimentos feitos com um grupo de falantes. O experimento mostrou que existe uma preferência dos falantes consultados por nomes nus nessas construções. Entretanto, todos apontaram para uma distinção entre as construções apresentadas nas sentenças de (160) a (162).

Em resumo, sentenças com *algum* mais nome massivo (ou abstrato) geram inferências (de desconhecimento/imprecisão) que as distinguem daquelas em que há apenas um nome sem determinante ou com o determinante *um* combinado com nome massivo/abstrato. Dessa forma, o objetivo das próximas seções é buscar uma análise que explique o efeito de ignorância associado às sentenças apresentadas nesta seção, em especial, no que diz respeito aos nomes massivos. Na seção (2.2), será feita uma breve apresentação de como tem sido tratada a distinção contável/massivo no domínio nominal.

2.2. A denotação do domínio nominal

2.2.1 A denotação dos domínios contáveis e massivos e a criação de átomos

Nesta seção, será apresentado como tem sido tratada a denotação do nome massivo, segundo as propostas de Link (1983), Chierchia (1998a) e Rothstein (2007). Será apresentada também a denotação dos nomes no PB, conforme proposto por Paraguassu Martins (2010) com o objetivo de, a partir das definições dadas nesta seção, discutir o comportamento dos nomes massivos combinados com *algum*.

Segundo o modelo proposto por Link (1983), existe uma distinção entre domínio contável e domínio massivo no que diz respeito a ter ou não ter átomos. Para Link (1983), o domínio contável possui átomos em sua denotação, porém o domínio massivo não possui átomos em sua denotação. Além disso, ambos os domínios possuem uma estrutura Booleana de semi-reticulado. Dessa forma, o domínio dos indivíduos possui indivíduos atômicos e indivíduos plurais. Os indivíduos plurais são somas de indivíduos atômicos e o domínio do nome é fechado sob uma operação de soma dos indivíduos atômicos.

Um nome contável singular, conforme o modelo do autor, denota um conjunto de átomos, que são os menores elementos do domínio (em uma estrutura de semi-reticulado).

Um nome contável plural possui em seu domínio um conjunto de átomos e suas pluralidades. O domínio massivo forma uma estrutura Booleana de semi-reticulado que é não atômica. Um nome massivo denota o conjunto de todos os elementos dentro do reticulado (pois não possui átomos).

Conforme a proposta do autor, o domínio dos nomes contáveis e o domínio dos nomes massivos são distintos: predicados massivos denotam “material/coisa” e predicado contável denota indivíduos. Contudo, existe entre os dois predicados uma relação dada pela *relação de parte material*, exemplificada por exemplos como (163). A aparente contradição que existe entre x (no domínio massivo, por exemplo, *ouro*) ter a propriedade *ser velho* e a entidade y (no domínio do nome contável, por exemplo, *anel*) ter a propriedade *ser novo*, pode ser explicada se for considerado que as entidades estão em domínios diferentes e que estão relacionadas porque x é uma parte material de y . Neste sentido x e y não são entidades da mesma natureza (e, portanto, não podem ser a mesma entidade.)

(163) *O anel é novo, mas o ouro no anel é velho.*

De acordo com Link (1983), uma das características do domínio massivo é a propriedade da *referência cumulativa*. Tal propriedade é compartilhada pelo plural de nomes contáveis, como apresentado em (164).

(164)

- (a) Se a é água e b é água, então a soma de a e b é água.
- (b) Se os animais no campo são cavalos, e os animais no campo são cavalos, então os animais em ambos os campos são cavalos.

Segundo Rothstein (2007), apesar de Link (1983) não tratar explicitamente da propriedade da homogeneidade, seu modelo permite descrever formalmente a distinção entre domínio contável e domínio massivo em termos da distinção cumulatividade/não-cumulatividade e homogeneidade/não-homogeneidade. Assumindo, então, as definições de cumulatividade, dada em (165), e homogeneidade, dada em (166), baseadas em Krifka (1998), é possível dizer que predicados contáveis (que são atômicos) são não-homogêneos e não-cumulativos, enquanto predicados massivos são homogêneos e cumulativos.

(165) Cumulatividade:

Se P é cumulativo: $x \in P$ e $y \in P$ e $\neg x = y$ então $x \cup y \in P$.

“ P é um predicado cumulativo se, e somente se, quando x e y forem distintos e ambos tiverem a propriedade P e a soma de x e y também tem a propriedade P .”

(166) Homogeneidade:

Se x é homogêneo então para qualquer $x \in P$, e para qualquer $y \in P$: $y \subseteq x \wedge \neg y = x \rightarrow y \in P$.

Se $x \in P$ e y é uma parte própria de x então $y \in P$.

“ P é um predicado homogêneo, se e somente se, sempre que x tiver a propriedade P e y for uma parte de x , então y tem a propriedade P .”

Dessa forma, para um predicado como *gato*, considerem-se as partes menores associadas ao que compõe um gato (orelhas, patas, calda, etc.). Não é possível dizer que essas partes sejam ainda um gato. Para um predicado como *água*, considerando as suas menores porções, elas ainda são água. Por sua vez, no domínio do nome contável singular, *gato* denota um conjunto de elementos atômicos e a soma desses elementos não pode ser ainda *gato* (se a é um indivíduo gato e b é um indivíduo gato, a soma de a e b não resulta em um indivíduo c gato, mas resulta em uma pluralidade). Por outro lado, como dito acima, se a é água e b é água, então a soma de a e b ainda é água. Rothstein (2007) aponta alguns problemas para a distinção entre domínio contável e massivo baseada nas noções de homogeneidade e cumulatividade, como será apresentado mais adiante.

Enquanto para Link (1983) o domínio massivo é não atômico, para Chierchia (1998a) ambos, domínio contável e massivo, são atômicos. Segundo o autor, a distinção contável/massivo deve ser vista de forma independente do que seja a estrutura da matéria e o autor apresenta alguns argumentos para defender essa ideia. Por exemplo, em uma mesma língua, entidades podem possuir unidades de saliência perceptual semelhante, porém são dispostas em domínios distintos, como é o caso de *rice* ‘arroz’, que é massivo em inglês ao passo que *lentil/lentils* ‘lentilha/lentilhas’ é contável. Ou ainda os casos de expressões que são contáveis em uma língua, mas são massivas em outra (por exemplo, *chalk* ‘giz’ é massivo em inglês, porém, em hebraico, *giyr* é contável.)

Chierchia (1998a) argumenta que o domínio de um nome massivo pode ser representado por uma estrutura Booleana de semi-reticulado. Segundo Rothstein (2007), analisar a natureza do domínio massivo e do domínio contável em termos dessa estrutura

permite descrever a noção de que expressões massivas e contáveis podem denotar a mesma coleção de objetos no mundo, além de mostrar que a diferença entre massivo e contável não está nas propriedades das denotações (na referência dos nomes), mas no modo como os nomes permitem fazer referência a essas denotações.

Em uma representação como (167), os elementos na base são os indivíduos singulares e as entidades nas linhas intermediárias e no topo da representação são indivíduos plurais. Para Chierchia (1998a), a denotação de um nome contável singular é o conjunto dos átomos $\{a, b, c\}$, por outro lado, a denotação de um nome contável plural constitui o conjunto dos átomos fechado sob operação de soma sem os átomos $\{a + b, b + c, a + c, a + b + c\}$.

(167)

Os nomes massivos também denotam conjuntos de elementos estruturados como apresentado em (167) acima. Para o autor, massivos são termos gramaticalmente singulares, mas lexicalmente plurais. No caso do domínio contável, o conjunto de átomos é gramaticalmente acessível, mas os átomos de um nome massivo não são gramaticalmente acessíveis. Os exemplos (168) e (169), tirados de Gillon (1992), para o inglês, ilustram essa distinção.

(168) *The curtains and the carpets resemble each other.*

As cortinas e os tapetes assemelham-se uns aos outros

‘As cortinas e os tapetes assemelham-se uns aos outros’

(169) *The curtaining and the carpeting resemble each other.*

A cortinaria e a tapeçaria assemelha-se uma a outra

‘A cortinaria e a tapeçaria assemelha-se uma a outra’

Curtains ‘cortinas’ e *carpets* ‘tapetes’ são nomes contáveis e possuem átomos gramaticalmente acessíveis. Por essa razão, a sentença pode ser interpretada de duas formas: (i) tapete se assemelhando com tapete e cortina se assemelhando com cortina; (ii) tapetes e cortinas se assemelharem entre si. Por outro lado, *curtaining* ‘cortinaria’ e *carpeting* ‘tapeçaria’ são nomes massivos e seus átomos não são gramaticalmente acessíveis, por essa razão a única leitura possível é de a cortinaria se assemelhar à tapeçaria.

Segundo Chierchia (1998a), para determinar o que são os mínimos elementos de um domínio massivo é necessário fazer uso do contexto. Por exemplo, os elementos mínimos de nomes como *água* nessa análise é a mínima quantidade de água relevante no contexto.

Segundo Rothstein (2007), não é suficiente explicar a distinção contável/massivo a partir das noções de cumulatividade/homogeneidade ou atomicidade/não-atomicidade. Conforme a autora, a distinção contável/massivo é uma distinção gramatical entre nomes que podem ser contados diretamente e nomes que não podem ser contados diretamente.

Um dos primeiros problemas para a distinção entre massivo/contável a partir da distinção cumulatividade/homogeneidade que a autora aponta é o fato de predicados como *rice* ‘arroz’ e *salt* ‘sal’ possuírem partes atômicas e tais partes poderem ainda ser divididas em partes que não são sal e arroz e que, por esse motivo, não são completamente homogêneos. Da mesma forma ocorre com nomes como *furniture* ‘móvel’, uma vez que a perna de uma cadeira não pode ser considerada como móvel, mesmo sendo uma parte mínima de algo que é contado como móvel.

Além disso, a autora mostra que há nomes contáveis como *fence* ‘cerca’ ou *bouquet* ‘buquê’ que são homogêneos (um buquê dividido em duas partes forma dois novos buquês). Por fim, homogeneidade, segundo a autora, parece ser uma propriedade do mundo real e não uma propriedade semântica propriamente dita.

No que concerne à cumulatividade, Rothstein (2007) diz que, de fato, nomes massivos são cumulativos (uma porção de água somada a outra porção resulta em uma porção de água). Entretanto, nomes contáveis, como *fence* ‘cerca’, podem ser cumulativos, uma vez que a soma de duas cercas pode estar ainda na denotação do nome (em um contexto em que a soma das partes pode ser tratada como singularidade).

A respeito da distinção contável/massivo nas bases da distinção ter ou não ter átomos, a autora defende que uma diferença importante é a presença de átomos gramaticalmente acessíveis (no caso dos nomes contáveis) e átomos que não são gramaticalmente acessíveis (no caso dos nomes massivos). Seguindo Chierchia (1998a),

Rothstein (2007) assume que tanto nomes massivos quanto nomes contáveis possuem átomos em seus domínios. A autora, por sua vez, defende a importância de distinguir atomicidade formal, atomicidade natural e atomicidade semântica.

Para Rothstein (2007), os nomes contáveis podem ser divididos em dois grupos: aqueles que possuem átomos naturais, por exemplo, *cat* ‘gato’, e aqueles que não possuem átomos naturais, por exemplo, *fence* ‘cerca’. Contudo, para Rothstein, essa distinção não é suficiente porque há nomes que são contáveis e não possuem, naturalmente, partes mínimas, ou seja, necessitam de uma operação para definir o que será contado.

No caso de *cat* ‘gato’ os elementos a serem considerados como unidades já estão disponíveis (átomos naturais). No caso de *fence* ‘cerca’, os elementos a serem contados como unidades ainda não estão definidos. Por essa razão, Rothstein (2007) defende que um nome contável singular é derivado por meio de uma operação de medida que toma um conjunto de entidades (essas entidades a autora denomina de átomos semânticos). Como a unidade de medida é determinada pelo contexto, a denotação de um nome contável pode ser dependente do contexto. Operações gramaticais necessitam, então, da existência de átomos semânticos.

De acordo com Rothstein (2007), átomos semânticos são obtidos por meio de uma operação de medida. Essa operação, denominada pela autora de *M-atom* opera sobre a denotação da raiz do nome e seleciona um conjunto de entidades que podem ser consideradas como uma unidade. Essas entidades são átomos semânticos e são lexicalmente acessíveis, ou seja, podem ser contados.

A operação de derivar nomes contáveis, *M-Atom*, faz uso de uma função de medida *Meas*. *Meas* é uma função de indivíduos que retorna um par ordenado em que o primeiro elemento do par é um número natural e o segundo elemento do par é uma unidade de medida *U*, a ser fixada pelo contexto. A função *M-Atom* aplicada a um predicado contável retorna o conjunto de elementos desse predicado que será contado como uma unidade *U* (definida pela função de medida *Meas*). Essas unidades criadas pela função *M-Atom* não se sobrepõem, ou seja, elas não têm partes em comum. A operação está representada em (170).

(170)

$$M-Atom(N) = \lambda x. N(x) \wedge Meas(x) = \langle 1, U \rangle$$

Se $Meas(x) = Meas(y) = \langle 1, U \rangle$ e $\neg x = y$, então $x + y = 0$

A autora assume que:

Raiz nominal (N_{raiz}): denota um conjunto de elementos mínimos em N fechados sob pluralidade

Nome massivo: são como as raízes: $N_{\text{mass}} = N_{\text{raiz}}$

Nome contável (N_{count}): a aplicação da operação de *M-Atom* à raiz nominal resulta em um conjunto de *M-Atoms* em N (N_{count} denota um subconjunto da N_{raiz} , um conjunto de *M-Atoms*)

Um predicado como *boy* ‘menino’ possui átomos naturais, ou seja, as unidades de medida consideradas como menino são determinadas pela natureza do predicado. Aquilo que se puder contar como P é parte de nosso conhecimento do que é um P . Dessa forma, o valor de U é dado pelo predicado. Aplicando a operação *M-Atom* a *boy* ‘menino’ tem-se (171). Nesses casos a função *M-Atom* não é dependente do contexto e é uma função identidade sobre o conjunto de partes mínimas na denotação da raiz do nome.

(171)

$$\begin{aligned} [[\text{BOY}_{\text{count}}]] &= M\text{-Atom} ([[\text{BOY}_{\text{root}}]]) \\ &= \lambda x. \text{BOY}(x) \wedge \text{MEAS}(x) = \langle 1, \text{BOY} \rangle \end{aligned}$$

Por sua vez, nomes como *fence* ‘cerca’ não possuem átomos naturais e a unidade de medida deve ser contextualmente determinada. A aplicação da operação *M-Atom* sobre a raiz do nome *fence* ‘cerca’ resulta como em (172).

(172)

$$\begin{aligned} [[\text{FENCE}_{\text{count}}]] &= M\text{-Atom} ([[\text{FENCE}_{\text{root}}]]) \\ &= \lambda x. \text{FENCE}(x) \wedge \text{MEAS}(x) = \langle 1, U \rangle \end{aligned}$$

Como o valor de U é determinado pelo contexto, ele pode ter valores diferentes em contextos diferentes. Para um nome como *fence* ‘cerca’, o conjunto criado a partir da função *M-Atom* retorna um conjunto que pode ser (mas não necessariamente é) idêntico ao conjunto de átomos da raiz. Dessa forma, para a raiz *fence*_{root}, o conjunto de *M-Atoms* que está em *fence*_{count} pode ser $\{a, b, c\}$ ou $\{a, b+c\}$ ou $\{a+b, c\}$ ou $\{a+b+c\}$.

O plural *fences* ‘cercas’ depende da escolha dos *M-Atoms*. Se o conjunto *M-Atoms* é idêntico ao conjunto de átomos da denotação da raiz, então a denotação do plural terá a mesma denotação da raiz do nome. Entretanto se a escolha dos átomos é, por exemplo, $\{a, b+c\}$, o plural do nome será o conjunto fechado sob soma, ou seja, $\{a, b+c, a+b+c\}$.

Segundo Rothstein (2007), isso permite manter a explicação de Chierchia (1998a) para nomes massivos sem adotar que singularidades não estão na denotação do nome plural e sem forçar a conclusão de que o plural de nomes contáveis e nomes massivos necessariamente possuem a mesma denotação. Então, um nome massivo denota um conjunto P ; um nome contável singular denota o conjunto $M-Atom(P)$ e um nome contável plural denota $*(M-Atom(P))$ (ou o conjunto $M-Atom(P)$ fechado sob soma). Esse conjunto de entidades plurais será idêntico a P quando $M-Atom(P)$ for idêntico ao conjunto de átomos P .

A diferença entre nomes massivos e nomes contáveis pode ser representada, segundo Rothstein (2007), como em (173) abaixo.

(173)

(a) Nome massivo: $\lambda x. P(x)$

(b) Nome contável: $\lambda x. P(x) \wedge Meas(x) = \langle 1, U \rangle$

Seguindo Chierchia (1998a), Rothstein (2007) defende que o domínio massivo é modelado por uma estrutura de semi-reticulado Booleano. Os átomos de um nome massivo como *furniture* ‘móvel’ são os elementos mínimos contidos na denotação desse nome, ou seja, a cadeira e a mesa, por exemplo, e esses átomos são átomos formais e não são acessíveis lexicalmente, não podem ser contados porque não é possível especificar o critério de escolha do que será o conjunto de átomos. Para um nome como *lama*, os átomos formais são as quantidades mínimas de lama relevantes no contexto e tais átomos também não são lexicalmente acessíveis e não podem ser contados, devido à vagueza inerente aos átomos.

Como dito, segundo Rothstein (2007), a contagem gramatical requer uma operação sobre a denotação da raiz nominal que toma conjunto de elementos do que contar como uma entidade especificada por alguma unidade de medida. Para a autora, os elementos mínimos de um nome massivo para serem contados precisam de um classificador, sendo o elemento mais neutro *unit of* ‘unidade de’ e podendo ser entendido como uma expressão explícita da operação *M-Atom* como em (174).

(174) *I bought 10 units of furniture.*

Eu comprei 10 unidades de mobília.

‘Eu comprei 10 unidades de mobília’

Neste contexto, é possível distinguir os átomos dos domínios massivo e contável. Enquanto os átomos deste são átomos semânticos, os átomos daquele são átomos formais. A atomicidade por sua vez, é algo natural tanto para um quanto para outro domínio.

No que diz respeito ao PB, segundo Paraguassu (2005), existe distinção lexical entre nomes contáveis e massivos, distinção entre nomes que possuem partes mínimas em sua denotação e nomes que não possuem partes mínimas em sua denotação. Tal distinção é evidenciada sintaticamente. Já Paraguassu Martins (2010), defende que em PB todos os nomes (sejam contáveis ou massivos) passam por uma operação de classificação para depois passarem por operações gramaticais (como a combinação com numerais, por exemplo).

Neste trabalho, será assumido seguindo Chierchia (1998a) que o domínio massivo e o domínio contável possuem átomos em suas denotações. Além disso, será assumido com Rothstein (2007), que os nomes contáveis podem ser divididos em dois tipos, aqueles que possuem átomos naturais e aqueles cujos átomos são criados via uma operação de medida (*M-atom*), os átomos semânticos. No que diz respeito ao nome massivo, esse pode possuir átomos naturais ou os átomos são criados via uma operação que cria átomos formais. O que se contará como átomo, no caso do domínio massivo, será a unidade mínima relevante contextualmente.

A partir das propostas apresentadas nesta seção, o objetivo da próxima seção é discutir a denotação do nome massivo combinado com *algum*, porém, antes de apresentar a discussão sobre a combinação entre indefinidos e nomes massivos, na próxima seção será apresentada uma breve discussão sobre nomes abstratos.

2.2.2 A denotação dos nomes abstratos

Para iniciar esta seção, a primeira observação importante a ser feita é a de que não será discutida aqui a definição “abstrato” dada a alguns nomes. O que será observado é que sob tal denominação há nomes de diferentes naturezas.

Existe uma relação entre a estrutura do domínio de um nome e o tipo de determinante com o qual esse nome pode se combinar. Chierchia (1998a) faz uma divisão organizando os determinantes em quatro classes assumindo a diferença entre domínios contáveis e domínios massivos. Segundo o autor, há determinantes que se combinam apenas como nomes contáveis, são aqueles sensíveis ao número singular *every* ‘todo’ e *each* ‘cada’, por exemplo, e sensíveis ao número plural, por exemplo, *several* ‘vários/várias’. Por sua vez, há determinantes que se associam apenas a nomes massivos, tais como *much* ‘muito’, aqueles que se aplicam apenas a nomes plurais contáveis e massivos, como *most* ‘a maioria’. Há ainda aqueles que se combinam tanto com nomes massivos quanto com nomes contáveis e plural *the* ‘o/a’.

Tovena (2001) defende que é possível mostrar que existem determinantes singulares que podem se combinar com nomes massivos e contáveis indistintamente, mas não com plural. Em italiano esse é o caso de *nessuno* ‘não/nenhum’, como mostram as sentenças (175) a (177), abaixo:

(175) *Non ha letto nessun libro.*
 Não tem lido nessun livro
 ‘Ele não leu livro nenhum’

(176) *Non há nessuna pazienza coi bambini.*
 Ele tem nessuna paciência com crianças
 ‘Ele não tem nenhuma paciência com criança’

(177) **Non ha letto nessun(i) libri.*
 Ele tem lido nessun(i) libri
 ‘Ele não tem lido nenhum livro’

Segundo Tovena (2001), a proposta de Chierchia (1998a) prevê que todos os nomes massivos têm em seus domínios os mesmos tipos de estrutura. Entretanto a autora mostra que essa previsão não se sustenta totalmente. Segundo ela, existe uma subclasse de massivos e isso pode ser demonstrado pelo modo como diferentes determinantes se combinam com nomes de massa. Ela ilustra sua proposta a partir do contraste entre as sentenças (178) e (179).

Nessuno ‘não/nenhum’ pode se combinar com nomes contáveis e com nomes como *pietà* ‘piedade’. Porém não pode se combinar com *acqua* ‘água’.

(178) *Non ha mostrato nessuna pietà.*
Ele não demonstrou nenhuma piedade
‘Ele não demonstrou nenhuma piedade’

(179) **Non ha bevuto nessuna acqua.*
Não tem bebido nessuna água
‘Não bebeu nenhuma água’

Dessa forma, a autora defende que os nomes com os quais *nessuno* pode se combinar são, na realidade, um subtipo dos nomes massivos. Seguindo Van de Velde (1996, *apud* TOVENA, 2001), ela denomina tais nomes de *intensive quantities (IQ)*. A autora defende, contudo que é preciso rever a proposta de Van de Velde (1996, *apud* TOVENA, 2001) considerando o domínio dos nomes em termos de unidades. Conforme a autora, os átomos que compõem o domínio de um nome contável são unidades fortemente delimitadas e podem ser diretamente acessadas via entrada lexical, por exemplo, e são visíveis em contextos com determinados quantificadores. Todavia, a entrada de um nome massivo não tem tal divisão feita do mesmo modo que acontece com os nomes contáveis, de maneira que suas unidades não são unidades dadas de maneira *default*.

Conforme a autora, a leitura taxionômica (leitura de tipo de) dos nomes massivos, revela que diferentes tipos de nomes estão relacionados a diferentes subdomínios. Dessa forma, o que se conta quando se tem a leitura de tipos, isto é, o que constitui um átomo nessas leituras é o domínio todo. Entretanto a leitura relevante para nomes como *pietà* ‘piedade’ não é a de “tipos de”, mas sim de grau/quantidade. Essa diferença entre nomes como *pietà* ‘piedade’ e nomes como *acqua* ‘água’ pode ser capturada se for assumida a noção de unidades discretas de modo fraco (unidades que caracterizam o domínio de nomes IQ). Essas unidades não são construídas por meio de uma operação de classificação ou conversão, como acontece para a leitura taxionômica. De modo geral, a autora defende que as unidades do domínio de cada nome podem ser unidades discretas de modo fraco ou unidades discretas de modo forte.

Para o desenvolvimento deste trabalho, da discussão proposta de Tovená (2001) será considerada a distinção entre nomes massivos como *água* e *piedade*, que parecem possuir uma escala de grau, como a autora defende para nomes como *pietà* ‘piedade’ do italiano. Por outro lado, no caso do PB, a proposta da autora não pode ser estendida a nomes abstratos como *problema*, que possuem unidades discretas de modo forte, contrariando, em certa medida, a afirmação de que ser um nome abstrato significa ter, em seu domínio, unidades discretas fracas.

A lição tirada de Tovená (2001) a ser levada para as próximas seções deste trabalho é a distinção entre diferentes tipos de nomes massivos. Além disso, a partir da proposta de Rothstein (2007), será assumido que a distinção entre nomes massivos e nomes contáveis é uma distinção gramatical, ou seja, que nomes contáveis são aqueles cujos átomos são acessíveis gramaticalmente para operações como contagem e que nomes massivos precisam de uma operação de classificação para ser contados.

Dessa maneira, estendendo para o PB a distinção que Tovená (2001) estabelece entre nomes como *acqua* ‘água’ e *pietà* ‘piedade’ em italiano, é preciso considerar que muitos nomes abstratos podem ter intrinsecamente à sua denotação uma estrutura que permita que ele seja interpretado com a leitura de um grau de.

Assumindo Rothstein (2007) para a distinção entre nomes massivos e nomes contáveis, há nomes abstratos que podem ser diretamente contados, *problema*, por exemplo. Quando um nome como *problema* se combina com numerais, como na sentença (180), deve ser considerado um nome abstrato que pode ser diretamente contado, porém não terá leitura de grau em nenhuma construção, ver exemplo (181). É possível observar ainda a existência de nomes abstratos como *alegria* que podem ser diretamente contados (ver sentença (182)) e que possuem também a leitura de grau em outras construções, sentença (183). Por fim, há nomes como *saúde* que não podem ser diretamente contados, sentença (184), e tem a leitura de grau, sentença (185).

(180) *Maria estava com dois problemas.*

(181) *Maria estava com algum problema.* (sem leitura de grau)

(182) *Maria teve duas alegrias (na vida).*

(183) *Maria tinha alguma alegria no olhar.* (leitura de grau/quantidade)

(184) **Maria tinha duas saúdes.*

(185) *Maria tinha alguma saúde (antes começar a trabalhar).* (leitura de grau/quantidade)

Seguindo a proposta de Kennedy e McNally (2005) para os adjetivos, será defendido aqui que nomes como *saúde* possuem uma estrutura de escala. Grosso modo, nos termos da proposta dos autores, adjetivos de grau são funções de medida. Tais funções mapeiam o elemento que tomam como argumento a um grau numa escala, de acordo com o valor atribuído ao indivíduo com base em suas dimensões. Os autores assumem que escalas são pluralidades de graus ordenados ao longo de uma dimensão (comprimento, por exemplo), propriedade (magreza, por exemplo), eventualidades ou *Path* (por exemplo, tempo). Os adjetivos podem seguir dois parâmetros no que diz respeito à sua escala: o parâmetro absoluto, que não é manipulável pelo contexto; e o parâmetro trivial, que é sensível ao contexto. As escalas podem ser totalmente fechadas, parcialmente fechadas ou totalmente abertas.

Com um pouco mais de detalhes, segundo Kennedy e McNally (2005), adjetivos de grau denotam funções de medida que associam seu argumento, ou seja, o indivíduo denotado pelo sintagma nominal com o qual concordam, a um grau de uma escala da propriedade em questão. Considere, por exemplo, os adjetivos de grau associados à propriedade *largura*.

(186) *O túnel é largo.*³³

(187) *O túnel é estreito.*

Assumindo que o sintagma nominal *o túnel* se refere a uma passagem de dez metros, os adjetivos de grau *largo* e *estreito* levam seu argumento *túnel* ao grau correspondente à medida da propriedade *largura* para o indivíduo *túnel*. Em seguida, para fazer a distinção entre *largo* e *estreito* é preciso comparar o grau da propriedade *largura* do túnel em questão a outro elemento, um termo para se estabelecer um parâmetro de comparação. Segundo os autores, a comparação entre dois termos é essencial na semântica de um adjetivo de grau. Para eles, a relação entre o grau do argumento do adjetivo e o grau do parâmetro permite fazer um julgamento da predicação do adjetivo em falsa ou verdadeira. Nos exemplos (186) e (187), é possível fazer uma comparação implícita (por exemplo, o túnel é estreito/largo em relação a uma caminhonete ou a um caminhão).

A relação entre o grau do argumento do adjetivo e o grau do parâmetro é regulada por uma morfologia que não é pronunciada, cujo nome é *pos*. *Pos* seria uma espécie de

³³ Exemplos do português adaptados de Quadros Gomes (2011).

morfema de grau não pronunciado que faz uma operação de maneira semelhante àqueles morfemas realizados como *mais*, por exemplo.

Nas sentenças (186) e (187), ao assumir uma comparação implícita, é possível diferenciar um adjetivo de grau do outro. Por exemplo, para o predicado *largura*, o pólo positivo da escala do adjetivo *largo* requer que o grau do argumento tomado pelo adjetivo seja maior que o grau tomado pelo parâmetro. Por sua vez, o pólo negativo da escala do predicado *largura*, *estreito*, exige que o grau do seu argumento fique abaixo do grau do parâmetro assumido. Nesse sentido, *largo* e *estreito* são adjetivos relativos, uma vez que a verdade da predicação com tais adjetivos dependerá de qual parâmetro de comparação será selecionado pelo falante.

Considere, por exemplo, que uma caminhonete vai passar pelo túnel, a sentença (186) é verdadeira e a sentença (187) é falsa. Por outro lado, se for considerado um caminhão, a sentença (186) é falsa e a sentença (187) é verdadeira.

Apenas adjetivos de grau aceitam intensificação. Um intensificador atua sobre a relação entre o grau do argumento do adjetivo e o grau do argumento do parâmetro de comparação, impondo condições extras sobre essa relação. Ao fazer uma comparação entre as sentenças (187) e (188) abaixo, é possível dizer que o túnel pode ser *estreito* e mesmo assim não pode ser qualificado como *muito estreito*.

(187) *O túnel é estreito.*

(188) *O túnel é muito estreito.*

Para a sentença (188) é possível pensar em duas situações, uma em que o túnel tenha 10 metros de largura e o caminhão tenha 9,9 metros de largura. Nesse caso, o motorista do caminhão pode arriscar sua passagem considerando que a passagem é *muito estreita*, mas não *muito estreita* o suficiente para impedir que o caminhão atravessasse o túnel. Por outro lado, se o caminhão tiver onze metros de largura, o motorista deverá evitar atravessar, pois nessa situação o túnel é uma passagem *muito estreita*, o suficiente para impedir a travessia.

A ordenação dada pelo morfema *pos* e o adjetivo de grau se mantém na presença do intensificador *muito*. O argumento de *muito estreito*, *túnel*, assim como o argumento de *estreito* deve apresentar um grau de *largura* inferior ao parâmetro. Se o parâmetro for, por exemplo, a caminhonete a sentença (188) é falsa assim como a sentença (187).

Segundo a proposta dos autores, existe um número limitado de estruturas lógicas possíveis para escalas, de forma que a entrada lexical de cada adjetivo de grau corresponde a uma dessas estruturas. Os adjetivos de grau relativos apresentam uma escala aberta, uma vez que nessa estrutura é preciso fixar o contexto para se configurar o grau do argumento no extremo superior ou extremo inferior. Nesse sentido, assumindo o caminhão como parâmetro, o grau de *largura* de *o túnel* é o mais baixo do intervalo no caso da sentença (186). Por outro lado, se o parâmetro assumido for a caminhonete, o grau de *largura* de *o túnel* na sentença (186) será o extremo superior do intervalo formado pelos graus comparados.

Além dos adjetivos de grau de escala aberta, há aqueles de escala fechada. Na sentença (189) o adjetivo *satisfeito* é interpretado no seu grau máximo se for o caso de a Maria ter ficado satisfeita. Entretanto se o grau de *satisfação* não for o máximo, a Maria estará *insatisfeita* e a sentença (189) será falsa. O adjetivo de grau *satisfeito* tem uma escala fechada, uma vez que, mesmo sem um contexto, é possível saber que o grau do adjetivo atribuído ao argumento (*Maria*) é o grau máximo.

(189) *A Maria está satisfeita (com a compra).*

Adjetivos de escala fechada também são chamados de absolutos, pois o parâmetro não pode ser extraído do contexto e é fixado independentemente da situação. Em resumo, a natureza da relação entre os graus comparados depende de dois fatores: (i) do tipo de escala (aberta ou fechada) e (ii) do pólo da escala representada pelo adjetivo de grau (positivo ou negativo). No caso das escalas abertas, a relação é sempre de disjunção entre os graus comparados. O pólo positivo de uma escala, exemplo *largo*, requer que o grau do seu argumento represente o extremo superior do intervalo, enquanto o pólo negativo, por exemplo, o adjetivo *estreito*, exige que o grau do seu argumento seja o menor do intervalo.

O parâmetro de adjetivos de escalas abertas é dado pelo contexto e por isso a verdade de sentenças que contenham adjetivos de grau relativos depende da manipulação contextual. No que diz respeito às escalas fechadas, o parâmetro é dado por uma dimensão / propriedade do indivíduo sobre o qual o adjetivo predica e por essa razão a verdade de sentenças com adjetivos de grau absolutos não depende do contexto.

É relevante ressaltar que neste trabalho será assumido que nomes como *credibilidade* possuem uma estrutura de escala interna e que *algum* é sensível às escalas presentes nos nomes. No exemplo (160), retomado a seguir com o (190), tem-se a interpretação de que

credibilidade está no seu grau máximo. Entretanto, a presença do *alguma* no exemplo (161), retomado como (191), altera a interpretação, uma vez que agora não se trata do grau máximo de *credibilidade*.

(190) *João tem credibilidade no banco.*

(191) *João tem alguma credibilidade no banco.*

A combinação de *algum* com nomes como *água* e com nomes como *alegria*, *saúde* ou *credibilidade* gera efeitos distintos. No primeiro caso de ignorância de quantidade e nos demais de imprecisão. Além disso, *algum* combinado com nomes massivos gera a leitura de ignorância de tipos, porém *algum* combinado diretamente a nomes abstratos como *charme* ou *credibilidade* não tem essa leitura. Tendo isso em mente, na próxima seção, será proposta uma explicação para dados em que *algum* se combina com nomes massivos e abstratos.

2.3 *Algum* e nomes massivos: as leituras de ignorância de identidade e de quantidade

O objetivo desta seção é discutir como são construídas as inferências pragmáticas associadas a *algum* combinado com nomes massivos. Como apresentado na seção (1.4), segundo a proposta assumida para explicar o comportamento de *algum* combinado com nomes contáveis, a inferência pragmática de ignorância é gerada porque existem alternativas de indivíduos (atômicos) disponíveis no domínio sobre o qual *algum* opera. A denotação adotada para *algum*, apresentada em (192) abaixo, assume que *algum* faz uma operação de seleção de subconjunto de um conjunto cujos elementos são atômicos. Nesse caso, é apropriado assumir que *algum* faz uma seleção de subconjunto caracterizada como *antingleton*.

(192) $[[\text{algum}]] = \lambda f. \lambda P. \lambda Q: \text{antingleton}(f). \exists x[f(P)(x) \ \& \ (Q)(x)]$

Entretanto não parece fazer sentido dizer que uma função *antingleton* de seleção de subconjunto opera sobre um domínio massivo (onde não haja alternativas atômicas de indivíduos sobre o qual ele possa operar e de onde serão criadas alternativas proposicionais).

Como dito na seção (2.2), seguindo a proposta de Rothstein (2007), há nomes contáveis que possuem átomos naturais, como o nome *menino*, para o qual o que deve ser contado como unidade de menino já é dado pela denotação do próprio predicado. Há, entretanto, nomes que não possuem átomos naturais e tais átomos devem ser criados por meio de uma operação *M-Atom* que cria os átomos, denominados semânticos.³⁴ Segundo a autora. Por outro lado, há nomes massivos que possuem átomos formais, como *mobília*, e nomes massivos que não possuem átomos formais, como *lama*. Conforme a autora, a distinção entre nomes contáveis e nomes massivos é uma distinção gramatical entre nomes que podem ser diretamente modificados por um numeral, por exemplo, e os que não podem.

Outra observação a ser feita é que nomes massivos sob a operação de plural ou de singular se comportam de modo diferente dos nomes contáveis. Eles são interpretados de maneira taxionômica (leitura de “tipo de”) ou a unidade de medida é estabelecida contextualmente, como exemplificam (193) e (194).

(193) *João comprou vários vinhos.*³⁵

Leituras:

(a) tipos de vinho

(b) garrafas de vinho (classificador de medida dado contextualmente)

(194) *Eu ganhei um vinho muito bom.*

Leituras:

(a) um tipo de vinho

(b) uma garrafa, uma taça, um tonel (medidas dadas pelo contexto)

Dessa forma, para que um nome massivo possa ser contado, é necessário que ele passe por uma operação de classificação que diga o que deverá ser contado como unidade. De acordo com Landman (2004), há dois tipos de classificadores: aqueles que podem individualizar e aqueles que são sintagmas de medida não individualizadores.

Segundo Rothstein (2007), os elementos mínimos de um nome massivo para serem contados precisam de um classificador, como *unidade de* e pode ser entendido como uma expressão explícita da operação *M-Atom*. Segundo a autora, o singular pode ser uma operação

³⁴ Nomes como *menino* também passam por uma operação *M-Atom*, entretanto tal operação é uma função identidade.

³⁵ Exemplos (193) e (194) retirados de Paraguassu Martins (2010).

M-Atom que atribui uma medida contextual do que contar como unidade e número singular. Entretanto, para Paraguassu Martins (2010), a partir de dados como (195), assume que em português, operações de classificação e de atribuição de número são distintas. Segundo a autora, na sentença (195) o sintagma *cacho de uva-passa seco* é classificado e neutro para número.

(195) *João vende cacho de uva-passa seco.*

(196) *Joana tem algum leite na geladeira.*

(197) *Joana tem um leite na geladeira.*

Para sentenças como (196) que contenham o sintagma *algum leite* como dito na seção (2.1), há duas interpretações possíveis: tipos de leite ou de quantidade de leite. Da mesma forma, a sentença (197) possui duas leituras. Para a sentença (195) *leite* passa por uma operação de classificação que cria átomos que podem ser contados como unidades. Tem-se, então, unidades de leite. Assumindo com Rothstein (2007) a existência de um classificador neutro como *unidade de*, o que será contado como unidade (o *valor* do classificador) é dado pelo contexto. A *unidade* pode ser definida como um recipiente (uma caixa, uma xícara, um copo) ou pode ainda ser uma quantidade *litro*, por exemplo. Em uma sentença como (197), *um* opera sobre o nome *leite* classificando-o. Segundo Paraguassu Martins (2010), as operações de singular e plural ocorrem sobre o nome já classificado. Da mesma forma, para a interpretação de “tipo de” leite, (199) que receberá um valor dado pelo contexto: de soja, por exemplo.

(198) *Joana tem uma unidade de leite na geladeira.*

(a) *Joana tem uma caixa de leite geladeira.*

(b) *Maria tem um litro de leite na geladeira.*

(199) *Maria tem um tipo de leite na geladeira.*

Para a sentença (197), com o sintagma *um leite*, o valor do classificador *unidade de* sempre poderá ser resgatado no contexto. Por essa razão a continuação em (200) e a continuação em (201) são apropriadas.

(200) *Joana tem um leite. Ela tem uma caixa de leite/ Ela tem um litro de leite.*

(201) *Joana tem um leite. Ela tem uma (caixa de) leite de soja.*

Por outro lado, como apresentado na seção (2.1), o uso de *algum leite* não é apropriado quando o falante sabe precisar a quantidade de leite ou o tipo de leite. Dessa forma é possível levantar algumas possibilidades de explicação para o comportamento de *algum*.

Uma possibilidade de análise para dados como (196), retomado a seguir como (202), é que *algum* se comporta como *pouco* ou *muito* que, em contraste com um numeral, por exemplo, podem se combinar diretamente com um nome massivo, como nas sentenças (203) e (204), respectivamente.³⁶

(202) *Joana tem algum leite na geladeira.*

(203) *Joana tem pouco leite na geladeira.*

(204) *Joana tem muito leite na geladeira.*

Nas sentenças (203) e (204) não é o caso de *pouco* ou *muito* realizarem uma operação sobre a denotação de um nome que tenha sido classificado. Seguindo o mesmo raciocínio, a partir dos exemplos, seria possível assumir que *algum* opera sobre um domínio não classificado, que não tenha átomos (partes mínimas) e combinado com o nome diz apenas uma medida sobre o domínio do nome *leite* em relação à quantidade total disponível. Por exemplo, se a quantidade total de leite no contexto é de cinco litros, *algum leite* poderia ser a soma de qualquer quantidade igual ou maior que a quantidade relevante no contexto. O papel do *algum* seria o de fazer um recorte no domínio massivo garantindo que o resultado de tal recorte fosse diferente de zero.

Operações sobre domínios massivos podem ser feitas também por *pouco*, desde que seja garantido que a quantidade de leite seja menor que a metade do total disponível ou que a quantidade seja menor do que a solicitada pelo contexto. *Muito*, por sua vez, faz o papel distinto de *pouco*. *Muito leite* corresponde à quantidade de leite que seja maior que a metade do total ou que a quantidade é maior do que a solicitada pelo contexto. Entretanto, nem *pouco* e nem *muito* carregam a implicatura de ignorância associada ao *algum*, o que pode ser ilustrado pelo fato de as continuações em (205) e (206) serem apropriadas.

³⁶ Em inglês, por exemplo, há determinantes que são sensíveis à distinção contável massivo, no que diz respeito a poderem ou não combinar-se diretamente com nomes massivos.

(205) *Joana tem pouco leite na geladeira. Ela tem (só) dois litros.*

(206) *Joana tem muito leite na geladeira. Ela tem dez litros.*

Uma segunda possibilidade de análise para o *algum* seria assumir que o nome *leite* se combina com *algum* após ser classificado, o que corresponderia a (207). Nesse caso, levando em consideração que *algum* está associado à inferência pragmática de ignorância o contraste com *um* aparece, pois enquanto para o último o classificador *unidade de* sempre vai assumir um valor determinado pelo contexto (*uma caixa de leite, um litro de leite*), para *algum* esse valor nunca será preenchido contextualmente. Isso significa dizer que o falante não está em condições de dizer algo sobre a quantidade de leite disponível na geladeira da Joana.

(207) *Joana tem alguma (unidade de) leite na geladeira.*

Como dito, quando um nome massivo se combina com *um*, ele necessariamente passou por uma operação de classificação. Da mesma forma, para se combinar com modificadores numerais como *dois* ou *três* o nome *leite* deve ter sido classificado, de modo que *dois/três* dizem algo sobre a cardinalidade relativa ao classificador (já que nomes massivos não podem ser diretamente contados).

(208) *Joana tem dois (unidades de) leites na geladeira.*

(a) *Joana tem dois/três (caixas de) leite na geladeira.*

(b) *Joana tem dois/três (litros de) leite na geladeira.*

No caso de *algum* a inferência de ignorância poderia estar associada, então, diretamente ao classificador que opera sobre o nome. Assim como *um* ou os numerais operam sobre o classificador, *algum* poderia estar associado ao classificador e *algum leite* poderia gerar uma inferência de ignorância por parte do falante em relação ao que deveria ser escolhido como classificador e neste caso nem mesmo o contexto poderia determinar o que poderia ser considerado como unidade para ser contada, por exemplo. A dúvida não seria diretamente sobre a porção de leite, mas sobre que tipo de classificador usar para criar unidades.

Neste trabalho, as ideias de que (i) *algum* opera diretamente sobre o nome massivo, como apresentado na comparação com *pouco* e *muito*, ou de que (ii) a implicatura de

ignorância diz respeito ao classificador a ser definido contextualmente serão refutadas. Isso se deve ao fato de que a proposta é manter a denotação assumida para *algum* em que é necessária a existência de um domínio atômico sobre o qual ele pode operar. Será defendida, então, uma terceira proposta de explicação para dados com *algum* e, seguindo Chierchia (1998a) e Rothstein (2007), será assumido aqui que o domínio massivo é atômico e que os menores elementos do domínio estarão salientes após uma operação de classificação.

Como dito anteriormente, *algum* opera sobre um domínio atômico e não unitário. Para cada alternativa de indivíduo disponível no domínio do nome corresponderá uma alternativa proposicional. Dessa forma, um nome massivo como *leite*, passará por uma operação de classificação que dividirá o domínio em diferentes unidades que pode conter diferentes medidas, como apresentado em (209). A partir disso, é possível gerar a implicatura de ignorância de quantidade da mesma forma que acontece para os nomes contáveis, como apresentado para a sentença em (210).

(209) $[[\text{Classificador}]] ([[leite]]) = \{\text{porção}_1, \text{porção}_2, \text{porção}_3, \text{porção}_1 + \text{porção}_2, \text{porção}_1 + \text{porção}_3, \text{porção}_2 + \text{porção}_3, \text{porção}_1 + \text{porção}_2 + \text{porção}_3\}$

(210) *Joana tem que ter algum leite na geladeira.*

(211) $[[algum]] = \lambda f_{\langle et, et \rangle} \lambda P_{\langle e, t \rangle} \lambda Q_{\langle e, t \rangle} : \text{antisingleton } (f). \exists x[f(P)(x) \ \& \ (Q)(x)]$

(212) Forma Lógica: Modal (*algum* (P) (Q))

(213) Afirmação: $\Box_w [\exists x [x \in f \{\text{porção}_1, \text{porção}_2, \text{porção}_3\} \ \& \ \text{Joana tem } (x) \text{ na geladeira}]]$

(214) Restrição *antisingleton* $|f \{\text{porção}_1, \text{porção}_2, \text{porção}_3\}| > 1$

(215) Alternativas proposicionais:

(a) $\Box_w (\exists x [x \in \{\text{porção}_1\} \ \& \ \text{Joana tem } (x) \text{ na geladeira}]) (= \Box_w \text{ Joana tem porção}_1 \text{ na geladeira em } w))$

(b) $\Box_w (\exists x [x \in \{\text{porção}_2\} \ \& \ \text{Joana tem } (x) \text{ na geladeira}]) (= \Box_w \text{ Joana tem porção}_2 \text{ na geladeira em } w))$

(c) $\Box_w (\exists x [x \in \{\text{porção}_3\} \ \& \ \text{Joana tem } (x) \text{ na geladeira}]) (= \Box_w \text{ Joana tem porção}_3 \text{ na geladeira em } w))$

A inferência de ignorância de quantidade resulta da combinação de uma característica semântica de *algum* quando combinado com um operador modal que garante a existência de um mundo compatível com as crenças do falante. Além disso, não pode ser o

caso de a mesma porção ser compatível com todos os mundos relacionados às crenças do falante. Existe uma competição entre as alternativas proposicionais, apresentadas em (215) (a), (b) e (c), que poderiam corresponder ao que o falante poderia ter dito. Da mesma forma é possível gerar a implicatura de ignorância quanto ao tipo de leite.

Quanto aos nomes abstratos, se o nome for como *movimento* ou *problema* para os quais é possível identificar partes mínimas, a implicatura de ignorância de não saber o movimento ou o problema em questão pode ser derivada da mesma forma que para os nomes contáveis como *menino* (assumindo que esses nomes abstratos se comportam como nomes contáveis, seguindo a distinção massivo/contável proposta por ROTHSTEIN, 2007).

Entretanto, quando os nomes abstratos são como *otimismo* ou *credibilidade* (que possuem uma escala) a interpretação não é de ignorância de quantidade, mas de imprecisão quanto ao grau de *otimismo* e de *credibilidade*. Para exemplificar, considere um cenário em que João precisa fazer um empréstimo e compare as sentenças (216) e (217) abaixo. Na sentença (216) com o nome nu a leitura disponível é de grau máximo de credibilidade (diante de uma situação de empréstimo é muito provável que o valor solicitado seja cedido). Por sua vez, a sentença (217) com a expressão *alguma credibilidade* está associada à leitura de um grau menor que o máximo, de forma que o empréstimo pode não ser autorizado.

(216) *João tem credibilidade no banco.*

(217) *João tem alguma credibilidade no banco.*

O modo como esses dados se comportam ilustra que a denotação proposta por Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010) para *algún* ‘algum’ ao ser estendida para exemplos como (202) e (217) do PB precisa de algumas considerações. Como dito anteriormente, *algum* é um indefinido *antisingleton* e essa propriedade só faz sentido se o domínio sobre o qual *algum* opera possuir átomos, o que não parece ser o caso para nomes como *credibilidade*.

2.4 Algumas considerações

O foco desta parte do trabalho era propor uma análise para explicar as inferências pragmáticas associadas ao *algum*. A proposta apresentada para *algum* combinado com nome

contável (a partir de ALONSO-OVALLE e MENÉNDEZ-BENITO, 2010) foi estendida para *algum* combinado com nomes massivos. Para tanto foi necessário assumir, seguindo Chierchia (1998a) e Rothstein (2007), que domínio contável e domínio massivo possuem átomos em sua denotação. A inferência pragmática de ignorância (de quantidade e de identidade) em sentenças onde *algum* aparece combinado com nome massivo é derivada a partir de uma competição entre alternativas proposicionais, da mesma forma como acontece com sentenças em que *algum* está combinado com nome contável.

Seguindo a proposta Kratzer e Shimoyama (2002) para o *irgendein* ‘algum/qualquer’ do alemão, a escolha de um item como *algum* no lugar de *um* (ou do nome nu) deve-se ao fato de o falante querer evitar fazer uma afirmação falsa e querer evitar criar falsas inferências de exaustividade. O que o falante pode afirmar que existe uma quantidade de leite ou um tipo de leite, porém ele não quer se comprometer com a quantidade/tipo, pois não está em condições de dar a informação precisa.

Em resumo o objetivo desta parte do trabalho foi buscar uma análise que explique a implicatura de ignorância associada ao *algum* combinado com nome massivo. No que diz respeito aos nomes abstratos, quando podem ser contados diretamente como *movimento* ou *problema* (*dois movimentos, dois problemas*) a explicação dada parece ser suficiente uma vez que é possível identificar um domínio com átomos sobre o qual *algum* pode operar. Entretanto, no caso de nomes como *credibilidade*, ainda é necessária uma análise mais precisa que dê conta da natureza desse nome, uma vez que não parece fazer sentido dizer que *credibilidade* possui um domínio que possa ser classificado em porções.

Algum é sensível à leitura de grau disponível em muitos nomes abstratos e nesse aspecto se aproxima de (*um*) *certo* como ilustram as sentenças.

(218) *Maria tem alguma credibilidade no banco.*

(219) *Maria tem uma certa credibilidade no banco.*

As sentenças (218) e (219) estão relacionada a uma leitura de grau de credibilidade. Nesse sentido, o objetivo do próximo capítulo é descrever e analisar a expressão (*um*) *certo* em PB.

3 (*Um*) certo e as noções de identificabilidade e imprecisão

Na literatura, é considerável o número de estudos que se voltam para a discussão de expressões linguísticas associadas ao estado epistêmico de conhecimento do falante. Muitos desses estudos têm analisado a leitura específica de sintagmas indefinidos (EBERT; EBERT; HINTERWIMMER, no prelo; HINTERWIMMER; UMBACH, no prelo; EGUEREN; SÁNCHEZ, 2007; HINTIKKA, 1986; ENÇ, 1991; KRATZER, 1998; FARKAS, 2002a; JAYEZ; TOVENA, 2002; ZAMPARELLI, 2007; entre muitos outros).

Ao observar diferentes línguas é possível encontrar itens cuja função é indicar que o falante tem um referente específico em mente e que está em condições de identificá-lo. Haspelmath (1997) mostrou que muitas línguas possuem formas especializadas para funções como, por exemplo, específico (conhecido e não conhecido) e não-específico. No russo, *koe-*, por exemplo, tem a função (exclusiva) de marcar que um referente é específico-conhecido, como ilustra o exemplo (220).³⁷

- (220) *Masha razgovarivala s koe-kakim professorrom.*
Masha falou com koe-kakim professor
'Masha falou com um professor (específico e identificável pelo falante)'

No português, segundo Haspelmath (1997), não existe um indefinido que pertença a alguma série (como o caso dos elementos que compõem a série *alg-*) e que tenha exclusivamente a função específico-conhecido. Ainda segundo Haspelmath (1997), no PB o item *algum* pode ocupar a função específico-conhecido. Todavia, como discutido no capítulo 1, o determinante *algum* não exerce essa função, ou seja, ele não pode ser usado quando o referente pode ser identificado pelo falante, a menos que seja combinado com a palavra *coisa*, quando é usado indicando a leitura de indiferença por parte do falante.

Nesse sentido, em busca de explicar expressões que marcam o estado de conhecimento do falante em relação ao referente de um sintagma determinante, o foco da

³⁷ Exemplo de Geist e Onea (2010, p. 1).

análise que segue é *(um) certo* quando combinado com nomes contáveis, massivos e abstratos. As questões que norteiam este capítulo são as seguintes:

- (i) *(Um) certo* está associado, de fato, à leitura de especificidade/identificabilidade?
- (ii) Qual é a leitura disponível para *(um) certo* combinado com um nome massivo ou com um abstrato?

Será defendido aqui que *(um) certo* é um determinante complexo. Quando combinado com um nome contável, marca especificidade e está associado ao estado de conhecimento do falante. Apesar de não pertencer a uma série como *algum* que claramente pertence à série *alg*, *(um) certo* em PB está em oposição ao item *algum* no que diz respeito à função específico-conhecido. Além disso, está associado também a uma leitura de grau quando combinado com nomes abstratos.

Este capítulo tem o objetivo descrever e explicar as contribuições semânticas e pragmáticas de *(um) certo*, no singular, em PB. Para tanto, na seção (3.1) serão apresentados os dados a serem discutidos e as possíveis leituras associadas a *(um) certo* combinado com nomes contáveis, com nomes massivos e com nomes abstratos. A seção (3.2) dedica-se a uma breve discussão sobre marcadores de especificidade em outras línguas, em particular, no espanhol e no alemão, além de apresentar algumas definições da noção de especificidade dadas na literatura. Na seção (3.3), serão retomados os dados do PB com *(um) certo*, com objetivo de justificar porque é possível descrevê-lo como um indefinido marcador de especificidade. Além disso, é feita uma comparação entre *um certo* e outros marcadores de especificidade no PB, tais como *(um) determinado*, *específico* e *em particular* (seção (3.3.1)), mostrando que *(um) certo* pode ser associado a uma interpretação de grau (quando combinado com nomes abstratos) que não está presente nos outros marcadores de especificidades apresentados na seção. Na seção (3.4), é apresentado um resumo do capítulo.

3.1 Apresentação dos dados: as leituras disponíveis para *(um) certo* combinado com nomes contáveis e massivos

Esta seção tem como objetivo apresentar dados com a expressão linguística *(um) certo* combinado com nomes de diferentes naturezas. Inicialmente com nomes contáveis, como no exemplo (221), em seguida com nomes massivos e com nomes abstratos, como nos exemplos (222) e (223), respectivamente.

(221) *Maria encontrou um certo aluno no departamento.*

(222) *Maria comprou um certo leite.*

(223) *Maria tem um certo charme.*

Para iniciar, são apresentadas sentenças com *(um) certo* combinado com nomes contáveis. Para tanto será apresentada, quando necessária, uma comparação com dados com *um* com o objetivo de ilustrar a contribuição de *(um) certo* para o significado das sentenças em que aparece.

O primeiro passo será mostrar que *(um) certo* pode se combinar, dentro de um sintagma determinante, com *um*, como o exemplo (224), com numerais como *três*, no exemplo (225), e com nomes plurais, exemplo (226). Por outro lado, quando está em posição pré-nominal, é inaceitável combinando-se com quantificadores como *todo* e *cada*, exemplos (227) e (228), respectivamente. É inaceitável também com o artigo definido, exemplo (229). Por fim, *(um) certo* pode se combinar com nomes próprios, exemplo (230).

(224) *Maria encontrou um certo aluno no departamento.*

(225) *Maria encontrou três certos alunos no departamento.*

(226) *Maria encontrou certos alunos no departamento.*

(227) **Maria encontrou todo certo aluno no departamento.*

(228) **Maria encontrou cada certo aluno seu no departamento.*

(229) **Maria encontrou o certo aluno no departamento.*

(230) *Maria encontrou um certo João da Silva.*³⁸

³⁸ Neste trabalho não será apresentada uma explicação para a possibilidade de combinação entre *(um) certo* e um nome próprio. Porém, é relevante dizer que essa sentença deve ser interpretada não como uma seleção de um conjunto de pessoas com o nome *João*, mas sim como fazendo referência a um indivíduo de forma irônica, por exemplo.

Em PB, *(um) certo* combinado com um nome pode aparecer na posição de argumento de um verbo ou na posição de sujeito, exemplos (231) e (232), respectivamente. Pode também aparecer em posição de um adjunto do nome, com valor de adjetivo, exemplo (233).

(231) *Maria encontrou um certo aluno no departamento.*

(232) *(Um) certo aluno encontrou Maria no departamento.*

(233) *Maria encontrou um aluno certo (para o trabalho).*

(Um) certo apresenta uma leitura de modificador atributivo e uma leitura de um modificador de especificidade. Em (234), a única leitura possível é de modificador de especificidade, ou seja, *(um) certo* deve ser entendido aqui como um determinante complexo cujo valor é distinto do que aparece na sentença (235). A leitura atributiva e a leitura de marcador de especificidade dependem da posição sintática que *(um) certo* ocupa (dentro de um sintagma determinante ou como adjunto de um nome).

(234) *O João (finalmente) encontrou (uma) certa mulher.* (não tem leitura atributiva; leitura como modificador de especificidade).

(235) *O João (finalmente) encontrou uma mulher certa.* (leitura atributiva: ideal; não tem leitura de especificidade)³⁹

(Um) certo, assim como *um*, pode aparecer em diferentes tipos de sentenças, sejam afirmativas, sentenças (236) e (237), negativas, sentenças (238) e (239), interrogativas sentenças (240) e (241), em antecedentes de condicionais, (242) e (243), e em conseqüente de sentenças condicionais, sentenças (244) e (245). Porém, *(um) certo* não pode aparecer em sentenças nominais exclamativas, exemplo (246), contrastando com (247), com *um*, que não é agramatical.

(236) *Maria encontrou um certo aluno no departamento.*

(237) *Maria encontrou um aluno no departamento.*

(238) *Maria não encontrou um certo aluno no departamento.*

³⁹ *Certo* com leitura atributiva é interpretado como: seguro, verdadeiro, exato, fiel, constante, correto.

- (239) *Maria não encontrou um aluno no departamento.*
- (240) *Maria encontrou um certo aluno no departamento?*
- (241) *Maria encontrou um aluno no departamento?*
- (242) *Se a Maria encontrou um certo aluno no departamento, ela ficou feliz.*
- (243) *Se a Maria encontrou um aluno no departamento, ela ficou feliz.*
- (244) *Se a Maria tiver ido ao departamento, um certo aluno a encontrou.*
- (245) *Se a Maria tiver ido ao departamento, um aluno a encontrou.*
- (246) **(Não acredito) Um certo aluno do departamento!*
- (247) *(Não acredito) Um aluno do departamento!*

A lista de dados de (236) a (247) ilustra que *(um) certo* e *um* são distintos em construções exclamativas nominais. Também é possível encontrar distinção entre *(um) certo* combinado com nomes contáveis e *um* no que diz respeito a tomar diferentes relações de escopo em relação à negação, quantificadores nominais, condicionais e operadores intensionais. As sentenças (248) e (249) a seguir, ilustram casos em que *(um) certo* e *um* estão em interação de escopo com a negação (direta).

- (248) *A Capes dá bolsa para projetos de pesquisa, não para uma pessoa.*
- (249) *A Capes dá bolsa para projetos de pesquisa, não para uma certa pessoa.*

Para a sentença com *um* há duas possibilidades de leitura: (i) uma em que a Capes só dá bolsas para projetos e não para pessoas (nesse caso *um* tem escopo estreito em relação à negação); a outra (ii) em que existe uma pessoa específica para quem a Capes não dá bolsa (nesse caso *um* tem escopo largo em relação à negação). Para *(um) certo* a única leitura possível é a segunda.

No que diz respeito à relação com quantificadores nominais, *um* pode tomar escopo largo ou estreito em relação a eles. Por outro lado, *(um) certo* não tem escopo estreito em relação a quantificadores nominais. Neste sentido, a sentença (250) pode ter duas leituras: (i) existe uma questão que foi respondida por todos os estudantes (leitura de escopo largo de *um*); e (ii) uma leitura de pares, para todo estudante há pelo menos uma questão (que pode ser a mesma, ou não). Para (251), a única leitura disponível é aquela em que *(um) certo* toma escopo largo em relação ao quantificador, ou seja, existe uma questão específica para todos os estudantes responderem.

(250) *Todo estudante respondeu uma questão.*

(251) *Todo estudante respondeu uma certa questão.*

Há, por outro lado, sentenças como (252), apresentadas inicialmente para o inglês por Hintika (1986), em que *(um) certo* parece se comportar de modo distinto ao apresentado acima para a sentença (251). Para a sentença (252), *uma certa mulher* não parece ter escopo largo em relação ao quantificador, por isso a continuação é perfeitamente possível em (253).

(252) *Todo homem ama uma certa mulher.*⁴⁰

(253) *Todo homem ama uma certa mulher: sua mãe.*

Considerando, então, o exemplo (253) é necessário verificar a possibilidade *de (um) certo* ter a leitura de escopo intermediário. Para a sentença (254), abaixo, há três leituras possíveis: (i) existe um livro indicado por todos os professores e esse livro foi lido por todos os alunos (escopo largo do indefinido em relação a *todo professor* e *todo aluno*); (ii) para todo professor e para todo aluno existe um livro (que pode ser distinto) (escopo estreito do indefinido em relação a *todo professor* e *todo aluno*); (iii) para todo professor, existe um livro que foi lido por todo aluno, cada professor recomendou um livro específico para os alunos (os livros podem ser distintos) (escopo intermediário do indefinido em relação a *todo professor* e *todo aluno*). Para a sentença (255) a leitura de escopo estreito do indefinido não é possível. Segundo Kratzer (1998), a presença de um pronome, por exemplo *ele* em (256) e (257), ligando o quantificador, pode forçar a leitura de escopo intermediário. É o caso das sentenças (256) e (257).

(254) *Todo professor recompensou todo aluno que leu um livro.*

(255) *Todo professor recompensou todo aluno que leu um certo livro.*

(256) *Todo professor recompensou todo aluno que leu um livro que ele indicou.*

(257) *Todo professor recompensou todo aluno que leu um certo livro que ele indicou.*

No que diz respeito a sentenças condicionais, apesar do fato de constituírem ilhas de escopo, *um* e *(um) certo* podem tomar escopo largo para além da condicional. A sentença com

⁴⁰ Exemplo adaptado do inglês (cf. HINTIKA, 1986, p. 331).

um é ambígua entre duas leituras: (i) existe apenas uma bicicleta e as crianças irão querer brincar com esta bicicleta; (ii) existe mais de uma bicicleta, mas não bicicletas suficientes para todas as crianças. No caso de *(um) certo*, apenas a leitura com o escopo largo (ou seja, de que existe uma bicicleta específica) é a possível.

(258) *Se amanhã as crianças quiseram andar com uma bicicleta, nós teremos problemas.*⁴¹

(259) *Se amanhã as crianças quiseram andar com uma certa bicicleta, nós teremos problemas.*

No que concerne à combinação com operadores intensionais como *ter que*, *um* e *um certo* também vão apresentar comportamentos distintos. A sentença com *um* é ambígua entre duas leituras, uma em que existe um homem específico com quem a Maria tem que se casar e a outra em que ela pode se casar com qualquer homem. Para *(um) certo*, a única leitura possível é a de que existe um homem específico com quem Maria tem que se casar. Nessa leitura, *(um) certo* tem escopo largo em relação ao *tem que* (leitura *de re*).

(260) *A Maria tem que casar com um homem.*

(261) *A Maria tem que casar com um certo homem.*⁴²

A sentença (262) é ambígua entre três leituras: (i) a leitura de escopo largo do indefinido de acordo com a qual existe um homem identificável pelo falante tal que o Pedro acredita que a Paula tem que casar com este homem; e (ii) a leitura de escopo intermediário em que *um* toma escopo entre dois operadores (*acreditar* e *ter que*). Nessa leitura a sentença (262) expressa que Pedro acredita que a Paula é obrigada a casar com um homem que ela pode identificar e não pode existir um homem específico sob o qual Pedro acredita que a Maria tem que casar com esse homem. Pedro não tem crenças sobre a identidade do homem em questão e a única coisa exigida para que a sentença seja verdadeira é que Pedro acredite que tal homem exista. Há ainda (iii) a leitura de escopo estreito. Para a sentença com *(um) certo* apenas as leituras de escopo largo e de escopo intermediário são possíveis.

(262) *O Pedro acredita que a Maria tem que casar com um homem.*

(263) *O Pedro acredita que a Maria tem que casar com um certo homem.*

⁴¹ Exemplo adaptado de Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo).

⁴² Exemplo adaptado de Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo).

Os dados de (248) a (263) dizem respeito ao modo como *um* e *(um) certo* interagem com a negação, a quantificação nominal, sentenças condicionais e os operadores intensionais. Os dados a seguir são para ilustrar o modo como *um* e *(um) certo* se comportam no que diz respeito à identificabilidade do referente do sintagma nominal.

A sentença (264) com *um* pode apresentar duas leituras, uma na qual o falante pode saber qual é o livro que Maria deve comprar e a outra leitura onde o falante não sabe qual é o livro. Já na sentença (265), com *(um) certo*, o falante conhece qual é o livro que Maria deve comprar.

(264) *Maria deve comprar um livro.*

(265) *Maria deve comprar um certo livro.*

As sentenças (266) e (267) apresentam uma diferença. Para a sentença (266), existe a possibilidade de duas leituras: (i) uma em que existe um aluno específico e identificável pelo falante com quem a Maria encontrou. A outra possibilidade é a de que (ii) a Maria encontrou um aluno qualquer, não conhecido pelo falante. Para a sentença (267) a única leitura possível é a primeira, ou seja, a de que existe um aluno específico e conhecido pelo falante que a Maria encontrou. As sentenças (269) e (270) ilustram que o uso de *(um) certo* é inadequado quando o falante ignora a identificação do aluno, em contraste com *um* que pode ser apropriado mesmo quando o falante não pode identificar o referente, sentença (268).

(266) *Maria encontrou um aluno no departamento.*

(267) *Maria encontrou um certo aluno no departamento.*

(268) *Maria encontrou um aluno no departamento. E eu não tenho ideia de quem seja.*

(269) *Maria encontrou um certo aluno no departamento. #E eu não tenho ideia de quem seja.*

(270) *Antônio acredita que Claudia gosta de um certo professor. #Ele sabe quem é, mas eu não sei.*

Por sua vez, o falante pode identificar o referente, ou seja, o aluno, ou pelo nome, como apresentado em (271), ou por uma característica, como apresentado em (272) e (273). O uso de *(um) certo* exige que o falante saiba o nome do aluno ou saiba alguma forma de identificá-lo.

- (271) *Maria encontrou um/ um certo aluno no departamento, a saber, o Pedro.*
- (272) *Maria encontrou um/ um certo aluno no departamento, a saber, seu colega de classe.*
- (273) *Maria encontrou um/ um certo aluno no departamento, a saber, o aluno que sua professora lhe apresentou.*

No que se refere ao domínio sobre o qual *(um) certo* pode operar, é possível observar, através dos dados, que tal domínio não precisa ser unitário. O uso de *(um) certo* é apropriado tanto em situações em que há um conjunto unitário, quanto em situações em que há um conjunto com mais de dois elementos. Por exemplo, a sentença (274), com *um*, é apropriada em uma situação em que durante um churrasco há mais de dois tios contando histórias. O mesmo vale para a sentença (275) com *(um) certo*. Os exemplos (276) e (277) também são apropriados tanto nos contextos em que há um conjunto com mais de um garoto francês em questão, quanto naqueles em que há um único garoto francês. Por sua vez, em um contexto onde há apenas um bar na situação, ambas as sentenças, (278) e (279), com *um* e *(um) certo*, respectivamente, são apropriadas. Outras duas sentenças que evidenciam que o uso de *(um) certo* é apropriado quando há mais de um elemento em questão são os exemplos (280) e (281) em que há um contraste entre bares diferentes.

- (274) *Eu ouvi essa história de um tio do Pedro na churrasqueira.*
- (275) *Eu ouvi essa história de um certo tio do Pedro na churrasqueira.*
- (276) *Eu ouvi isso de um garoto francês que eu encontrei no elevador.*
- (277) *Eu ouvi isso de um certo garoto francês que eu encontrei no elevador.*⁴³
- (278) *Eu encontrei o Pedro quando estava num bar mexicano em Pinheiros, que, aliás, é o único na Rua dos Pinheiros.*
- (279) *Eu encontrei o Pedro quando estava num certo bar mexicano em Pinheiros, que, aliás, é o único na Rua dos Pinheiros.*⁴⁴
- (280) *Este certo bar na Rua dos Pinheiros, onde João estava, é diferente dos outros bares da rua.*

⁴³ Exemplo adaptado de Zamparelli (2003, p.3).

⁴⁴ Como apresentado no capítulo 1, o uso de *algum* não é apropriado quando o conjunto de indivíduos em questão é unitário. Como defendido, *algum* é um item *antisingleton* e por essa razão a sentença *Eu encontrei o Pedro quando estava em algum bar mexicano em Pinheiros, que, aliás, é o único na rua dos Pinheiros* é inadequada.

(281) *João estava neste certo bar (que eu te falei). Que é diferente dos outros bares da rua.*

As sentenças acima permitem concluir que tanto *um* quanto *(um) certo* não fazem restrições quanto aos domínios sobre os quais operam. Ambos são apropriados em situações cujo domínio é unitário ou em situações cujo domínio possui mais de um elemento.

Os exemplos dados até este momento ilustram construções em que *um* e *(um) certo* aparecem combinados com nomes contáveis. Entretanto, é possível observar construções em que esses indefinidos aparecem combinados como nomes massivos como *leite*, como na sentença (282); nomes como *charme*, sentença (283); como *credibilidade*, sentença (284); e *problema*, sentença (285).

(282) *Maria comprou um/um certo leite.*

(283) *Maria tem um/um certo charme.*

(284) *Maria tem uma/uma certa credibilidade no banco.*

(285) *Maria está com um/um certo problema.*

A sentença (282) com *um* pode ter duas leituras: (i) que a Maria comprou um *tipo de* leite, ou (ii) que a Maria comprou uma quantidade de leite dada contextualmente, por exemplo, uma caixa de leite. Com *(um) certo* a leitura saliente (e provavelmente a única) é a de que a Maria comprou um *tipo de* leite. No que diz respeito aos dados (283) e (284), parece existir uma distinção entre o uso de *um* e *(um) certo*, pois ao segundo indefinido é possível associar uma leitura de (imprecisão) grau em relação aos nomes abstratos. No exemplo (285), apesar de *problema* poder ser nomeado de abstrato, a leitura tanto com *um*, quanto com *(um) certo* é a de *tipo de*.

Em resumo, o foco desta seção era apresentar as possíveis interpretações para sentenças com *(um) certo*. A partir dos dados é possível observar que *(um) certo* combinado com nomes contáveis está associado à interpretação de identificabilidade do referente por parte do falante. Quando combinado com nomes massivos como *leite*, a interpretação disponível é a de que o falante está apto a identificar o *tipo de leite*. Por sua vez, quando combinado com nomes como *charme* ou *credibilidade*, a leitura disponível é a de grau de *charme/credibilidade*. Na seção (3.2) será feita uma breve apresentação de duas propostas

uma para dados do espanhol e outra para dados do alemão. A seção (3.2) inicia-se com uma breve apresentação de como a noção de especificidade tem sido tratada na literatura.

3.2 Marcadores de especificidade: os casos do espanhol e do alemão

O objetivo desta seção é apresentar como se comportam os indefinidos associados à noção de especificidade em outras línguas. Para tanto, serão apresentados *cierto* ‘certo’, do espanhol, (cf. EGUREN; SÁNCHEZ, 2007), e *gewiss* ‘certo’, do alemão (EBERT; EBERT; HINTERWIMMER, no prelo; HINTERWIMMER; UMBACH, no prelo). Os textos de Eguren e Sánchez (2007), de Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo) e Hinterwimmer e Umbach (no prelo) tratam dos indefinidos *cierto* ‘certo’ e *gewiss* ‘certo’ quando aparecem combinados a nomes contáveis e nomes abstratos. Todavia, antes da exposição dos dados do espanhol e do alemão, será feita, na subseção (3.2.1), uma breve apresentação da noção de especificidade.

3.2.1 Algumas definições de especificidade

O estudo de expressões linguísticas como (*um*) *certo* envolve um conceito que tem gerado muita discussão na literatura sobre os indefinidos: *especificidade*. Segundo Heusinger (2011), especificidade é uma noção que envolve semântica e foi introduzida nos últimos sessenta anos ao serem aplicadas ferramentas lógicas ao estudo de sintagmas indefinidos em contextos opacos. Conforme o autor, o conceito intuitivo de especificidade aceito comumente está associado à ideia de que o falante tem um referente em mente. Especificidade está relacionada à noção pragmática de intenção referencial (FODOR; SAG, 1982).

O autor apresenta uma lista de tipos de especificidade, tema que vem sendo discutido na literatura desde Karttunen (1968), o primeiro autor a observar que alguns tipos de indefinidos licenciam anáfora discursiva no contexto onde outros indefinidos não licenciam. Segundo Heusinger (2011), a literatura analisa a especificidade sob sete pontos de vista, a saber: (i) especificidade relacionada à referencialidade; (ii) especificidade

relacionada a escopo; (iii) especificidade epistêmica; (iv) especificidade relacionada a partitividade; (v) especificidade relacionada a noção de tópico; (vi) especificidade como notabilidade; (vii) especificidade como proeminência discursiva. Um indefinido específico é usado, então, quando um falante tem um referente em mente.

Os vários usos da noção de especificidade são relacionados à noção pragmática de intenção referencial. De acordo com a noção referencial, o falante faz uso de indefinido específico para fazer referência a um objeto que ele tem em mente. O autor ilustra os sete tipos de especificidade a partir de sete pares de sentenças. Neste trabalho serão apresentadas versões dessas sentenças em português brasileiro que seguem de (286) a (297). Para algumas delas serão apresentadas possíveis interpretações/leituras.

(286) *Paula acredita que João falou com um político importante.*

Leituras:

- (a) Leitura específica: Existe um político importante com quem Paula acredita que o João falou (a sentença acarreta que existe um político importante).
- (b) Leitura não específica: não existe um político importante.

(287) *Se um amigo meu morresse queimado, eu herdaria uma fortuna.*

Leituras:

- (a) Leitura específica: existe um amigo meu que se esse amigo morresse queimado, eu herdaria uma fortuna
- (b) Leitura não específica: não existe um amigo definido de quem o falante poderia herdar uma fortuna.

(288) *Se todo amigo meu morresse queimado, eu herdaria uma fortuna.*

Leitura específica: não é possível com quantificadores como *todo*.

(289) *Um aluno de semântica colou na prova.*

Leituras:

- (a) Existe um aluno que colou na prova e o falante pode saber quem ele é.
- (b) Existe um aluno que colou na prova e o falante não sabe quem ele é, ou não se importa com sua identidade.

- (290) *50 alunos entraram no quarto. Eu conhecia duas meninas.*
- (291) *50 alunos entraram no quarto. Eles dançaram com duas meninas.*
- (292) *Alguns fantasmas vivem na floresta; outros vivem no pântano.*
- (293) *Têm alguns fantasmas na floresta.*
- (294) *Ele colou este selo de 31 centavos no envelope, e somente depois percebeu que estava errado.*
- (295) *Ele colou # este selo de 31 centavos no envelope, então ele tem que querer que vá pelo correio.*
- (296) *Tinha um rei e o rei tinha uma irmã e ele amava sua irmã...*
- (297) *Tinha um rei e #a estação era muito abafada e quente.*

Segundo Heusinger (2011), as possibilidades de interpretação em (286) (a) e (b) são exemplos de especificidade relacionada à noção de referencialidade, ou seja, especificidade do tipo (i). Conforme o autor, especificidade em contextos opacos expressa um contraste entre uma leitura que não permite acarretamento existencial e uma leitura que permite. Sobre o tipo (ii), especificidade relacionada ao conceito de escopo, Heusinger (2011) apresenta exemplos como (287) com as leituras (a) e (b), que ilustram como um indefinido específico pode escapar de ilhas de escopo se comportando de modo distinto de verdadeiros quantificadores, como acontece com *todo* na sentença (288). O exemplo (289) ilustra a especificidade epistêmica, onde fica expresso um contraste entre conhecimento do falante em (a), e ignorância (ou indiferença) em (b). O par de sentenças (290) e (291) ilustra especificidade relacionada às noções de familiaridade, partitividade e pressuposicionalidade. Na sentença (290), o indefinido é parte de um conjunto que já foi introduzido no contexto; no caso de (291) o indefinido é parte de um conjunto que ainda não foi introduzido no contexto. Especificidade também tem sido relacionada à topicalidade. Na sentença (292) o elemento na posição de tópico é entendido como uma expressão específica. Especificidade como notabilidade, segundo o autor, assume que expressões como *this* ‘isto’, expressões usadas para apresentação, marcam que o falante quer ressaltar uma propriedade do referente, como acontece em (294), que contrasta com (295), tomada para ser inapropriada uma vez que nenhuma propriedade é citada. Por fim, Heusinger (2011) apresenta a noção de especificidade como proeminência discursiva, que é a proposta defendida por ele. Essa noção de especificidade está relacionada ao potencial de

um indefinido introduzir um referente que será mencionado novamente no discurso e pode tornar-se um tópico no discurso subsequente, sentença (296).

Há, então, diferentes definições para especificidade e esse conceito às vezes é analisado como semântico (especificidade como relações de escopo), às vezes como pragmático (relacionado à identificabilidade do falante). Muitas dessas análises voltam-se especificamente para o correspondente do indefinido *um certo* em diferentes línguas (cf. FARKAS, 2002b; HINTIKKA, 1986; SCHWARZ, 2001; JAYEZ e TOVENA, 2006; EBERT; EBERT E HINTERWIMMER, no prelo; entre outros).

Como dito, na literatura a noção de especificidade tem sido relacionada a pelo menos três fenômenos: relações de escopo, epistemicidade e partitividade. Para o ponto de vista que associa especificidade às relações de escopo, especificidade é essencialmente uma propriedade relacionada com as leituras de escopo largo de um indefinido em relação a um operador ou quantificador na sentença (leituras não específicas estão relacionadas ao escopo estreito). Nesse caso, um indefinido poderia ser tomado como ambíguo entre duas leituras, como defendem Fodor e Sag (1982) e Kratzer (1998).

Fodor e Sag (1982) defendem que indefinidos são ambíguos entre uma leitura referencial/específica e uma leitura quantificacional. Segundo os autores, indefinidos específicos sempre tomam escopo largo (assim como os sintagmas referenciais), ao passo que indefinidos não específicos sempre tomam escopo estreito. As diferentes leituras associadas à sentença (298), exemplo adaptado de Fodor e Sag (1982), está no fato de o indefinido *um aluno meu* ter leitura específica (referencial) quando tem escopo sobre *todo professor* e tem leitura não específica quando está sob o escopo de *todo professor*.⁴⁵

(298) *Todo professor ouviu a fofoca de que um aluno meu colou na prova.*

Porém, em algumas sentenças, indefinidos podem ter a leitura de escopo intermediário. A sentença (299), adaptada de Abush (1994, *apud* KRATZER, 1998), pode ter a leitura de que todo professor escolheu o mesmo livro e recompensou os alunos que leram esse livro (escopo largo do indefinido, referencial); pode ter a leitura que diferentes professores escolheram diferentes livros (escopo intermediário, não é referencial, mas também não é quantificacional porque tem escopo fora da sentença relativa).

⁴⁵ Segundo os autores, indefinidos mostram propriedades de escopo especiais em relação aos quantificadores como *todo*, por exemplo.

(299) *Todo professor recompensou todo aluno que leu um livro que ele recomendou.*

A partir de exemplos como (299), Kratzer (1998) propõem que indefinidos são ambíguos entre uma interpretação específica e uma interpretação quantificacional. Porém a autora defende que eles não são referenciais e que a leitura específica depende de uma *choice function*, que é contextualmente determinada.

Para Schwarzschild (2001) esses indefinidos que exibem escopo de longa distância podem ser analisados como tendo uma restrição de domínio implícita. Indefinidos específicos podem ser analisados como indefinidos *singleton*. Para o autor, indefinidos expressam quantificação existencial e possuem restrições implícitas de domínio. Segundo o autor, o fato de um indefinido exibir relações de escopo diferentes de outros quantificadores pode ser explicado porque os indefinidos podem ser *singleton* (possuem um restritor de domínio implícito que pode tornar o seu domínio de operação *singleton* e isso explicaria, por exemplo, porque um indefinido pode ter escopo largo). Conforme Schwarzschild (2001), essa restrição implícita do domínio é um traço geral da quantificação. Um dos problemas apontados para a proposta do autor é a assimetria ouvinte/falante no que diz respeito à interpretação de um indefinido como específico. Se a proposta de Schwarzschild (2001) prevê que o domínio é restrito pelo contexto (ou pelo conhecimento partilhado) não se explicaria porque o falante (e não o ouvinte) é capaz de identificar o referente de um indefinido específico.

Outras propostas assumem que especificidade está relacionada com relações de escopo, porém entendem que especificidade é um fenômeno pragmático e estaria ligado a identificabilidade, ao conhecimento do falante (ver, por exemplo, FARKAS 2002a). Neste caso, um indefinido é epistemicamente específico quando se refere a uma entidade que é conhecida pelo falante (ou inerentemente identificável).

Outros autores defendem que especificidade deve ser tratada como partitividade, ou pressuposicionalidade (ver, por exemplo, DIESING, 1992). Seguindo Milsark (1977), Diesing (1992), defende que *a* ‘um’ e *some* ‘algum’ são indefinidos que podem ter duas interpretações: uma pressuposicional (específica) e uma não pressuposicional (não específica).

Por sua vez, para Fauconnier (1985, *apud* HASPELMATH, 1997), um sintagma específico possui referente em espaços *irrealis* dependentes, em espaços distributivos e em outros espaços, enquanto um sintagma não específico possui referente somente em espaços

irrealis dependentes e em espaços distributivos (HASPELMATH, 1997, p. 109). Para alguns autores como Kagan (2006), especificidade está relacionada à identificabilidade do falante, ou seja, o referente de um sintagma nominal é específico se é identificável pelo falante, ou é não específico se não é identificável pelo falante. Segundo Jayez e Tovená (2006), identificação (conhecido) é um conceito distinto de especificidade. Para os autores, especificidade deve ser relacionada à capacidade de quantificadores existenciais tomarem escopo largo. Para eles, especificidade e conhecimento do falante são propriedades distintas.

Há ainda abordagens que defendem que especificidade de um indefinido está relacionada a questões de entonação. Umbach (2003), com a intenção de explicar a assimetria entre ouvinte e falante no que diz respeito à identificação de um referente, apresenta uma subclasse de indefinidos específicos (que denomina como indefinidos catafóricos) que está associada à idéia de um *singleton*, considerando, porém, outro fator, a entonação.

Em resumo, a noção de especificidade tem sido relacionada a diferentes características e fenômenos. Nesse sentido, o objetivo da próxima seção é observar o comportamento de *cierto* ‘certo’ e *gewiss* ‘certo’.

3.2.2 Marcadores de especificidade: o caso do espanhol

Esta seção apresenta um pequeno resumo da proposta de Eguren e Sánchez (2007a; 2007b) para *cierto* ‘certo’ do espanhol. Segundo os autores, *cierto* ‘certo’ possui três valores: (i) exerce a função de um determinante na sequência <*cierto*+N>, como no exemplo (300); exerce a função de um predicado pré-nominal na sequência <Det+*cierto*+N>, exemplo (301); e (iii), quando posposto ao nome, exerce a função de um adjetivo qualificativo, exemplo (302), onde tem a interpretação de “seguro”, “verdadeiro”.

(300) *Me interesa mucho cierta teoría reciente sobre el origen*
 Me interesa mucho cierta teoría reciente sobre a origem

*del lenguaje.*⁴⁶

da linguagem

⁴⁶ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 1)

‘Me interessa muito certa teoria recente sobre a origem da linguagem’

- (301) *Se necesita una cierta cantidad de agua para llenar esta piscina.*⁴⁷
Se necesita una cierta cantidad de água para encher esta

piscina

‘É necessária uma certa quantidade de água para encher esta piscina’

- (302) *Os espera una muerte cierta en Irak.*⁴⁸
Os espera una morte certa em Iraque
‘Os espera uma morte certa no Iraque’

O objetivo dos autores é explicar as propriedades semânticas e sintáticas de *cierto* ‘certo’ focando a análise em construções em que tal expressão linguística tem a função de um determinante (exemplo (300)) e a função de um predicado pré-nominal (exemplo (301)). Segundo os autores, *cierto* ‘certo’ é um determinante com interpretação inerentemente específica, ver exemplo (300), e um adjetivo intensional, ver exemplo (301). Os autores demonstram que em ambos os casos, *cierto* é um marcador de aproximação que denota imprecisão.

Seguindo a proposta de que não é possível a ocorrência de dois determinantes verdadeiros dentro de um sintagma determinante, para a análise dos autores, *cierto* ‘certo’ determinante nunca pode ser acompanhado por *un* ‘um’ ou por qualquer outro determinante. Quando dois itens lexicais, que independentemente funcionam como determinantes, aparecem em um mesmo sintagma, apenas o primeiro é um determinante verdadeiro. O segundo é um predicado.

Quando *cierto* ‘certo’ exerce a função de um determinante, ele é um indefinido e uma das características é que não entra em relações anafóricas, exemplo (303), aparece em construções existenciais, sentença (304), e não pode co-ocorrer com quantificadores como *todos* ‘todos’, exemplo (305).

⁴⁷ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 1)

⁴⁸ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 2).

- (303) **Un ministro_i há dimitido. Cierta ministro_i no era*
Um ministro haver-passadodemitido. Cierta ministro não era

*del partido.*⁴⁹

do partido

‘Um ministro renunciou. Certo ministro não era do partido’

- (304) *Hay cierto político que dice que resolverá el*
Tem cierto político que disse que resolverá o

problema

*problema.*⁵⁰

‘Tem um certo político que disse que resolverá o problema’

- (305) **Todos ciertos problemas tienen solución.*⁵¹

Todos ciertos problemas tem solução

‘Todos certos problemas têm solução’

Além de ser um indefinido, *cierto* ‘certo’ tem uma informação adicional que o distingue de *un* ‘um’, por exemplo, ou seja, ele é um indefinido inerentemente específico e por essa razão o sintagma determinante que projeta sempre se refere a um membro específico de uma classe e pressupõe a existência desse indivíduo, o que o torna incompatível com uma sentença relativa no modo subjuntivo, sentença (306). Além disso, tem sempre leitura referencial (nos termos de FODOR; SAG, 1982) fato que explicaria porque é capaz de escapar de ilhas de escopo, como sentenças condicionais, exemplo (307).⁵²

⁴⁹ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 2).

⁵⁰ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007b, p. 101).

⁵¹ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 2).

⁵² Os autores excluem a possibilidade de dois determinantes (verdadeiros) justificando duas possibilidades: ou adotar o critério-θ (segundo HIGGINBOTHAM, 1985) ou assumindo que determinantes são, em sentido amplo, quantificadores. *Cierta* ‘certo’ não pode se combinar com outros determinates pois isso violaria o critério temático, e produziria efeito de quantificação vácuca.

- (306) **Necesitamos cierto profesor que sea especialista en fonética.*⁵³
 Necesitamos cierto professor que seja especialista em fonética.

‘Necesitamos de certo professor que seja especialista em fonética’

- (307) *Si me encuentro con [cierto candidato] i, lo i insulto.*⁵⁴
 Se me encontro com [cierto candidato] i, o i insulto

‘Se me encontro com certo candidato, o insulto.’

Para os autores, *cierto* ‘certo’ é um indefinido intrinsecamente específico, mas deve ser diferenciado de *un* ‘um’. Conforme eles, é preciso explicar a diferença entre *cierto* ‘certo’ e *un* ‘um’, uma vez que esse também pode ter a interpretação específica, especialmente se for incluída no sintagma, por exemplo, uma sentença relativa no modo indicativo.

- (308) *Un famosoactor trabaja ahora en series de televisión.*⁵⁵
 Un famoso ator trabalha agora em séries de televisão.
 ‘Um famoso ator trabalha agora em séries de televisão’

- (309) *Cierto famoso actor trabaja ahora en series de*
 Certo famoso ator trabalha agora em séries de televisão.

*televisión.*⁵⁶

televisão’

‘(Um) certo famoso ator trabalha agora em séries de televisão’

Os autores descartam a possibilidade de estender a explicação dada por Hintika (1986) para *a certain* ‘um certo’ do inglês segundo a qual o indefinido é usado para indicar que a identidade de um indivíduo é conhecida mas não revelada (*a certain* ‘um certo’ seria

⁵³ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 2).

⁵⁴ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 3).

⁵⁵ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 4).

⁵⁶ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 4)

um “elusive indefinite”). Eguren e Sánchez (2007a; 2007b) mostram que é possível o uso de *cierto* ‘certo’ quando o falante não pode identificar o referente, exemplo (310), bem como em situações em que o ouvinte pode identificar o referente, exemplo (311). Outra possibilidade seria analisar *cierto* ‘certo’ como Longobardi (1988) sugere para o uso de *un certo* ‘um certo’ do italiano. Seguindo a análise do autor para o italiano, *cierto* ‘certo’, implicaria uma identificação avaliativa, ou seja, o indefinido específico define um conjunto nas bases de alguma propriedade relevante que é dividida por todos os membros do conjunto. Porém, segundo Eguren e Sánchez (2007a; 2007b), essa análise dada para o italiano não explica completamente o caso do espanhol, fato ilustrado pelo exemplo (312).

- (310) *En cierto momento sale el protagonista (pero no sé*
Em certo momento sai o protagonista (mas não sei

*exactamente cuándo.*⁵⁷

exatamente quando.

‘Em (um) certo momento sai o protagonista (mas eu não sei exatamente quando)’

- (311) *Cierta jovencita (bién sabes quién es) te llama por teléfono*
Certa jovenzinha (bem sabe quem é) te chama por telefone

*otra vez.*⁵⁸

outra vez.

‘(Uma) certa jovenzinha (você bem sabe quem é) está te ligando’

- (312) *Vi a ciertos jóvenes en el metro que me*
Vi preposição certos jovens em o metro que me

*parecieron sospechosos.*⁵⁹

pareceram suspeitos

‘Vi certos jovens no metro que me pareceram suspeitos’

⁵⁷ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 5).

⁵⁸ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 5).

⁵⁹ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 5).

Para Eguren e Sánchez (2007a; 2007b), *cierto* ‘certo’ é um indefinido específico associado à noção de imprecisão. Uma evidência para isso pode ser alcançada ao se comparar *cierto* ‘certo’ a outros sintagmas específicos. Por exemplo, ele é diferente do artigo definido porque não permite elipse, ao passo que o artigo permite.

- (313) *Los estudiantes de filosofía no se entienden con*
 Os estudantes de filosofia não se entendem com

{*los/*ciertos*} Ø *de derecho*.

{*los/*ciertos*} Ø *de direito*

‘Os estudantes de filosofia não se entenderam com {*os/*certos*} Ø estudantes de direito’.

No que diz respeito ao uso de *cierto* ‘certo’ como um adjetivo pré-nominal intensional, uma evidência de que ele não é um determinante é que pode se combinar com *un* ‘um’, como no exemplo (314). Nestes casos, é um determinante que modifica a intensão do nome que precede.

- (314) *Se necesita una cierta cantidad de agua para llenar esta*
 Se necessita uma certa quantidade de água para encher esta

piscina.⁶⁰

piscina

‘É necessária uma certa quantidade de água para encher esta piscina’

Conforme a análise dos autores, em sentenças como (314) *cierto* ‘certo’ é um predicado caracterizado como um adjetivo intensionalmente orientado para o falante e o que o distingue de outros adjetivos intensionalmente orientados para o falante (como *mero* ‘mero’, por exemplo) é a presença da propriedade imprecisão (que divide com o determinante).

Cierto ‘certo’ predicado intensional pode carregar dois significados distintos: (i) denotar imprecisão intensional quantitativa, onde há imprecisão de quantidade e (ii) denotar

⁶⁰ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 7).

mera imprecisão. *Cierto* ‘certo’ carrega o sentido de imprecisão de quantidade quando combinado com nomes que denotam uma dimensão (*altura* ‘altura’, *profundidad* ‘profundidade’, *distancia* ‘distância’, etc) ou medida (*número* ‘número’, *grado* ‘grau’, *nível* ‘nível’, etc) e também denota imprecisão quando precede certos nomes massivos.

- (315) *El tren llegó con un cierto retraso.*⁶¹
 O trem chegou com um certo atraso.
 ‘O trem chegou com um certo atraso’

- (316) *Tienes que tomar una cierta cantidad de jarabe si quieres*
 Tem que tomar uma certa quantidade de xarope se quer que
*que haga efecto.*⁶²
 que faça efeito
 ‘Você tem que tomar uma certa quantidade de xarope se quiser que faça efeito’

- (317) *Llegó tarde porque había un cierto tráfico.*
 Chegou tarde porque havia um certo tráfico.
 ‘Chegou tarde porque havia um certo tráfico’

Segundo os autores o uso de *cierto* ‘certo’ marca uma avaliação positiva de quantidade. Isso quer dizer que o grau da entidade denotada pelo nome modificado vai além do ponto fixado por uma comparação padrão. Por essa razão as sentenças (318) e (319) são ruins. Em outras palavras, *cierto* ‘certo’ além de ser um predicado de imprecisão, tem a propriedade de dar um valor positivo à intensão do nome com o qual se combina.

- (318) ??*Su camión tiene una cierta altura, de modo que cabe*
 Seu caminhão tem uma certa altura, de modo que passa
*por la puerta del garaje.*⁶³
 por a porta de garagem

⁶¹ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 8).

⁶² Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 8).

⁶³ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 8).

‘Seu caminhão tem uma certa altura, de modo que passa pela porta da garagem’.

- (319) ??*Habla un cierto tráfico, por eso he llegado*
 Havia un cierto tráfico, por isso eu cheguei

*rápidamente.*⁶⁴

rapidamente

‘Havia um certo tráfico, por isso que eu cheguei rapidamente’

Para Eguren e Sánchez (2007a; 2007b), apesar de ter a interpretação de quantidade e parecer poder ser argumentado que *cierto* é um quantificador de grau, *un cierto* ‘um certo’ não pode ser caracterizado dessa forma. Os autores dizem que *un cierto* ‘um certo’ não é um quantificador de grau por três razões:

(i) Ele não está em distribuição complementar com quantificadores de grau, o que seria esperado se ele pertencesse a essa classe. Além disso, o predicado intensional *cierto* ‘certo’ aparece precedido do determinante *un* ‘um’, porém outros quantificadores de grau não podem ser precedidos por *un* ‘um’.

- (320) *Pasó un cierto tiempo.*⁶⁵

Passou un cierto tempo.

‘Passou um certo tempo’

- (321) **Pasó un {mucho/poco/bastante} tiempo.*⁶⁶

Passou un {mucho/poco/bastante} tempo.

‘Passou um certo tempo’

(ii) Ao contrário de quantificadores de grau, *un cierto* ‘um certo’ não se combina com todos os nomes massivos. Os dados mostram que há nomes massivos como *agua* ‘água’ que se combinam apenas com *un cierto* ‘um certo’ quando funcionam como a coda de uma construção pseudopartitiva encabeçada por um nome de medida como *cantidad*

⁶⁴ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 8).

⁶⁵ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 9).

⁶⁶ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 9).

‘quantidade’. Se *un cierto* ‘um certo’ fosse um quantificador de grau poderia se combinar com todos os nomes massivos, como acontece com verdadeiros quantificadores de grau e a construção **una cierta agua* ‘uma certa água’ deveria ser bem formada, o que não é o caso.

- (322) *Debes tomar una cierta *(cantidad de) agua con las comidas.*⁶⁷
Deve tomar uma cierta (quantidade de) água com as comidas
‘Você deve tomar uma certa quantidade de água com a comida’

(iii) Ao contrário de um quantificador de grau, *un cierto* ‘um certo’ não pode estar no escopo da negação. A sentença (323) possui duas leituras: em uma delas a proposição denotada pela sentença é negada e a outra o quantificador *mucho* está no foco da negação. No caso de *un cierto* ‘um certo’ toda a sentença pode ser negada, mas ele nunca pode estar no escopo da negação.

- (323) *Este asunto no tiene mucho interés.*⁶⁸
Este assunto não tem muito interesse.
‘Este assunto não tem muito interesse’

Leituras:

- (a) Não é o caso de que este assunto tenha muito interesse
(b) O interesse que este assunto tem não é muito.

- (324) *Este asunto no tiene un cierto interés.*⁶⁹
Este assunto não tem um certo interesse.
‘Este assunto não tem um certo interesse’

Leituras:

- (a) Não é o caso de que este assunto tenha um certo interesse.
(b) *O interesse que este assunto tem não é um certo

⁶⁷ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 9).

⁶⁸ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 9).

⁶⁹ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 10).

(325) **Esta es una novela sin un cierto interés.*⁷⁰

Esta é uma novela sem un cierto interesse

‘Esta é uma novela sem um certo interesse’

Os autores defendem que *un cierto* ‘um certo’ não é um quantificador de grau, mas sim que é um predicado de imprecisão de quantidade. É importante ressaltar que a imprecisão de quantidade não pode ser confundida com quantificação vaga. *Cierto* ‘certo’ algumas vezes expressa falta de precisão de uma quantidade específica, mas ele não quantifica vagamente sobre nomes, como acontece com verdadeiros quantificadores de vagueza como *mucho* ‘muito’, por exemplo.

Nos sintagmas *un cierto retraso* ‘um certo atraso’ e *una cierta cantidad de jarabe* ‘uma certa quantidade de xarope’ *un cierto* ‘um certo’ denota quantidade pela natureza dos nomes que podem conter uma quantidade dada implicitamente (no caso de *retraso* ‘atraso’ há a ideia de uma dimensão) ou uma quantidade dada explicitamente (como é o caso de nomes de medida como *cantidad* ‘quantidade’, que em si já denota uma quantidade).

Por fim, os autores apontam que em espanhol *un cierto* ‘um certo’ também se combina com nomes próprios, como ilustra o exemplo (326). Nesses casos o falante não está sendo preciso na identificação do indivíduo.

(326) *Se deben a un cierto Doubrouski, persona muy lista.*⁷¹

Se devem a un cierto Doubrouski, pessoa muito inteligente.

‘Se devem a um certo Doubrouski, pessoa muito inteligente’

Em resumo, os autores assumem que *cierto* ‘certo’ pode ser um determinante ou um predicado pré-nominal que marca a noção de imprecisão. Esse significado de imprecisão pode ser extensional ou intensional. Será imprecisão extensional quando é uma propriedade do determinante *cierto* ‘certo’, um item que encabeça um nominal específico com identidade perdida. Será imprecisão intensional quando for um predicado pré-nominal: quando se tratar de nominais com sentido de quantidade, dentro da intensão do nome há imprecisão da quantidade denotada por ele. Em nominais sem significado de quantidade, *cierto* ‘certo’ meramente denota imprecisão na descrição do nome que ele precede para particularizar uma classe descritiva.

⁷⁰ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 10).

⁷¹ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 13).

- (327) *Cierto estilo pictórico tiene muchos detractores.*⁷²
Certo estilo pictórico tem muitos críticos
‘Muitos críticos têm um certo estilo pictórico’

(imprecisão extensional/ referencial)

- (328) *Tiene un cierto estilo al caminar.*
Tem un cierto estilo ao caminhar
‘Tem um certo estilo ao caminhar’

(imprecisão intensional de quantidade)

- (329) *Su obra tiene un cierto estilo modernista.*
Sua obra tem un cierto estilo modernista
‘Sua obra tem um certo estilo modernista’

(imprecisão puramente intensional, não há quantidade envolvida)

Nesta seção foi apresentada a proposta de Eguren e Sánchez (2007a; 2007b) para *cierto* ‘certo’ do espanhol. A proposta dos autores defende uma distinção entre *cierto* ‘certo’ determinante e *cierto* ‘certo’ adjetivo pré-nominal. Uma das diferenças entre ambos diz respeito à combinação sintática que cada pode ter com outras expressões. Segundo a análise dos autores, quando *cierto* ‘certo’ está combinado com *un* ‘um’ ele não pode ser considerado um determinante. Outro aspecto relevante é que o determinante *cierto* ‘certo’ pode ser usado em situações em o que o falante ignora a identidade da referência do indivíduo denotado pelo DP. Porém, quando combinado com nomes que denotam uma quantidade ou dimensão, *cierto* ‘certo’ está associado a uma leitura de imprecisão. Como será demonstrado, na seção (3.3), PB (*um*) *certo* se assemelha a *cierto* ‘certo’ nesse aspecto. Porém, há distinções importantes a serem consideradas entre os dados do PB e os dados do espanhol. Uma dessas distinções diz respeito ao fato de que, em PB, sempre que *certo* precede um nome ele será um determinante e em geral ele virá acompanhado do *um*.

⁷² Exemplos (327), (328) e (329) são Eguren e Sánchez (2007b, p. 122).

Além disso, no que diz respeito à identificabilidade, o falante não pode ignorar a identidade da referência denotada pelo DP do qual o indefinido faz parte.

A próxima seção fará uma retomada das propostas de Ebert, Ebert, Hinterwimmer (no prelo) e Hinterwimmer; Umbach (no prelo) para dados do alemão.

3.2.3 Marcadores de especificidade: o caso do alemão

Esta seção tem como objetivo apresentar dados do alemão com a expressão linguística *gewiss* ‘certo’. Segundo Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo), no alemão há dois marcadores que num primeiro olhar parecem indicar especificidade no sentido de uma forte tendência a ter escopo sobre operadores presentes na sentença. Esses indefinidos são: *bestimmt* ‘determinado’ e *gewiss* ‘certo’. Esta seção vai se ater a dados com *gewiss* ‘certo’ por se assumir que ele é o marcador de especificidade do alemão mais próximo do indefinido (*um*) *certo* do português e pelo fato de ele se distinguir de *bestimmt* ‘determinado’ por poder estar associado à leitura de grau quando combinado com um nome massivo.

Segundo os autores, *gewiss* ‘certo’ dentro de um sintagma determinante pode ser encabeçado por *ein* ‘um’. Dessa forma, *ein gewiss* ‘um certo’ é tratado como um determinante complexo por eles. Conforme a proposta dos autores *ein gewiss* ‘um certo’ é um indefinido que marca especificidade. Ele tem duas características essenciais (i) requer que o falante esteja em condições de identificar o indivíduo introduzido pelo sintagma determinante indefinido e (ii) sempre toma escopo largo em relação a outros operadores presentes na sentença.

Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo) mostram que no que diz respeito às relações de escopo com outros operadores (tais como a negação, quantificadores nominais e condicionais, por exemplo) o indefinido *ein gewiss* ‘um certo’ sempre toma escopo largo. Por sua vez, quando está em interação com operadores intensionais, *ein gewiss* ‘um certo’ toma escopo largo e não possui a leitura de escopo intermediário.

(330) Die USA unterstützen ein Wirtschafts programm, nicht eine
 O USA apoiam um econômico programa, não eine

gewiss Person.⁷³

gewiss pessoa

‘Os Estados Unidos dão apoio a programas econômicos, não a uma pessoa específica’

Para a sentença (330) a única leitura possível é a de que existe uma pessoa em particular que não recebe apoio dos Estados Unidos, ou seja, a leitura em que *ein gewiss* ‘um certo’ toma escopo largo em relação à negação. A leitura de escopo estreito do indefinido, os Estados Unidos não dão apoio financeiro a pessoas em geral, apenas a programas econômicos, não é possível.

(331) Jeder Student hat ein gewisses Gedicht analysiert.⁷⁴

Todo estudante tem ein gewisses poema analisado

‘Todo estudante analisou um certo poema’

Quando em interação com um quantificador nominal como *jeder* ‘todo’, a única leitura possível é a de que existe um poema específico que todo estudante analisou, ou seja, leitura de escopo largo. A leitura de acordo com a qual os poemas variam conforme os estudantes, a leitura de escopo estreito, não é possível para *ein gewiss* ‘um certo’.

Em sentenças condicionais, como (332), a única leitura disponível para o indefinido é aquela em que ele toma escopo sobre a condicional, ou seja, a leitura de que existe um cavalo específico que o falante pode identificar de algum modo e que se todas as crianças quiserem cavalgar nesse cavalo, existe um problema.

(332) Wenn morgen wieder alle Kinder ein gewisses

Se amanhã novamente todas crianças ein gewisses

Pferd reiten wollen, haben wir ein Problem.⁷⁵

cavalo corer querer, ter nós um problema

⁷³ Exemplo de Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo, p.14).

⁷⁴ Exemplo de Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo, p.15).

⁷⁵ Exemplo de Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo, p.16).

‘Se amanhã todas as crianças quiserem cavalgar em um certo cavalo, teremos um problema’

Por fim, em interação com operadores intensionais tais como *muss* ‘dever’, *ein gewiss* ‘um certo’ também só possui a leitura de escopo largo. Nessa interpretação, leitura *de re*, existe um homem específico (identificável pelo falante), tal que Paula tem que casar com este homem. A leitura *de dicto* gerada na situação em que o indefinido toma escopo estreito em relação ao *muss* ‘dever’ não é possível para o indefinido *ein gewiss* ‘um certo’ e por essa razão a interpretação de que Paula é obrigada a casar com um homem qualquer, não é possível.

- (333) Paula muss einen gewissen Mann heiraten.
Paula deve eine gewissen Mann heiraten
‘Paula deve casar com um homem’

Mesmo nos exemplos em que existe mais de um operador com o qual *ein gewiss* ‘um certo’ interage, ele sempre tomará escopo largo. Por exemplo, para a sentença (334), a única leitura disponível para o indefinido é aquela em que ele exibe leitura de escopo largo, ou seja, aquela em que existe um homem identificável pelo falante tal que Peter acredita que Paula tem que casar com este homem. Para *ein gewiss* ‘um certo’ a leitura onde o indefinido toma o escopo intermediário entre dois operadores, não é possível. A leitura de escopo intermediário expressa que Peter acredita que Paula é obrigada a casar com um homem que ela pode identificar. De acordo com essa leitura, não é o caso que existe um homem específico sobre quem Peter acredita que Paula tem que casar com ele. Peter nem mesmo precisa ter qualquer crença sobre a identidade do homem em questão. A única coisa exigida para a sentença ser verdadeira é que Peter acredite que tal homem exista.

- (334) Peter glaubt, dass Paula einen gewissen Mann heiraten
Peter acredita, que Paula einen gewissen homem casar

muss.⁷⁶
deve

⁷⁶ Exemplo de Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo, p.19).

‘Peter acredita que Paula deve casar com um certo homem’

No que diz respeito à possibilidade de identificar o referente, Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo) defendem que *ein gewiss* ‘um certo’ não é apropriado quando o falante ignora a identidade do referente. Por essa razão, para a sentença (335) não é possível que o falante não tenha informação sobre o CD. A sequência em (336) ilustra essa exigência feita pelo *ein gewiss* ‘um certo’. A continuação em (336) é ruim porque aponta que o falante desconhece o CD (não está apto de identificar o referente nem pelo nome, nem por uma característica).

(335) Peter sucht eine gewisse CD.⁷⁷
 Peter procura por eine gewisse CD
 ‘Peter está procurando um certo CD’

(336) Peter sucht schon seit Stunden nach einer gewissen CD.⁷⁸
 Peter procura por já desde horas depois einer gewisse CD
 ‘Peter já está procurando um CD faz horas’

- # keine Ahnung, welche genau er sucht.
 Nenhuma ideia, qual deles exatamente ele procura
 ‘Eu não tenho ideia de qual CD exatamente ele procura’

Segundo os autores, a contribuição de *gewiss* ‘certo’ se dá por meio de dois componentes de significado, um no nível *at-issue* e o outro no nível de uma implicatura convencional. O significado de *gewiss* ‘certo’ pode ser representado como em (337).

(337) $[[\text{ein gewiss}]] = \lambda P.\lambda Q.\exists x[P(x) \wedge Q(x)] \cdot K_{\alpha}(\uparrow_n y)$

onde *y* é uma variável livre que precisa ser resolvida

Para uma sentença como (333), retomada a seguir como (338), Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo) apresentam as representações em (a) e (b). Na representação proposta por eles, em (a) a proposição no nível *at-issue* e a proposição no nível da implicatura

⁷⁷ Exemplo de Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo, p.1).

⁷⁸ Exemplo de Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo, p.9).

convencional são coerentes. Na representação (b) uma derivação *E-type* falha e *y* não pode ser resolvido.

(338) Paula muss einen gewissen Mann heiraten.

‘Paula deve casar com um certo homem’

(a) $\exists x[\text{homem}(x) \wedge \forall w' R_{\text{deve}w}: \text{casar}(\text{Paula}, x)(w')]: t^a \bullet K_\alpha(\uparrow_n y): t^c$

(b) $\forall w' R_{\text{deve}w}: \exists x [\text{homem}(x)(w') \wedge \text{casar}(\text{Paula}, x)(w')]: t^a \bullet K_\alpha(\uparrow_n y): t^c$

Para resumir, até este ponto os dados discutidos pelos autores tratavam da combinação de *ein gewiss* ‘um certo’ com nomes contáveis. Entretanto, eles apontam ainda a possibilidade de leitura de grau associada ao *ein gewiss* ‘um certo’, quando combinado com nomes abstratos. Na sentença (339), *gewiss* apresenta uma peculiaridade, pois existe a leitura de grau onde o indefinido parece indicar o grau acima do mínimo de entendimento em matemática que poderia ser alcançado antes de cada estudante sair da escola. Tal grau não precisa ser especificado.

(339) *Aber ohne ein gewisses Verständnis der Mathematik [...]*
mas sem ein gewisses entendimento o-genitivo matemática

*darf eigentlich kein Kind die Schule verlassen.*⁷⁹
pode na verdade nenhuma criança o escola deixar

‘Mas na verdade, nenhuma criança poderia sair da escola sem um certo entendimento de matemática’

Hinterwimmer e Umbach (no prelo) sugerem uma explicação para o significado de nomes que chamam de nomes massivos abstratos e propõem uma análise para como se dá combinação de nomes massivos como *Verständnis* ‘entendimento’ e *ein gewiss* ‘um certo’. Grosso modo, segundo os autores, nomes abstratos podem ser analisados denotando relações entre graus *d* e *trope* tal que *p* realiza uma propriedade para o grau *d*.

Conforme Hinterwimmer e Umbach (no prelo), nomes abstratos como *Verständnis* ‘entendimento’ podem ser combinados com determinantes abertos ou cobertos que saturam o *trope* e o grau do argumento. O que parece ser uma forma sem determinante é, na verdade, o

⁷⁹ Exemplo de Ebert, Ebert e Hinterwimmer (no prelo, p.8).

complemento de um determinante coberto D_{pos} especificando o grau para o qual a propriedade correspondente é instanciada como sendo, pelo menos, tão alta quanto o parâmetro fixado contextualmente. Por sua vez, se um nome abstrato é combinado com um indefinido como *ein gewiss* ‘um certo’, ao invés de ocorrer na sua forma determinante não realizado, o grau em questão é especificado como sendo identificável pelo falante. Se o falante pudesse ter usado a forma sem o determinante para expressar o grau que excede o parâmetro dado contextualmente, o uso de *gewiss* ‘certo’ dispararia a implicatura de que o grau é (sutilmente) mais baixo que o parâmetro.⁸⁰

Em resumo, o objetivo desta subseção era apresentar como os dados do alemão se comportam. A próxima seção volta-se para os dados do PB e para o modo como (*um*) *certo* pode ser associado *cierto* ‘certo’ do espanhol e ao *gewiss* ‘certo’ do alemão. Dos dados discutidos aqui e do que defendem os autores aqui apresentados, a lição a ser levada para a próxima seção é a de que nomes abstratos estão associados a um grau e alguns indefinidos são sensíveis a essas características dos nomes.

3.3 O caso do PB: (*um*) *certo* e as interpretações de especificidade e imprecisão

Esta seção tem como foco a expressão linguística *certo* quando aparece antes de um nome e combinado com *um*. Nessa configuração, *certo* pode ser caracterizado como um determinante complexo. Um dos objetivos desta seção é entender a leitura de especificidade associada ao determinante complexo (*um*) *certo*. Além disso, esta parte do trabalho volta-se também para dados em que (*um*) *certo* aparece combinado com nomes abstratos e pode ser associado à leitura de grau/intensidade.

O primeiro passo será dizer que (*um*) *certo* é um indefinido e que é possível apontar algumas evidências para esse fato. Assumindo algumas características dos indefinidos, tais como: (i) são responsáveis pela introdução de elementos novos; (ii) não podem retomar anaforicamente um elemento já apresentado; e (iii) podem aparecer em construções existenciais com os verbos *ter* e *haver*, é possível dizer que (*um*) *certo* é um

⁸⁰ *Tropes* são manifestações concretizadas no tempo e no espaço de uma propriedade em um indivíduo. Por exemplo, para uma sentença como *Pedro estava doente ontem à tarde*, existiu uma manifestação concreta da propriedade *estar doente* em Pedro, localizado no mesmo tempo e no mesmo espaço em que Pedro estava localizado quando ele estava doente (cf. MOLTSMANN, 2004, *apud* HINTERWIMMER; UMBACH, no prelo).

indefinido, como ilustram os exemplos (340), (341), (342) e (343), respectivamente. Além disso, apesar de *(um) certo* ter sempre a leitura existencial, em contraste com *um*, que pode ter, por exemplo, uma leitura genérica e uma leitura existencial (compare o contraste entre as leituras possíveis para (344) e (345)), será defendido aqui que *(um) certo* é um indefinido que não possui força quantificacional própria. Assumindo Kratzer e Shimoyama (2002) para os dados do alemão, trata-se de uma questão de concordância entre um traço subespecificado para quantificação existencial, presente em *(um) certo*, e um traço especificado (para quantificação existencial) presente em um operador que prende esse indefinido.

(340) *Um certo aluno entrou na sala. O aluno era o Paulo.*

(341) *Um aluno_i entrou na sala. *Um certo aluno_i sentou perto da lousa.*

(342) *Tem um certo aluno na sala*

(343) *Há um certo aluno na sala.*

(344) *Um aluno sempre cola na prova*

Leitura: Para todo (x), se (x) é aluno, cola na prova (x).

(345) *Um aluno entrou na sala.*

Leitura: Existe um aluno (x) e entrou na sala (x)

Uma sentença como (341) faz uma afirmação de existência (de que existe um aluno que entrou), mas, além disso, veicula também a informação de que é um aluno específico e conhecido pelo falante (ou pelo nome, ou por uma caracterização). Dessa forma, quanto à especificidade, assumindo que essa noção está relacionada à possibilidade de um indefinido tomar escopo largo e que isso permite uma leitura referencial (seguindo FODOR; SAG, 1982), é possível dizer que *(um) certo* é um indefinido específico. A sentença (346) exemplifica a possibilidade de *(um) certo* ter escopo largo em relação ao sintagma *todo aluno* e a interpretação disponível é a de que existe uma questão que todo aluno fez. Por outro lado, a leitura de escopo estreito, ou seja, de que para todo aluno existe uma questão, não é possível para *(um) certo*.

(346) *Todo aluno fez uma certa questão na prova.*

Leitura: Existe uma questão que todo aluno fez.

No que diz respeito à retomada anafórica, *(um) certo*, em (347), pode ser retomado pelo pronome ‘ele’. Seguindo a análise de Fodor e Sag (1982), isso é possível porque *(um) certo* tem leitura referencial e não quantificacional nos casos em que pode ligar um pronome em construções onde outros quantificadores não o fariam. O fato de poder ter essa leitura é uma evidência para a leitura referencial e não quantificacional. A retomada pelo pronome só pode ocorrer porque o indefinido é interpretado referencialmente (com leitura específica).

(347) *Um certo professor₁ deu uma palestra na faculdade. Ele₁ veio de Florianópolis.*

É importante dizer que tanto *um*, quanto *(um) certo*, quando combinados a nomes contáveis como *aluno*, têm a interpretação de especificidade, se for levado em consideração a possibilidade de poderem tomar escopo largo em relação a quantificadores nominais, por exemplo. Entretanto, eles se distinguem no fato de que *(um) certo* nunca toma escopo estreito. Além disso, *(um) certo* está sempre associado a uma leitura que nem sempre está presente em *um*: o uso apropriado de um *(um) certo* envolve a noção de identificabilidade. Como dito na seção (3.2.1) a noção de especificidade e identificabilidade muitas vezes se confundem. Porém, será assumido aqui, seguindo Kagan (2006), que essas são noções distintas. Identificabilidade será entendida como a possibilidade de um agente estar apto a identificar o referente da sentença. Por exemplo, para a sentença (348), *uma questão* deve ser entendido como específico, se assumido que pode ter escopo largo em relação ao quantificador *todo*, mas pode ser o caso de o falante não estar em condições de dizer a identidade (nome ou caracterização) da questão por não tê-la visto. Por outro lado, na sentença (349), *(uma) certa questão* tem a leitura específica de que o falante é capaz de identificar o aluno, caso contrário a sentença seria inapropriada.

(348) *Todo aluno fez uma questão na prova.*

(349) *Todo aluno fez uma certa questão na prova.*

O indefinido *(um) certo* possui a propriedade semântica de indicar que o sintagma determinante que ele encabeça se refere, necessariamente, a um membro específico de uma classe, cuja existência se pressupõe. No PB, para uma sentença como (349), o uso de *(um) certo* exige que o falante seja capaz de identificar o referente. Evidentemente, não se

descarta a possibilidade de o sujeito da sentença também saber a identidade do referente em questão.

No que concerne ao modo como restringem seus domínios, os determinantes (*um*) *certo* e *um* são semelhantes. Para entender o que isso significa, considere a análise adotada no capítulo 1 para o *algum* no PB. Em termos de domínio, foi defendido que *algum* não pode operar sobre um domínio unitário, por essa razão a continuação na sentença (350) é ruim. Os dados com *algum* contrastam com os dados (*um*) *certo* e com *um*, como ilustram (351) e (352), respectivamente, para os quais a continuação não é ruim. Dessa forma, *algum* é um indefinido que impõem uma restrição sobre seu domínio de quantificação, ele é um indefinido *antisingleton*. Por outro lado, *um* e (*um*) *certo* não são, ou seja, ambos são apropriados tanto em contextos onde há um único elemento, quanto em contextos onde há mais de um elemento dado contextualmente.

(350) *João estava em algum bar mexicano na rua dos Pinheiros. #Na verdade, é o único bar nesta rua.*

(351) *João estava em um bar mexicano na rua dos Pinheiros. Na verdade, é o único bar nesta rua.*

(352) *João estava em um certo bar mexicano na rua dos Pinheiros. Na verdade, é o único bar nesta rua.*

É preciso destacar que em contextos onde (*um*) *certo* aparece em interação com a negação ou em contextos de *downward entailing* (acarretamento descendente), como em construções com o verbo *duvidar*, a leitura de que é possível identificar o referente ainda se mantém. Na sentença (353), *um certo bar mexicano* tem a leitura de que existe um bar específico e conhecido pelo falante. Nas sentenças (354) e (355), a leitura de que existe um bar mexicano específico que o falante é capaz de identificar permanece mesmo sob a negação e sob o verbo *duvidar*. Assumindo o mesmo critério adotado por Kratzer e Shimoyama (2002), que é possível distinguir noções semânticas (se mantêm em contextos negativos) de noções pragmáticas (desaparecem nesses contextos), defende-se que em PB a noção de identificabilidade faz parte da semântica de (*um*) *certo*, pois as sentenças (354) e (355) só são apropriadas em contextos em que o falante pode identificar, ou pelo nome, ou por uma característica, o bar onde João estava.

- (353) *João estava em um certo bar mexicano na rua dos Pinheiros.*
(354) *Não é verdade que João estava em um certo bar mexicano na rua dos Pinheiros.*
(355) *Maria duvida que João estava em um certo bar mexicano na rua dos Pinheiros.*

Por sua vez, quando combinado com nomes massivos como *leite* ou *vinho* ambos *um* e *(um) certo* podem desencadear a leitura de *tipo de leite* e *tipo de vinho*, havendo ainda, para *(um) certo*, a leitura de *marca de*. Por outro lado, *um* e *(um) certo* têm leituras distintas em sentenças como (356) e (357). *Um leite/vinho* pode se referir a uma porção de leite/vinho dada contextualmente. Por exemplo, pode ficar subentendido que a Maria comprou uma caixa de leite ou uma garrafa de vinho, pois caixa e garrafa são as unidades de medida de leite e vinho relevantes no contexto. Entretanto essa leitura não é possível para *(um) certo*, ou seja, *(um) certo leite/ (um) certo vinho* não podem ser entendidos como Maria comprou uma quantidade de leite/vinho dada no contexto, ou seja, uma caixa/garrafa. A única leitura disponível é a de *tipo de*.

- (356) *Maria comprou um leite/vinho.*
(357) *Maria comprou um certo leite/vinho.*

A distinção entre as leituras disponíveis para *um* e *(um) certo* em sentenças como (356) e (357) é a primeira evidência de que *(um) certo* é sensível à natureza do nome com o qual se combina. A segunda evidência para a distinção entre esses dois indefinidos é a leitura de grau disponível para *(um) certo* quando combinado com nomes como *charme*, que não está disponível para *um*. No caso de *(um) certo*, ficam ressaltados dois pontos importantes: alguns nomes podem ter uma estrutura de grau interna, como observado no capítulo 2, seção (2.2.2), e indefinidos como *(um) certo* e *algum*, como dito no capítulo 2, seção (2.3), são sensíveis a esse fato.

- (358) *Maria tem um certo charme no olhar.*
(359) *Maria tem um charme no olhar.*

Em exemplos como (358), *(um) certo* possui uma leitura de imprecisão em relação à identidade/grau do referente em questão, ou seja, com seu uso, o falante indica que não

quer tornar preciso o grau de charme. Sentenças como (358) contrastam como sentenças como (360) em que *charme* aparece como um nome nu.

(360) *Maria tem charme no olhar.*

Grosso modo, em alemão, Hinterwimmer e Umbach (no prelo), defendem que nomes abstratos possuem um escala de grau (ver seção 3.3.3). Como mostrado, os dados do PB permitem seguir tal análise. Dessa forma, assumindo a análise de Kennedy e McNally (2005), para os adjetivos de grau, defende-se aqui que nomes como *charme* se assemelham a adjetivos de grau de escala fechada como *satisfação*, pois possuem uma escala inerente. Retomando o exemplo (189) como (361), *satisfação* é um adjetivo de escala fechada, uma vez que, mesmo sem um contexto, é possível saber que o grau do adjetivo que está sendo atribuído ao argumento *Maria* é o máximo grau de satisfação. A sentença (361), então, contrastaria com (362) e com (363) em que a satisfação de Maria está no grau zero.

(361) *A Maria está satisfeita (com a compra).*

(362) *A Maria não está satisfeita (com a compra).*

(363) *A Maria está insatisfeita (com a compra).*

Para nomes como *charme*, quando combinados com *(um) certo*, a leitura não é, nem do grau máximo, e nem do mínimo. A interpretação possível para a sentença é a de que *charme* está no grau abaixo do máximo. Considere, por exemplo, a sentença (17), retomada como (364), com o nome *credibilidade*. Considere ainda um contexto em que João precisa de dinheiro e vai pedir a Maria, pois sabe que ela é uma cliente respeitada no banco. Nessa situação, para a sentença (364), é possível João entender que existe chance de Maria conseguir o empréstimo. Porém, com a sentença (365), com o nome nu, João pode entender que as chances de Maria são maiores.

(364) *Maria tem uma certa credibilidade no banco.*

(365) *Maria tem credibilidade no banco.*

O grau do nome com o qual *(um) certo* se associa pode estar acima da média exigida para a situação. Por exemplo, na sentença (364) pode ser entendido que a credibilidade de

Maria está acima da metade exigida para a situação, o que poderia trazer uma garantia para o empréstimo. Por outro lado, há situações em que o grau do nome pode ser levado para o mais próximo do mínimo (abaixo da metade). É o caso da sentença (366), em que *(um) certo dinheiro* pode ser interpretado como pouco dinheiro.

(366) *Maria tem um certo dinheiro no banco. Ainda que pouco, ela tem.*

Em resumo, *(um) certo* é um indefinido específico, associado à noção de identificabilidade, que nesse caso é uma noção semântica. As propriedades de *(um) certo* estão resumidas na Tabela (3).

Tabela (3): Propriedades de *(um) certo*

	<i>(um) certo</i>
Escopo em relação à negação	Largo
Escopo em relação a quantificadores nominais	Largo
Escopo em relação a condicionais	Largo
Escopo em relação a operadores intensionais	Largo
Escopo em relação a mais de um operador	Largo e intermediário
Identificabilidade	Pelo falante ⁸¹
Combinação com nomes contáveis (por exemplo, <i>aluno</i>)	Leitura específica e de identificabilidade.
Combinação com nomes massivos (por exemplo, <i>leite</i>)	Leitura específica e de identificabilidade de <i>tipo de</i> .
Combinação com nomes como <i>charme/credibilidade</i>	Leitura de imprecisão quanto ao grau.

A próxima seção dedica-se à comparação entre *(um) certo* e outros marcadores de especificidade no PB, tais como *(um) determinado*, *específico* e *em particular*.

⁸¹ Outros agentes podem identificar o referente do sintagma determinante, mas o falante obrigatoriamente deve identificar.

3.3.1 A relação entre *(um) certo* e outros marcadores de especificidade: *(um) determinado, específico e em particular*

Na seção anterior, foram apresentadas as propriedades semânticas de *(um) certo*. O foco desta seção é a comparação entre *(um) certo* e outros marcadores de especificidade como *(um) determinado, específico, e em particular* quando combinados com nomes contáveis, massivos e abstratos. Para realização dessa comparação, sempre que necessário, serão apresentados dados com *(um)*.

A primeira observação sobre os dados diz respeito à possibilidade de combinação com nomes contáveis, massivos e abstratos. Todos podem se combinar diretamente com nomes de diferentes naturezas, como ilustram os exemplos de (367) a (381).⁸²

(367) *Maria encontrou um aluno do departamento.*

(368) *Maria encontrou um certo aluno do departamento.*

(369) *Maria encontrou um determinado aluno do departamento.*

(370) *Maria encontrou um aluno específico do departamento.*

(371) *Maria encontrou um aluno em particular do departamento.*⁸³

(372) *Maria comprou um leite.*

(373) *Maria comprou um certo leite.*

(374) *Maria comprou um determinado leite.*

(375) *Maria comprou um leite específico.*

(376) *Maria comprou um leite em particular.*

(377) *Maria tem um charme.*

(378) *Maria tem um certo charme.*

(379) *Maria tem um determinado charme.*

(380) *Maria tem um charme específico.*

(381) *Maria tem um charme em particular.*

⁸² Os exemplos com *(um) certo* apresentados nesta seção são sutilmente diferentes dos apresentados na seção (3.1).

⁸³ Na sentença (371), *em particular*, para alguns falantes consultados, pode significar também o contrário de *em público*. Porém não é esta a interpretação em questão.

(*Um*) *determinado*, assim como (*um*) *certo*, quando anteposto ao nome, pode ter duas leituras: uma atributiva e uma de marcador de especificidade. *Específico* e *em particular* têm a leitura de marcador de especificidade.

(382) *O João (finalmente) encontrou uma certa mulher.*

(a) Não tem leitura atributiva; leitura como modificador de especificidade.

(383) *O João (finalmente) encontrou uma mulher certa.*

(a) Leitura atributiva: ideal; não tem leitura de especificidade.

(384) *O João (finalmente) encontrou uma determinada mulher.*

(a) Leitura atributiva: ideal; não tem leitura de especificidade.

(385) *O João (finalmente) encontrou uma mulher determinada (para o cargo).*

(a) Leitura atributiva: perseverante, sem considerar o conteúdo dos parênteses; ideal, considerando o conteúdo dos parênteses; não tem leitura de especificidade.

(386) *O João (finalmente) encontrou uma mulher específica.*

(a) Não tem leitura atributiva; leitura como modificador de especificidade.

(387) *O João finalmente encontrou uma mulher em particular.*

(a) Não tem leitura atributiva; leitura como modificador de especificidade.

Como ilustram os exemplos (383) e (385), tanto *certo* quanto *determinado* podem aparecer em posição pós-nominal. Nesses casos, a interpretação será de um adjetivo e nessas situações poderão co-ocorrer livremente com *todo*, exemplo (388), e com *o*, exemplo (389). Por sua vez, em posição pré-nominal, quando são assumidos para serem marcadores de especificidade, não podem co-ocorrer com quantificadores como será mostrado mais adiante.

(388) *Todo aluno certo/determinado procurou por uma pessoa diferente.*

(389) *O aluno certo/determinado encontrou Maria.*

Assim como mostrado para *(um)* certo, dentro de um sintagma determinante, *(um)* determinado, específico e em particular podem co-ocorrer com *um*, numerais como *três* e com plural nu. Por outro lado, quando estão em posição pré-nominal, são inaceitáveis combinando-se com quantificadores como *todo* ou com *o* na leitura de marcadores de especificidade. Por fim, podem se combinar também com nomes próprios.

- (390) *Maria encontrou um aluno do departamento.*
- (391) *Maria encontrou um determinado aluno do departamento.*
- (392) *Maria encontrou três determinados alunos do departamento.*
- (393) *Maria encontrou determinados alunos do departamento.*
- (394) **Maria encontrou todo determinado aluno do departamento.*
- (395) **Maria encontrou o determinado aluno do departamento.*
- (396) *Maria encontrou um determinado João da Silva.*

- (397) *Maria encontrou um aluno do departamento.*
- (398) *Maria encontrou um aluno específico do departamento.*
- (399) *Maria encontrou três alunos específicos do departamento.*
- (400) *Maria encontrou alunos específicos do departamento.*
- (401) **Maria encontrou todo aluno específico do departamento.*
- (402) **Maria encontrou o aluno específico do departamento.*
- (403) *Maria encontrou um João da Silva específico.*

- (404) *Maria encontrou um aluno do departamento.*
- (405) *Maria encontrou um aluno em particular do departamento.*
- (406) *Maria encontrou três alunos em particular do departamento.*
- (407) *Maria encontrou alunos em particular do departamento.*
- (408) **Maria encontrou todo aluno em particular do departamento.*
- (409) **Maria encontrou o aluno em particular do departamento.*
- (410) *Maria encontrou um João da Silva em particular.*

Sobre as sentenças (396), (403) e (410), deve-se fazer uma comparação com as interpretações disponíveis para *(um)* certo. Quando se tem *(um)* certo *João da Silva* há três leituras possíveis: (i) dentro de um grupo de pessoas que se chamam João da Silva, a Maria

encontrou um específico; (ii) o falante não tem muitas informações para caracterizar o João da Silva e, nesse caso, o uso de *(um) certo* torna a identificação do indivíduo imprecisa; (iii) uma leitura irônica, quando o falante quisesse fazer uma brincadeira com a identidade do indivíduo em questão. A segunda leitura é a saliente para *(um) certo*. No caso de *(um) determinado, específico e em particular*, a leitura saliente é a de Maria encontrou um dos indivíduos com o nome *João da Silva*.

Da mesma maneira que *(um) certo*, com valor de marcador de especificidade, *(um) determinado, específico e em particular* podem aparecer na posição de argumento de um verbo ou na posição de sujeito.

(411) *Maria encontrou um determinado aluno do departamento.*

(412) *(Um) determinado aluno encontrou Maria no departamento.*

(413) *Maria encontrou um aluno específico do departamento.*

(414) *Um aluno específico encontrou Maria no departamento.*

(415) *Maria encontrou um aluno em particular do departamento.*

(416) *Um aluno em particular encontrou Maria no departamento.*

Assim como *(um) certo*, *(um) determinado, específico e em particular* podem aparecer em diferentes tipos de sentenças, sejam sentenças afirmativas, negativas, interrogativas, em antecedentes de condicionais, em conseqüente de sentenças condicionais. Porém, como ocorre com *(um) certo*, não podem aparecer em sentenças nominais exclamativas. Tal fato também foi observado por Martin (no prelo) em outras línguas, como o francês e o alemão.

(417) *Maria encontrou um determinado aluno do departamento.*

(418) *Maria não encontrou um determinado aluno do departamento*

(419) *Maria encontrou um determinado aluno do departamento?*

(420) *Se a Maria encontrou um determinado aluno do departamento, ela ficou feliz.*

(421) *Se a Maria tiver ido ao departamento, um determinado aluno a encontrou.*

(422) **(Não acredito) Um determinado aluno do departamento!*

- (423) *Maria encontrou um aluno específico do departamento.*
- (424) *Maria não encontrou um aluno específico do departamento*
- (425) *Maria encontrou um aluno específico do departamento?*
- (426) *Se a Maria encontrou um aluno específico do departamento, ela ficou feliz.*
- (427) *Se a Maria tiver ido ao departamento, um aluno específico a encontrou.*
- (428) **(Não acredito) Um aluno específico do departamento!*

- (429) *Maria encontrou um aluno em particular do departamento.*
- (430) *Maria não encontrou um aluno em particular do departamento*
- (431) *Maria encontrou um aluno em particular do departamento?*
- (432) *Se a Maria encontrou um aluno em particular do departamento, ela ficou feliz.*
- (433) *Se a Maria tiver ido ao departamento, um aluno em particular a encontrou.*
- (434) **(Não acredito) Um aluno em particular do departamento!*

A lista de dados apresentada até este momento ilustra um número significativo de semelhanças entre *(um) certo* e *(um) determinado, específico e em particular*. Os exemplos a seguir ilustram que todos esses marcadores de especificidade parecem ter comportamento semelhante também no que diz respeito a tomar escopo largo a outros operadores (negação, quantificadores nominais, condicionais e operadores intensionais) presentes na sentença onde estão. As sentenças (435) a (437) são para ilustrar o resultado da interação entre *(um) determinado, específico e em particular* e a negação.

- (435) *A Capes dá bolsa para projetos de pesquisa, não para uma determinada pessoa.*
- (436) *A Capes dá bolsa para projetos de pesquisa, não para uma pessoa específica.*
- (437) *A Capes dá bolsa para projetos de pesquisa, não para uma pessoa em particular.*

Como ilustrado para os exemplos com *(um) certo*, a única leitura possível para *(um) determinado, específico e em particular* é aquela em que existe uma pessoa específica para quem a Capes não dá bolsa (nesse caso os marcadores de especificidade têm escopo largo em relação à negação). Quando combinados com um operador, *(um) determinado, específico e em particular*, sempre tomam escopo largo. Todavia, quando há mais de um operador realizado na sentença com que podem interagir, a leitura de escopo intermediário também é possível (assim como apresentado para *(um) certo* na seção (3.1)).

(438) *Todo professor recompensou todo aluno que leu um certo livro/um determinado livro/um livro específico/um livro em particular que ele indicou.*

Para a sentença (438), há três leituras possíveis: (i) existe um livro indicado por todos os professores e esse livro foi lido por todos os alunos (escopo largo do indefinido em relação a *todo professor* e *todo aluno*); (ii) para todo professor e para todo aluno existe um livro (que pode ser distinto) (escopo estreito do indefinido em relação a *todo professor* e *todo aluno*); (iii) para todo professor, existe um livro que foi lido por todo aluno, cada professor recomendou um livro específico para os alunos (os livros podem ser distintos) (escopo intermediário do indefinido em relação a *todo professor* e *todo aluno*). Para a sentença (438), a leitura de escopo estreito dos marcadores de especificidade não é possível (novamente, como apontado para *(um) certo* na seção (3.1))

No que diz respeito à identificabilidade, o uso de todos esses marcadores de especificidade só é possível quando o falante está em condições de identificar o referente. Dito de outro modo, pode até ser o caso de outro agente saliente (o sujeito da sentença) poder identificar o referente, porém, nunca poderá acontecer de o falante ignorar o referente, como ilustra o exemplo (439), em que a continuação não é adequada.

(439) *Maria encontrou um determinado aluno/um aluno específico/um aluno em particular do departamento. #E eu não tenho ideia de quem seja.*

Nos exemplos dados até aqui, *(um) determinado*, *específico* e *em particular* aparecem combinados com nomes contáveis como *aluno*. Quando combinados com nomes massivos como *leite*, assemelham-se a *(um) certo* no que diz respeito a ter como única leitura a de *tipo de*, exemplo (440). Para a sentença (440) os marcadores de especificidade têm a leitura de que existe um tipo de leite específico que pode ser identificável pelo falante. Porém, quando combinados com nomes abstratos como *charme*, surge uma diferença importante entre esses marcadores de especificidade e *(um) certo*, pois apenas esse está associado à leitura de grau em exemplos como (441).

(440) *Maria comprou um certo leite/ um determinado leite/um leite específico/um leite em particular.*

(441) *Maria tem um certo charme/um determinado charme/um charme específico/um charme em particular no olhar.*

Uma última comparação a ser feita diz respeito ao domínio sobre o qual (*um*) *determinado, específico* e *em particular* podem operar. Como apresentado para (*um*) *certo*, esses marcadores de especificidade não fazem restrições sobre seus domínios. Dito de outra forma, o domínio sobre o qual operam pode ser unitário e, por essa razão, a continuação *na verdade, é o único bar nesta rua* não é estranha. O domínio pode conter mais de um elemento, como ilustra a continuação *é diferente dos outros bares da rua*, onde fica explícita a existência de um conjunto de bares na rua.

(442) *João estava em um determinado bar/em um bar específico/em um bar em particular mexicano na rua dos Pinheiros. Na verdade, é o único bar nesta rua.*

(443) *Este certo bar/determinado bar/ bar específico/ bar em particular na Rua dos Pinheiros, onde João estava, é diferente dos outros bares da rua.*

Em resumo, a comparação dos dados mostra que (*um*) *certo*, (*um*) *determinado, específico* e *em particular* estão associados às noções de especificidade (assumindo especificidade como a possibilidade de tomar escopo largo em relação a outros operadores) e de identificabilidade. Entretanto são distintos quando combinados com nomes próprios e com nomes abstratos. A Tabela (4) resume a comparação feita nesta seção.

Tabela (4): Propriedades de *(um) certo*, *(um) determinado*, *específico* e *em particular*

		<i>(um) certo</i>	<i>(um) determinado</i>	<i>específico</i>	<i>em particular</i>
Escopo em relação à negação		Largo	Largo	Largo	Largo
Escopo em relação a quantificadores nominais		Largo	Largo	Largo	Largo
Escopo em relação a condicionais		Largo	Largo	Largo	Largo
Escopo em relação a operadores intensionais		Largo	Largo	Largo	Largo
Escopo em relação a mais de um operador		Largo e intermediário	Largo e intermediário	Largo e intermediário	Largo e intermediário
Identificabilidade		Pelo falante ⁸⁴	Pelo falante	Pelo falante	Pelo falante
Combinação com nomes contáveis (por exemplo, <i>aluno</i>)		Leitura específica e de identificabilidade	Leitura específica e de identificabilidade	Leitura específica e de identificabilidade	Leitura específica e de identificabilidade
Combinação com nomes massivos (por exemplo, <i>leite</i>)		Leitura específica e de identificabilidade de <i>tipo de</i>	Leitura específica e de i identificabilidade de <i>tipo de</i>	Leitura específica e de identificabilidade de <i>tipo de</i>	Leitura específica e de identificabilidade de <i>tipo de</i>
Combinação com nomes como <i>charme/credibilidade</i>		Leitura de imprecisão quanto ao grau	Não possui leitura de imprecisão de grau	Não possui leitura de imprecisão de grau	Não possui leitura de imprecisão de grau
Domínio sobre o qual opera		Pode conter um (único) elemento ou mais	Pode conter um (único) elemento ou mais	Pode conter um (único) elemento ou mais	Pode conter um (único) elemento ou mais

Na próxima seção, será feita uma comparação entre *(um) certo*, *cierto* ‘certo’, do espanhol, e *ein gewiss* ‘um certo’, do alemão.

⁸⁴ Outros agentes (o sujeito da sentença, por exemplo) podem identificar o referente do sintagma determinante, mas o falante obrigatoriamente deve identificar.

3.3.2 A relação entre (*um*) *certo*, *cierto* ‘certo’ e *ein gewiss* ‘um certo’

Esta seção volta-se para a comparação de alguns aspectos relacionados ao (*um*) *certo*, *cierto* ‘certo’, do espanhol, e *ein gewiss* ‘um certo’, do alemão.

Como apresentado na seção (3.2.2), Eguren e Sánchez (2007a,2007b) defendem que, em espanhol, existe uma diferença entre *cierto* ‘certo’ determinante e *cierto* ‘certo’ predicado pré-nominal. No primeiro caso, no que diz respeito à sua sintaxe, *cierto* ‘certo’ nunca poderá se combinar com *un* ‘um’. Aqui já reside a primeira distinção entre o espanhol e o PB. Como ilustram os dados apresentados na seção (3.1), em PB, (*um*) *certo* constitui um determinante complexo.

Os autores não deixam explícito, porém em espanhol parece ser o caso de o determinante *certo* poder se combinar apenas com nomes que não possuam em sua denotação o que se defende aqui ser uma escala de grau. O determinante *cierto* ‘certo’ não se combinaria com nomes associados à ideia de dimensão (como altura e distância, por exemplo), uma unidade de medida implícita (como grau ou quantidade, por exemplo), além de não poder se combinar com nomes abstratos. Por outro lado, o predicado pré-nominal *cierto* ‘certo’ pode se combinar livremente com esses nomes, como ilustram os exemplos (315), (316) e (317), retomados a seguir como (444), (445) e (446).

- (444) *El tren llegó con un cierto retraso.*⁸⁵
O trem chegou com un cierto atraso.
‘O trem chegou com um certo atraso’

- (445) *Tienes que tomar una cierta cantidad de jarabe si quieres*
Tem que tomar una cierta quantidade de xarope se quer que
*que haga efecto.*⁸⁶
que faça efeito
‘Você tem que tomar uma certa quantidade de xarope se quiser que faça efeito’

⁸⁵ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 8).

⁸⁶ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 8).

- (446) *Llegó tarde porque había un cierto tráfico.*
 Chegou tarde porque havia um certo tráfico.
 ‘Chegou tarde porque havia um certo tráfico’

Além disso, nem mesmo o predicado pré-nominal pode se combinar diretamente com nomes massivos como *agua* ‘água’. Como ilustra o exemplo (322), retomado como (447), sem a presença de *cantidad* a construção não seria bem formada em espanhol.

- (447) *Debes tomar una cierta *(cantidad de) agua con las comidas.*⁸⁷
 Deve tomar uma certa (quantidade de) água com as comidas
 ‘Você deve tomar uma certa quantidade de água com a comida’

Em PB, por outro lado, *(um) certo* determinante pode se combinar com nomes de diferentes naturezas, sejam eles contáveis, sejam massivos, abstratos ou nomes associados à ideia de dimensão (como altura e distância, por exemplo) ou uma unidade de medida implícita (como grau ou quantidade, por exemplo). Os exemplos (221), (222) e (223), a seguir retomados como (448), (449) e (450), ilustram, respectivamente, a possibilidade de combinação direta de *(um) certo* com nomes contáveis, massivos e abstratos. Além disso, *(um) certo* pode se combinar também com as expressões *quantidade* e nomes massivos, porém, nesses casos, existe a leitura de imprecisão de quantidade, como ilustra a sentença (451). Na sentença com *(um) certo leite*, como dito na seção (3.3), a leitura disponível é de um certo *tipo de* leite, ao passo que a leitura em (451) é de uma certa quantidade de leite (não especificada pelo ouvinte). A leitura de *tipo de* leite não está mais disponível.

- (448) *Maria encontró um certo aluno no departamento.*

- (449) *Maria compró um certo leite.*

- (450) *Maria tem um certo charme.*

- (451) *Maria compró uma certa quantidade de leite.*

Os exemplos de (448) a (451) ilustram mais uma distinção entre PB e espanhol, ou seja, além do fato de *(um) certo* ser um determinante, ele não tem as restrições de combinações apresentadas no espanhol. Por outro lado, quando associados a nomes

⁸⁷ Exemplo de Eguren e Sánchez (2007a, p. 9).

contáveis *cierto* ‘certo’ (na sua versão determinante) e *(um) certo* são marcadores de especificidade. Apesar dessa semelhança, não será defendido aqui que *(um) certo* é um determinante indefinido que marca imprecisão referencial, como defendem Eguren e Sánchez (2007a; 2007b) para o espanhol. De fato, parece que em PB existe a interpretação de imprecisão apenas em construções com nomes abstratos e com nomes como *quantidade*. Todavia, mesmo nesses casos, a imprecisão de dizer a quantidade, como no exemplo (452), com *credibilidade*, é marcada por uma escolha do falante. É perfeitamente possível pensar em um contexto em que o falante pode quantificar e dizer a quantidade/grau de *credibilidade* de Maria. Nesse caso a continuação em (453), *ela tem 80% de credibilidade*, seria adequada.

(452) *Maria tem uma certa credibilidade no banco.*

(453) *Maria tem uma certa credibilidade no banco. Ela tem 80% de credibilidade.*

Defende-se aqui que a imprecisão associada ao uso de *(um) certo* combinado com nomes abstratos indica uma posição do falante de não querer ser mais preciso dentro do contexto em que a sentença é dita.

Por sua vez, no que diz respeito à comparação com o alemão, existe uma semelhança entre *(um) certo* e *ein gewiss* ‘um certo’: ambos nunca tomam escopo estreito em relação a outros operadores. Porém são distintos, uma vez que *(um) certo* pode ter a leitura de escopo largo, bem como de escopo intermediário em relação a operadores presentes na sentença onde ele está, ao passo que para *ein gewiss* ‘um certo’ a leitura de escopo intermediário nunca é possível. Assumindo especificidade como a possibilidade de tomar escopo largo em relação a outros operadores, ambos são indefinidos específicos.

Outra semelhança entre *(um) certo* e *ein gewiss* ‘um certo’ diz respeito à identificabilidade do referente. Ambos não são apropriados em situações onde o falante não pode identificar o referente. Por fim, outra semelhança entre o alemão e o PB é que ambos, *(um) certo* e *ein gewiss* ‘um certo’, podem se combinar com nomes abstratos e são sensíveis a uma estrutura de grau presente na denotação desses nomes.

Esta breve comparação entre PB, espanhol e alemão permite perceber semelhanças interessantes entre os indefinidos específicos dessas línguas. Permite perceber, entretanto, diferenças importantes, que tornam o estudo dos dados português relevante para o

entendimento de como se caracteriza a semântica dos indefinidos específicos nas línguas de modo geral.

3.4 Algumas considerações

Neste capítulo o foco da análise foi o determinante complexo *(um) certo*. Tal determinante foi analisado como um indefinido específico que nunca toma escopo estreito em relação a outros operadores na sentença. Esse indefinido está associado à noção de identificabilidade, que no seu caso é uma propriedade de natureza semântica, por parte do falante, ou seja, o falante não pode estar em posição de ignorar a identidade do referente em questão. Defende-se que *(um) certo* não faz restrições sobre o domínio que opera.

Além disso, *(um) certo*, quando combinado com nomes abstratos, revela uma interpretação de imprecisão de grau, fato que não acontece quando combinado com nomes contáveis ou massivos (devido à natureza da denotação desses últimos).

Considerações Finais

Como dito anteriormente, muitos têm sido os estudos voltados para a análise de indefinidos que estão associados a efeitos como conhecimento ou desconhecimento do falante (cf. ABUSCH; ROTH, 1997; ALONI, 2007; ALONI; VAN ROOIJ, 2007; ALONSO-OVALLE; MENÉNDEZ-BENITO, 2010; BECKER, 1999; CHIERCHIA, 2006; CONDORAVDI, 2008; EBERT; EBERT; HINTERWIMMER, no prelo; FARKAS, 2006; HINTERWIMMER; UMBACH, no prelo; HASPELMATH, 1997; IONIN, 2008; JAYEZ; TOVENA, 2006; KRATZER; SHIMOYAMA, 2002; ZAMPARELLI, 2007; entre outros). Este trabalho tem como foco o estudo das expressões linguísticas *algum* e *(um) certo*. Defende-se que ambos são determinantes indefinidos e que estão em posições opostas no que diz respeito a marcar conhecimento do referente. Além disso, ambos são sensíveis a uma escala de grau presente em nomes como *charme* ou *credibilidade*.

As questões apresentadas no início deste trabalho foram as seguintes:

- (i) Como *algum* e *(um) certo* se relacionam com nomes massivos, abstratos e contáveis?
- (ii) Qual é a relação entre *algum/(um) certo* e as noções de ignorância e conhecimento?
- (iii) É possível estabelecer relação entre essas expressões linguísticas e outras expressões linguísticas que, de alguma forma, estão associadas ao estado epistêmico de algum agente saliente?

Como demonstrado nos três capítulos deste trabalho, *algum* e *(um) certo* se comportam de maneiras distintas: quando combinados com nomes contáveis, o primeiro marca desconhecimento do falante em relação ao referente e o segundo marca conhecimento; quando combinado com nomes massivos, *algum* gera a inferência de ignorância de quantidade; *(um) certo*, por sua vez, nunca tem a leitura de quantidade nesses casos, a única leitura possível é a de *tipo de*. Por outro lado, quando combinados com nomes abstratos, ambos estão associados a uma leitura de grau e, nesses casos, nem sempre *algum* gera a leitura de ignorância.

No primeiro capítulo, discutiu-se a contribuição semântica e pragmática de *algum* combinado com nomes contáveis. Foi demonstrado que *algum* está associado à implicatura de

ignorância do falante/sujeito da sentença. *Algun* é apropriado em situações em que o falante ignora a identidade e a quantidade do referente do sintagma determinante. Além disso, quando combinado com o nome *coisa* é interpretado como apontando indiferença por parte do falante. Para explicar dados com *algun* combinado com nomes contáveis, estendeu-se, para o PB, a proposta de Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010), defendida para o espanhol. Seguindo tal proposta, *algun* pode ser analisado como um indefinido cujo domínio não pode ser unitário.

No segundo capítulo, foi discutida a contribuição semântica de *algun* combinado com nomes massivos. Em contraste com o que ocorre com nomes abstratos, *algun* combinado com nomes massivos está associado à leitura de ignorância em relação à quantidade. No que diz respeito aos nomes abstratos, *algun* é sensível a uma escala de grau presente na denotação de tais nomes.

No terceiro capítulo, a análise voltou-se para construções com o indefinido (*um*) *certo*. Foi possível demonstrar que (*um*) *certo* combinado com nomes contáveis e com nomes massivos (na leitura de *tipo de*) está associado à leitura de que o falante pode identificar o referente. (*Um*) *certo* é um indefinido específico associado à noção de identificabilidade, que no seu caso, trata-se uma propriedade semântica (não é uma implicatura conversacional como ocorre com o efeito de ignorância associado ao *algun*). Quando combinado com nomes abstratos, que possuem uma escala de grau, (*um*) *certo* é sensível a essa escala e tem a leitura de grau abaixo do máximo.

O estudo de *algun* e (*um*) *certo* levou também à observação de que existem outras construções que estão associadas a algum efeito epistêmico. É o caso, por exemplo, de *pelo menos* quando combinado com um numeral. Na sentença (454), *pelo menos três alunos* pode ser associado à interpretação de que o falante não está em condições de ser mais específico em relação à quantidade de alunos que fizeram os exercícios.

(454) *Pelo menos três alunos fizeram os exercícios.*

Caberia, então, uma análise refinada para entender como se constrói o efeito de ignorância associado à expressão *pelo menos* e se tal leitura de desconhecimento é um efeito pragmático ou é parte da semântica dessa expressão.

Como dito, em contraste com o que ocorre com *algun*, cuja leitura de ignorância do falante ou de outro agente saliente é resultado de uma inferência pragmática, a leitura de

identificabilidade é parte da semântica de *(um) certo*, não pode ser cancelada, não sendo, portanto, resultado de uma inferência pragmática. Além disso, *(um) certo*, assim como *algum* é sensível à escala presente na denotação dos nomes abstratos e por essa razão quando combinado com nomes como *charme* ou *credibilidade* contrastam com nomes nus para os quais está disponível a leitura de escala máxima.

Dessa forma, a partir das análises apresentadas nos três capítulos deste trabalho, é possível dizer que, de fato, existe uma distinção entre nomes abstratos e nomes tipicamente tomados como massivos. Tal distinção é perceptível quando se observa o modo como esses nomes se comportam diante de *(um) certo* e *algum*. A Tabela (5) ilustra como cada um desses indefinidos se comporta diante de diferentes domínios nominais.

Tabela 5: A relação entre *algum/(um)certo* e a natureza do domínio dos nomes

Natureza do domínio nominal	Indefinidos	
	<i>Algum</i>	<i>(um) certo</i>
Contável concreto (por exemplo, <i>menino</i>)	leitura de ignorância	leitura de conhecimento
Massivo concreto (por exemplo, <i>água</i>)	leitura de ignorância de: - tipo - quantidade	leitura de conhecimento de: - tipo - quantidade (disponível apenas se for realizada a expressão <i>quantidade</i>)
Abstrato (por exemplo, <i>movimento</i>)	leitura de ignorância	leitura de conhecimento
Abstrato: nomes com uma escala de grau (por exemplo, <i>credibilidade</i>)	leitura de grau (não é o grau absoluto)	Leitura de grau (não é o grau absoluto)

Existe uma relação complementar entre *algum* e *(um) certo*, pois, enquanto o primeiro marca desconhecimento do falante, que não pode revelar a identidade do referente, o segundo marca conhecimento do falante, deixando-o na posição de revelar (ou não revelar se assim o desejar) a identidade do referente.

Ao estudar o comportamento de *algum* e *(um) certo*, este trabalho é uma pequena contribuição para o entendimento da semântica dos indefinidos no PB e, de certa forma, também contribui para o entendimento de como o domínio dos nomes é estruturado, uma vez que mostra que *(um) certo* e *algum* fazem distinções entre nomes massivos, nomes contáveis e nomes abstratos, revelando uma escala presente em muitos nomes abstratos que não está presente em nomes massivos.

Referências bibliográficas

- ABUSCH, D. The Scope of Indefinites. In: **Natural Language Semantics**, 2, 1994, p. 83–135.
- ABUSCH, D; ROOTH, M. Epistemic NP modifiers. In: LAWSON, A. (ed.) **Proceedings of the 7th Semantics and Linguistic Theory Conference**. Stanford University, 1997, p. 1-18.
- AGUILAR-GUEVARA, A. et al. Semantics and pragmatics of indefinites: methodology for a synchronic and diachronic corpus study. In: **Proceedings of the Workshop Beyond Semantics: corpus-based investigations of pragmatic and Discourse Phenomena**. Göttingen, 2011, p 1-16.
- ALONI, M. **Quantification under Conceptual Covers**. Tese de doutorado. University of Amsterdam. Amsterdam , 2001.
- ALONI, M.; ROOIJ, R. Free choice items and alternatives. In: BOUMA, G; KRAEMER, I.; ZWARTS, J. (eds.). **Cognitive Foundations of Interpretation**. Edita KNAW, 2005.
- ALONI, M. Expressing ignorance or indifference. Modal implicatures in BiOT. In: CATEAND, B.; ZEEVAT, H. (ed.). **Logic, language, and computation: 6 international Tbilisi symposium on logic, language, and computation**. Heidelberg, 2007, p. 1-20.
- ALONSO-OVALLE, L; MENÉNDEZ-BENITO, P. Indefinites and Quantification: the case of Spanish, 2002. Disponível em: < [http : // ling.uni-konstanz.de / pages / conferences / sub7 / abstracts / sub7_aOvalleMBenito.pdf](http://ling.uni-konstanz.de/pages/conferences/sub7/abstracts/sub7_aOvalleMBenito.pdf)>. Acesso em: 30 de maio de 2006.
- _____. Some Epistemic Indefinites. In: KADOWAKI, M.; KAWAHARA, S. (eds.). **Proceedings of the North East Linguistic Society**, Amherst, MA: GLSA, n. 33, 2003, p. 1-12. Disponível em: <[http : // alonso-ovalle.net / papers / alonso-menendez_NELS2003.pdf](http://alonso-ovalle.net/papers/alonso-menendez_NELS2003.pdf)>. Acesso em: 12 de maio de 2007.
- _____. Modal Indefinites. **Natural Language Semantics**, n. 18(1), 2010, p. 1–31.
- _____. Expressing Indifference: Spanish Un NP Cualquiera. In: **Proceedings of SALT**, 21, 2011, p 1–15.
- BECKER, M. The Some Indefinites. In: STORTO, G. (ed.). **Ucla Working Papers in Linguistics**, vol. 3, 1999, p. 1-13. Disponível em: <http://www.docstoc.com/docs/87682298/the-some-indefinites>. Acesso em: 30 de maio de 2012.
- CHIERCHIA, G. Plurality of mass nouns and the notion of 'semantic parameter'. In: ROTHSTEIN, S. (ed.). **Events and grammar**, Dordrecht: Kluwer, 1998a.
- _____. Reference to kinds across languages. In: **Natural Language Semantics**, 6, 1998b, p. 339 - 405.

CHIERCHIA, G. Broaden your views. Implicatures of domain widening and the ‘logicality’ of language. In: **Linguistic inquiry**, 37 (4), 2006, p. 535–590.

CONDORAVDI, C. Free Choice and Uncertainty. Handout do trabalho apresentado no **Workshop on Inferential Mechanisms and their Linguistic manifestation**, Universidade de Kyoto, 2008.

CUNHA, C; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAYAL, V. Any as inherently modal. In: **Linguistics and Philosophy**, 21, 1998, p. 353–422.

DIESING, M. **Indefinites**. The MIT Press (Linguistic Inquiry Monograph 20), 1992.

EBERT, C; GEIST, L. Introduction. Trabalho apresentado no **Workshop Indefiniteness Crosslinguistically**. University of Stuttgart, Stuttgart, 2010.

_____, EBERT, C. HINTERWIMMER, S. The Interpretation of the German specificity markers ‘bestimmt’ and ‘gewiss’. In: **Different kinds of specificity across languages**, submitted to **Studies in Linguistics & Philosophy**, Berlin: Springer, (no prelo).

EGUREN, L.; SÁNCHEZ, C. Grammar and history of Spanish cierto. In : KAISER, G.; Leonetti (eds.). **Proceedings of the Workshop “Definiteness, Specificity and Animacy in Ibero-Romnce Languages”**. Universität Konstanz, 2007a, p. 1-22.

_____. Imprecisión extensional e imprecisión intensional: la gramática de cierto. In: **VERBA**, 34, 2007b, p. 99-124.

ENÇ, M. The Semantics of Specificity”. In: **Linguistic Inquiry**, 22 (1), 1991, p. 1-26.

FALAU, A. Polarity items and dependent indefinites in Romanian. Tese de doutorado. University of Nantes, Nantes, 2009.

FALLER, M. Semantics and pragmatics of evidential in Cuzco Quechua. Tese de doutorado. Universidade de Stanford, Stanford, 2002.

FARKAS, D. Specificity distinctions. In: **Journal of Semantics**, 19, 2002a, p. 213-243.

_____. Varieties of indefinites. In: **Proceedings of SALT**, 12, 2002b, p. 59-83.

_____. Free choice in Romanian. In: BIRNER, B.; WARD, G. (eds.). **Drawing the boundaries of meaning, neo-gricean studies In pragmatics and semantics in honor of Laurence R. Horn**. Amsterdam: John Benjamins, 2006, p. 71–94.

FAUCONNIER, G. **Mental Spaces**. Cambridge, Mass. MIT Press, 1985.

FODOR, J.; SAG, I. Referential and quantificational indefinites. In: **Linguistics and Philosophy**, 5, 1982, p. 355–398.

GEIST, L.; ONEA, E. Epistemic determiners and referential anchoring. Trabalho apresentado no **Workshop Epistemic indefinites**. Universidade de Gottingen, 2010.

GIANNAKIDOU, A. **Polarity Sensitivity as (Non)veridical Dependency**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 1998.

GIANNAKIDOU, A.; RATHER, M (eds.). **Quantification, Definiteness, and Nominalization**. New York: Oxford University Press, 2009.

GILLON, B. S. Towards a common semantics for English count and mass nouns. In: **Linguistics and Philosophy**, 15, 1992, p. 597–639.

GUTIERREZ-REXACH, J. **La semántica de los indefinidos**. Madrid: Visor Libros, 2004.

HAMBLIN, C. L. Questions in Montague English. In: **Foundation of Language**, 10, 1973, p. 41–53.

HASPELMATH, M. **Indefinite Pronouns**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

HEIM, I. The semantics of definite and indefinite noun phrases. Tese de Doutorado. University of Massachusetts. Amherst, MA, 1982.

HEIM, I; KRATZER, K. **Semantics in Generative Grammar**. Malden, MA: Blackwell, 1998.

HEUSINGER, K. Specificity, referentiality and discourse prominence: German indefinite demonstratives. In: REICH, I. et al. (eds.). **Proceedings of Sinn & Bedeutung 15**. Universaar Saarbrücken: Saarland University Press, 2011, p. 9-30

HIGGINBOTHAM, J. On semantics. In: *Linguistic Inquiry*, 16, 1985, p. 547- 593.

HINTERWIMMER, S; UMBACH, C. Grading and hedging by *gewiss*. In: **Different kinds of specificity across languages**, submitted to **Studies in Linguistics & Philosophy**, Berlin: Springer (no prelo).

HINTIKKA, J. The semantics of “a certain”. In: **Linguistic Inquiry**, 17, 1986, p. 331–336.

HOUGHTON, D. Something about anything. A semantic study of *a*, *any*, *the* and *certain*. Tese de doutorado. State University of New York, Buffalo, 2000.

IONIN, T. An experimental investigation of the semantics and pragmatics of specificity. In: **Proceedings of the 27th West Coast Conference on Formal Linguistics**, 2008.

JACKENDOFF, R. **Semantics and cognition**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1983.

JAYEZ, J; TOVENA, L. Determiners and (un)certainty. In: JACKSON, B. (ed.). **Proceedings of Semantics and Linguistic Conference XIII**. UCSD and San Diego University: CLC Publications, Cornell. 2002.

_____. Epistemic Determiners. In: **Journal of Semantics Online**, 23, 2006, p. 217-250.

KAGAN, O. Specificity as speaker identificability, 2006. Disponível em: <<http://www.nytud.hu/lola9/proceedings/kagan.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2012.

KARTTUNEN, L. What makes definite noun phrases definite? Não publicado, 1968.

KENNEDY, C; McNALLY, L. Scale structure and the semantic typology of gradable adjectives. In: **Language**, 81 (2), 2005.

KRATZER, A. The notional category of modality. In: EIKMEYER, H-J.; RIESER, H. (eds.). **Words, worlds and contexts: new approaches to word semantics**. Berlin: De Gruyter, 1981, p. 38-74.

_____. Scope or pseudoscope? Are there wide-scope indefinites. In: ROTHSTEIN, S. (ed.). **Events and Grammar**. Dordrecht: Kluwer, 1998, p. 163-196.

_____.; SHIMOYAMA, J. Indeterminate Pronouns: The view from Japanese. In: Yukio Otsu (ed.): **The proceedings of third Tokyo conference on Psycholinguistics**. Tokyo: Hituzi Syobo, 2002, p. 1-25. Disponível em: <<http://semanticsarchive.net/Archive/WEWNjc4Z/>>. Acesso em 30 de maio de 2012.

KRATZER, A. Indefinites and the operators they depend on: From Japanese to Salish. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F. (eds.). **Reference and quantification: The Partee effect**. Stanford: CSLI, p. 113– 142. 2005.

KRIFKA, M. The Origins of Telicity. In: ROTHSTEIN, S. (ed.). **Events and Grammar**. Dordrecht: Kluwer, 1998, p. 197–235.

LANDMAN, F. **Indefinites and the Type of Sets**. Oxford: Blackwell, 2004.

LAUER, S. Some news about irgend- and algún. Trabalho apresentado no **Workshop on Epistemic Indefinites**, Göttingen, 2012.

LINK, G. Theological analysis of plurals and mass terms: A lattice-theoretical approach. In: BAUERLE, R. et alii. (eds.). **Meaning, use and interpretation of language**. Berlin: De Gruyter, 1983, p.303–323.

LONGOBARDI, G. I quantificatori. In: RENZI, L. (ed.). **Grande grammatica italiana di consultazione**, Vol. I. Bologna: il Mulino, 1988, p. 645 - 696 .

LONGOBARDI, G. Reference and proper names. In: **Linguistic Inquiry**, 25, 1994, p. 609 - 665.

MARTÍ, L. The Semantics of plural indefinite noun phrases in Spanish and Portuguese. In: **Natural Language Semantics**, 16, 2008, p. 01-37.

MARTIN, F. Specificity markers and nominal exclamatives in French. In: **Different kinds of specificity across languages**, submitted to **Studies in Linguistics & Philosophy**, Berlin: Springer (no prelo).

MENÉNDEZ-BENITO, P. On universal Free Choice items. In: **Natural Language Semantics**, 18, 2010, p. 33–64.

MERIN, A. Information, relevance, and social decisionmaking: Some principles and results of decision-theoretic semantics. In MOSS, L.; GINZBURG, J.; RIJKE, M. (eds). **Logic, Language and Computation**, 2. Stanford: CSLI Publications, 1999.

MILSARK, G. Toward an Explanation of Certain Peculiarities of the Existential Construction in English. In: **Linguistic Analysis**, 3 (1), 1977, p. 1 - 28.

MOURA NEVES, M.H. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MÜLLER, A. Genericity and the denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. **DELTA**, 18, 2002, p. 287–308.

_____. A expressão da genericidade no Português do Brasil. In: Revista Letras, 55. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

_____. Tópico, Foco e Nominais Nus no PB. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M; OLIVEIRA, RP. (Orgs.). **Sentido e Significação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 77-95.

PARAGUASSU, N. R. S. **A distinção contável-massivo no sistema nominal**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

PARAGUASSU, N. da R; MÜLLER, A. A distinção contável-massivo nas línguas naturais. In: **Revista Letras**, 73, 2007, p. 169-183.

PARAGUASSU-MARTINS, N.R.S. **A contabilidade dos nomes no português brasileiro**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, 2010.

PIRES DE OLIVEIRA, R. **Semântica Formal: Uma Breve Introdução**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

_____. **Qualquer e o conceito de livre escolha**. In: **DELTA**, 21, vol. 2, 2005, p. 251-277.

PORT, A. Epistemic Specicity and Knowledge. Trabalho apresentado no ILLC. Amsterdam, Universidade de Amsterdam, 2010.

POTTS, C. **The Logic of Conventional Implicatures**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

QUADROS GOMES, A. Uma proposta de distinção semântica para os intensificadores *muito* e *bem*. In: Estudos Linguísticos, São Paulo, 40 (1), 2011, p. 379-394.

ROTHSTEIN, S. Counting and mass counting distinction [S.I.:s.n], 2007. Disponível em: <<http://semanticsarchive.net/Archive?jhIZTY/Rullman&you2003.pdf>>. Acesso em 30 de julho de 2011.

SAUERLAND, U; ANDERSSSEN, J.; YATSUSHIRO, K. The plural is semantically unmarked. In: KEPSEK, S. ; REIS, M. (eds). **Linguistic evidence, empirical, theoretical and computational perspectives**. Berlin: de Gruyter, 2005, p. 409-430.

SCHMITT, C.; MUNN, A. Bare nominals and the morphosyntax of number. In: T. SATTERFIELD, T.; TORTORA, C.; Cresti, D. (eds.). **Current issues in Romance Linguistics: selected papers from the 29th Linguistics Symposium on Romance Languages**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002, p. 217-231.

SCHWARZ, B. Two kinds of long-distance indefinites. Handout de trabalho apresentado em **Amsterdam Colloquium**, Amsterdam 2001.

SCHWARZSCHILD, R. Singleton Indefinites. In: **Journal of Semantics**, 19, 2001, p. 289-314.

SILVA, L. **A denotação dos indefinidos “um” e “algum” no português brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

TOVENA, L. Between mass and count. In: **Proceedings of the Western Coast Conference on Formal Linguistics**. Somerville MA: Cascadia Press, 2001. p. 565-578.

UMBACH, C. Specificity, Singleton Indefinites, and Intonation. In: **Workshop Direct Reference and Specificity**, Vienna, 2003

VAN DE VELDE, D. Le spectre nominal. Paris: Peeters, 1996.

VON FINTEL, K. Whatever. In: **Semantics and Linguistics Theory X**, Ithaca, NY: CLC Publications, Cornell University, 2000, p. 27-39.

ZAMPARELLI, R. On Certain/Specific phenomena. Handout de apresentação de trabalho no **ESSLI**, 2003, p.1-6

ZAMPARELLI, R. On singular existential quantifiers in Italian. In: COMOROVSKI, I. ; K. HEUSINGER, K.V. (eds). **Inexistence: semantics and syntax**. Springer, 2007, p. 293-328.

ZWARTS, F. Three types of polarity. In: HAMM, F; HINRICHS, E. (eds). **Plurality and quantification**. Kluwer: Dordrecht, 1998, p. 177–238.

ZIMMERMANN, T. E. Free choice disjunction and epistemic possibility. In: **Natural Language Semantics**, 8, 2001, p. 255-290.